



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA



A CONSTITUIÇÃO DE SENTIDOS NAS PROVAS DE REDAÇÃO DO ENEM:
uma análise enunciativa de designações

JOÃO PESSOA, PARAÍBA
2022

ANA CECYLIA DE ASSIS E SÁ

**A CONSTITUIÇÃO DE SENTIDOS NAS PROVAS DE REDAÇÃO DO ENEM:
uma análise enunciativa de designações**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba como requisito principal para obtenção do título de Doutor em Linguística.

Área de concentração: Teoria e Análise Linguística.
Linha de Pesquisa: Linguagem, Sentido e Cognição.

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Mano Trindade Ferraz

**JOÃO PESSOA, PARAÍBA
2022**



ATA DE DEFESA DE TESE DE
ANA CECYLIA DE ASSIS E SÁ

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois (24/02/2022), às catorze horas, realizou-se, via Plataforma Zoom, a sessão pública de defesa de Tese intitulada "**A constituição de sentidos nas provas de redação do ENEM: uma análise enunciativa de designações**", apresentada pela doutoranda **ANA CECYLIA DE ASSIS E SÁ**, Graduada em Letras pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, orientanda da Profa. Dra. Mônica Mano Trindade Ferraz (PROLING-UFPB), que concluiu os créditos para obtenção do título de **DOCTORA EM LINGÜÍSTICA**, área de concentração **Teoria e Análise Linguística**, segundo encaminhamento do Prof. Dr. Jan Edson Rodrigues Leite, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFPB e segundo registros constantes nos arquivos da Secretaria da Coordenação do Programa. A Profa. Dra. Mônica Mano Trindade Ferraz (PROLING - UFPB), na qualidade de Orientadora, presidiu a Banca Examinadora da qual fizeram parte os Professores Doutores Erivaldo Pereira do Nascimento (Examinador/PROLING-UFPB), Adilson Ventura da Silva (Examinador/UFSB), Jocysa Cristina Pereira de Souza (Examinadora/ UNINICOR) e Alexandre Macedo Pereira (Examinador/UFPB). Dando início aos trabalhos, a Senhora Presidente, Mônica Mano Trindade Ferraz, convidou os membros da Banca Examinadora para compor a mesa. Em seguida, foi concedida a palavra à Doutoranda para apresentar uma síntese de sua Tese, após o que foi arguida pelos membros da banca Examinadora. Encerrando os trabalhos de arguição, os examinadores deram o parecer final sobre a Tese, à qual foi atribuído o conceito **aprovada**. Proclamados os resultados pela Sra. Presidente, foram encerrados os trabalhos e, para constar foi lavrada a presente ata que será assinada juntamente com os membros da Banca Examinadora. João Pessoa, 24 de fevereiro de 2022.

Observações

Em razão do ineditismo do trabalho, a banca recomenda publicação.

Profa. Dra. Mônica Mano Trindade Ferraz
(Presidente da Banca Examinadora)

Prof. Dr. Erivaldo Pereira do Nascimento
(Examinador)

Prof. Dr. Adilson Ventura da Silva
(Examinador)

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S111c Sá, Ana Cecylia de Assis e.

A constituição de sentidos nas provas de redação do
ENEM : uma análise enunciativa de designações / Ana
Cecylia de Assis e Sá. - João Pessoa, 2022.
180 f.

Orientação: Mônica Mano Trindade Ferraz.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Semântica do Acontecimento. 2. Designação. 3.
ENEM - Redação. 4. Linguística. I. Ferraz, Mônica Mano
Trindade. II. Título.

UFPB/BC

CDU 801(043)

ANA CECYLIA DE ASSIS XAVIER E SÁ

**A constituição de sentidos nas provas de redação do ENEM: uma
análise enunciativa de designações**

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Professora Dra. Mônica Mano Trindade Ferraz
(Proling/MPLE/CCHLA/UFPB)

Examinador 1: Professor Dr. Adilson Ventura da Silva
(PPGLin/UESB)

Examinador 2: Professora Dra. Jocyare Cristina P. de Souza
(Mestrado Profissional em gestão, Planejamento e Ensino/UNINCOR)

Examinador 3: Professor Dr. Erivaldo Pereira do Nascimento
(Proling/Proletras/CCAUE/UFPB)

Examinador 4: Professor Dr. Alexandre Macedo Pereira
(CE/UFPB)

Suplente: Professor Dr. Francisco Eduardo Vieira
(Proling/CCHLA/UFPB)

Suplente: Professora Dra. Maria Leonor Maia dos Santos
(DLPL/CCHLA/UFPB)

À minha avó materna, Ana Araújo Barreto (*in memoriam*), que, mesmo sem ter tido a oportunidade de prolongar os seus estudos, sempre reconheceu o valor do conhecimento e me ensinou tanto com a sua sabedoria. Certa da sua alegria e da sua honra em ter uma neta “doutora”, dedico-lhe com emoção este trabalho e esta conquista.

AGRADECIMENTOS

Durante os 4 anos dedicados a esta pesquisa, nunca estive sozinha. Muitos foram os braços abertos que me acolheram, os ouvidos atentos que me escutaram e os olhos fixados que me acalentaram. Esses membros, unidos às minhas mãos e aos meus pensamentos, construíram comigo este trabalho. Por isso, palavras de gratidão são insuficientes, mas necessárias. Gratidão:

A Deus, pela oportunidade que me deu de realizar o sonho acadêmico do doutorado e por me dar forças para não desistir desta jornada. Ao longo desses quatro anos, muitos foram os obstáculos pelos quais passei, mas a mão Dele me sustentou e me trouxe até aqui, quando nem eu mesma acreditava que seria capaz de dar os últimos passos rumo à concretização deste sonho.

Ao meu esposo, Lucas Xavier, pelo companheirismo, incentivo e paciência em toda a minha trajetória acadêmica, que requer dedicação e abstenção de muitas ocasiões na vida pessoal, nas quais eu me fiz ausente tantas vezes. A sua compreensão, parceria e amor foram fundamentais para que eu seguisse com serenidade e confiança este percurso.

Aos meus pais, Fátima Sá e Homero Sá, por me incentivarem, desde a infância, a seguir este caminho. Vocês são a base de tudo em minha vida, por isso, o amor e o suporte psicológico que sempre me deram foram essenciais para a minha escolha profissional, acadêmica e pelo ser humano íntegro que me tornei.

Aos meus irmãos, Rafael Sá e Homero Sá, e às minhas cunhadas, Aline Lacerda e Carla Damasceno, por se fazerem presentes em todo o meu percurso acadêmico, dando auxílio e apoio nos momentos de precisão. E aos meus sobrinhos, Rebeca, Lara e Mateus que, mesmo sem entenderem tanto sobre a vida, alegraram meus dias mais nublados e de angústia com um simples sorriso, com muito carinho ou com brincadeiras inocentes.

A todos os meus familiares, tios, primos e sogros, pela força, estímulo e torcida. Mesmo na distância, sempre senti vibrar em meu coração as orações e vibrações positivas de cada um.

A todos os meus preciosos amigos que sempre estiveram ao meu lado, pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período de tempo em que me dediquei a este trabalho. Em nome de todos, agradeço à minha amiga de infância, Gabriella Nunes, por compartilhar a vida comigo desde que nasci, por me ajudar a superar as dificuldades e por vibrar a cada conquista minha; e a Dayanna Frutuoso, que foi presença de Deus constante e auxílio espiritual em tantos momentos.

À minha orientadora, Prof. Dra. Mônica Mano Trindade Ferraz, pelo amplo conhecimento oferecido nessa jornada de pesquisa, pelo incentivo, diligência, apoio, paciência, disposição e disponibilização de horas de seu tempo para atender, sempre carinhosamente, a este trabalho. Agradeço, sobretudo, pelo privilégio de ser orientada por um ser humano inigualável, a quem tenho como referência e levarei para toda a vida, como uma grande amiga.

Aos meus companheiros do PROLING e do Grupo de Pesquisa G_SEL, Thiago Magno, José Wellisten, Mariana Escarpinete e Alexandre Pereira, que se tornaram grandes amigos, por serem referência para mim e por compartilharem comigo tantos momentos de descobertas e aprendizado. As trocas de conhecimento que realizamos foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Vocês me ensinam e me inspiram diariamente.

Aos professores da banca examinadora, por aceitarem prontamente o convite de participarem da avaliação deste trabalho e pelos comentários e observações que foram essenciais para a solidificação desta pesquisa.

A todos os professores do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba (PROLING), pelo carinho e colaboração ao longo desse período e pela formação acadêmica e humana, com ensinamentos que serão levados ao longo de toda a minha trajetória profissional.

À coordenação e à secretaria do PROLING, pela presteza e disponibilidade em resolver todas as nossas demandas e por estarem sempre atentos às necessidades que surgiram.

Muito obrigada!

— Queria saber, depois que se é feliz o que acontece? O que vem depois?
[...]

— Pegue um pedaço de papel, escreva essa pergunta que você me fez hoje e guarde-a durante muito tempo. Talvez um dia você mesma possa respondê-la de algum modo.

(Clarice Lispector)

RESUMO

Desde o seu surgimento, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) tem sido objeto de estudo de muitas pesquisas no campo da linguística, seja a partir da prova discursiva – a redação – ou da objetiva, na área de “Linguagens, códigos e suas tecnologias”. No entanto, as áreas mais estudadas da linguística são a morfologia, a sintaxe e a semântica, mas sem o viés enunciativo. Assim sendo, esta tese tem o objetivo geral de analisar como acontece o processo enunciativo nas provas de redação do ENEM, sob a ótica da Semântica do Acontecimento. Como objetivos específicos, nos propomos a: a) analisar o processo de significação dos enunciados-tema e dos textos motivadores; b) mostrar de que modo essa significação se constrói; c) buscar uma contribuição para o ensino de língua, ao construir um modelo de atividade para análise de enunciados-tema e dos textos motivadores nas aulas de redação. Para tanto, a natureza dessa pesquisa é qualitativa – descritiva e propositiva –, cujo objeto de análise é composto por 20 provas de redação do ENEM, desde 1998 a 2018, quando o exame completa 20 anos de existência. O *corpus*, por sua vez, são as palavras-chave (aberta, comando e tema) identificadas no enunciado-tema da redação e nos textos motivadores relacionados a ele, que são analisados a partir de uma metodologia própria da Semântica do Acontecimento, o DSD (Domínio Semântico de Determinação). A escolha por este *corpus* e por este objeto se deu pela importância atribuída a este exame e pela relevância da prova de redação no contexto escolar do Ensino Médio, que cada vez mais dá foco à exploração dos sentidos nas propostas de produção do texto dissertativo argumentativo e à interpretação correta dos enunciados-tema. Para atuarmos na análise dos nossos dados, massivamente serão utilizados os estudos de Guimarães (1987; 2004; [2002]2017; 2018), já que é o elaborador da teoria a partir da qual moveremos toda nossa discussão e análise. Como resultados da nossa pesquisa, a partir das análises realizadas asseguramos que o jogo enunciativo que se dá entre os enunciados-tema e os enunciados que compõem os textos motivadores é capaz de favorecer a interpretação da proposta. Por fim, destacamos que o estudo enunciativo das provas de redação do ENEM favorece a produção do texto dissertativo-argumentativo e a extração dos sentidos dos enunciados-tema, em prol da busca pela nota máxima nesta prova do exame.

Palavras-chave: Semântica do Acontecimento; Designação; Redação do ENEM.

ABSTRACT

Since its inception, the National High School Exam has been the object of study of many researches in the field of linguistics, either from the discursive test - the essay - or the objective test, in the area of "Languages, codes and their technologies". However, the most studied areas of linguistics are morphology, syntax and semantics, but without the enunciative bias. Thus, this thesis has the general objective of analyzing how the enunciative process happens in ENEM's writing tests, through the concept of the Semantics of the Event. As specific objectives, we propose to: a) analyze the process of meaning of the topic-enunciations and motivating texts; b) show how this meaning is built; c) seek a contribution to language teaching by building an activity model for the analysis of topic-enunciations and motivating texts in writing classes. To this end, in accordance with the applied nature of qualitative research (descriptive and propositional), the object of analysis of this study consists of 20 ENEM essay tests, from 1998 to 2018, when the exam completes 20 years of existence. The corpus, in turn, is the keywords (open, command, and theme) identified in the text and in the motivating texts related to it, which will be analyzed using a methodology specific to Event Semantics, the DSD (Semantic Domain of Determination). The choice for this corpus and for this object was due to the importance attributed to this exam and to the relevance of the writing test in the high school context, which increasingly focuses on the exploration of meanings in the proposals of argumentative essay production and on the correct interpretation of the topic-enunciations. To act in the analysis of our data, massively will be used the studies of Guimarães (1987; 2004; [2002]2017; 2018), since it is the elaborator of the theory from which we will move all our discussion and analysis. As a result of our research, based on the analyzes carried out, we ensure that the enunciative game that takes place between the theme-statements and the statements that make up the motivating texts is capable of favoring the interpretation of the proposal. Finally, we emphasize that the enunciative study of the ENEM writing tests favors the interpretation of the proposals and the theme statements, in favor of the search for the maximum score in this exam.

Keywords: Semantics of Event; Designation; ENEM Writing.

RESUMEN

Desde su surgimiento, el Examen Nacional de Enseñanza Media ha sido objeto de estudio de muchas investigaciones en el campo de la lingüística, sea a partir de la prueba discursiva – la redacción – o de la objetiva, en el área de “Lenguajes, códigos y sus tecnologías”. Sin embargo, las áreas más estudiadas de la lingüística son la morfología, la sintaxis y la semántica, pero sin la perspectiva enunciativa. Siendo así, esta tesis tiene el objetivo general de analizar cómo se desarrolla el proceso enunciativo en las pruebas de redacción del ENEM, por el concepto de la Semántica del Acontecimiento. Como objetivos específicos, nos proponemos a: a) analizar el proceso de significación de los enunciados-tema y de los textos motivadores; b) mostrar de qué modo esa significación se construye; c) buscar una contribución para la enseñanza de la lengua, al construir un modelo de actividad para análisis de enunciados-tema y de los textos motivadores en las clases de redacción. Para tanto, en concordancia con la naturaleza aplicada de la investigación cualitativa (descriptiva y proposicional), el objeto de análisis de ese estudio está compuesto por 20 pruebas de redacción del ENEM, desde 1998 a 2018, cuando el examen completa 20 años de existencia. El *corpus*, a su vez, son las palabras-clave (abierta, comando y tema) identificadas en el enunciado-tema de la redacción y en los textos motivadores relacionados al mismo, que serán analizados a partir de una metodología propia de la Semántica del Acontecimiento, el DSD (Dominio Semántico de Determinación). La elección de este *corpus* y este objeto surgió por la importancia atribuida a este examen y por la relevancia de la prueba de redacción en el contexto escolar de la Enseñanza Media, que cada vez enfoca más la exploración de los sentidos en las propuestas de producción del ensayo argumentativo y la interpretación correcta de los enunciados-tema. Para actuar en el análisis de nuestros datos, masivamente serán utilizados los estudios de Guimarães (1987; 2004; [2002]2017; 2018), puesto que es el elaborador de la teoría a partir de la cual moveremos toda nuestra discusión y análisis. Como resultado de nuestra investigación, a partir de los análisis realizados, aseguramos que el juego enunciativo que se produce entre los enunciados-tema y los enunciados que componen los textos motivadores es capaz de favorecer la interpretación de la propuesta. Por fin, destacamos que el estudio enunciativo de las pruebas de redacción del ENEM favorece la interpretación de las propuestas y de los enunciados-tema, en pro de la búsqueda de la nota máxima en esta prueba del examen.

Palabras-clave: Semántica del Acontecimiento; Designación; Redacción del ENEM.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Lugares sociais.....	75
Quadro 2 – Agenciamento do falante.....	75
Quadro 3 – Deontologia do dizer.....	77
Quadro 4 – Conceitos-chave da Semântica do Acontecimento.....	78
Quadro 5 – Modos de articulação.....	82
Quadro 6 – Modos de reescrituração.....	85
Quadro 7 – Sinais de representação (DSD).....	93

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema estrutura da dissertação.....	32
Figura 2 – Quadro de competências.....	32
Figura 3 – Quadro de pontuação – Competência 2.....	34
Figura 4 – Quadro de pontuação – Competência 3.....	34
Figura 5 – Proposta de redação (ENEM 1998).....	94
Figura 6 – Proposta de redação (ENEM 1999).....	98
Figura 7 – Prova de redação (ENEM 2000).....	109
Figura 8 – Recorte da Prova de redação (ENEM 2001).....	114
Figura 9 - Recorte da Prova de redação (ENEM 2003).....	117
Figura 10 – Recorte da prova redação do ENEM 2016 (1ª aplicação).....	123
Figura 11 - Recorte 2 da prova redação do ENEM 2016 (1ª aplicação).....	125
Figura 12 - Recorte 2 da prova redação do ENEM 2016 (1ª aplicação).....	127
Figura 13 - Recorte da prova redação do ENEM 2016 (2ª aplicação).....	129
Figura 14 - Recorte 2 da prova redação do ENEM 2016 (2ª aplicação).....	131
Figura 15 - Recorte 3 da prova redação do ENEM 2016 (2ª aplicação).....	132
Figura 16: recorte da prova de redação do ENEM (2020).....	137
Figura 17 - Recorte 2 da prova redação do ENEM 2020 (1ª aplicação).....	138

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Temas de redação do ENEM (1998-2018).....	35
Tabela 2 – Enunciados-tema com palavras-comando.....	103
Tabela 3 – Enunciados-tema com o comando “como”.....	105
Tabela 4 – Enunciados-tema com palavras-tema.....	121

LISTA DE DSD

DSD I.....	95
DSD II.....	99
DSD III.....	100
DSD IV.....	100
DSD V.....	101
DSD VI.....	101
DSD VII.....	102
DSD VIII.....	111
DSD IX.....	111
DSD X.....	113
DSD XI.....	113
DSD XII.....	115
DSD XIII.....	115
DSD XIV.....	116
DSD XV.....	118
DSD XVI.....	119
DSD XVII.....	119
DSD XVIII.....	122
DSD XIX.....	123
DSD XX.....	124
DSD XXI.....	126
DSD XXII.....	126
DSD XXIII.....	127
DSD XXIV.....	128
DSD XXV.....	130
DSD XXVI.....	130
DSDXXVII.....	130
DSDXXVIII.....	131
DSDXXIX.....	133

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
2 O ENEM E A PROVA DE REDAÇÃO	25
2.1 O Enem	25
2.2 A prova de redação: da tipologia dissertação argumentativa ao gênero redação do ENEM.....	27
2.3 Estrutura do gênero “redação do ENEM”	31
2.4 Temas contemplados nas provas do ENEM	35
3 DAS SEMÂNTICAS À SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO	47
3.1 Um breve histórico das possíveis perspectivas para o estudo do significado	47
3.2 Semântica do Acontecimento: continuidades e discontinuidades	58
3.2.1 Acontecimento e Temporalidade.....	63
3.2.2 Espaços de enunciação	67
3.2.3 Cena Enunciativa.....	69
3.2.4 Locutores/alocutores.....	70
3.2.5 Enunciadores	75
4 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO	78
4.1 Das relações de articulação e reescrituração	78
4.2 Domínio Semântico de Determinação: modo de representação dos sentidos	87
5 A DESIGNAÇÃO EM ENUNCIADOS-TEMA DE REDAÇÕES DO ENEM....	92
5.1 Palavra-aberta	93
5.1.1 “Viver e aprender”	93
5.1.2 “Cidadania e Participação Social”	97
5.2 Palavras-comando.....	103
5.2.1 “Direitos da criança e do adolescente: como enfrentar esse desafio nacional?”	107

5.2.2 “Desenvolvimento e preservação ambiental: como conciliar interesses em conflito?”	112
5.2.3 “A violência na sociedade brasileira: como mudar as regras desse jogo?” ..	117
5.3 Palavras-tema.....	121
5.3.1 “Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil”	1223
5.3.2 “Caminhos para combater o racismo no Brasil”	128
5.4 Proposta de atividade para o ensino médio à luz da semântica do acontecimento	134
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
REFERÊNCIAS	148
ANEXOS.....	153

1 INTRODUÇÃO

O Exame Nacional do Ensino Médio, desde o seu surgimento, tem sido objeto de estudo de diversas pesquisas no campo da linguística, seja com a sua prova na modalidade objetiva, seja na discursiva: a redação. Não é difícil perceber, pois, que a maioria desses estudos dá ênfase às questões objetivas na área de Linguagens e suas Tecnologias, analisando a composição de enunciados e a recorrência dos diferentes campos dos estudos linguísticos: morfologia, fonologia, sintaxe, semântica, dentre outros (LIMA, 2019).

Assim, partindo das lacunas ainda existentes acerca das pesquisas feitas em torno deste exame, motivamo-nos a analisar com mais atenção recortes da prova de redação, a partir de um percurso ainda pouco traçado: o da semântica; e, adentrando ainda mais na área, a Semântica do Acontecimento, que ainda não foi contemplada em pesquisas que tenham esta prova como objeto, tampouco que realizem uma análise com o recorte das redações do ENEM como *corpus*. Encontramos, sim, importantes pesquisas que estudam a teoria com um direcionamento para a área da história, do discurso, ao tratar de nomes próprios, de ruas, de cidades (ZATTAR, 2017; KARIM, 2012); pesquisas que estudam as significações das palavras em contextos diversos em memes e em livros didáticos (SIGLIANI; RÊGO; BARROS; & VENTURA, 2019a; 2019b), por exemplo; como também estudos que versam sobre a relação entre os processos enunciativos e sintáticos (DIAS, 2002; 2009; 2012). As pesquisas mencionadas não são as únicas, mas estas nos proporcionaram uma visão ampla sobre os estudos que já haviam sido realizados, pela robustez das análises e, conseqüentemente, sobre as demandas de análise que ainda existiam nesta área.

Além disso, outras pesquisas se empenham em analisar as redações do ENEM, mas dando enfoque unilateral aos aspectos textuais: a) à estruturação e composição do gênero (CASSETTARI, 2018); b) às ocorrências de desvio da norma padrão, a partir de um viés gramatical identificado na competência 1 da matriz de correção da prova de redação (PINHEIRO, 2007); c) à pragmática, com vistas às estratégias de polidez e às modalidades alocutivas na construção do ethos, a partir de uma análise discursiva de comentários virtuais de redações estilo enem, mas o foco dado não é, especificamente, a produção deste gênero (SABINO, 2018); além de outro estudo nesta área, numa análise sobre aproximação da pragmática formal à pragmática aplicada nas redações do ENEM (SANTOS, 2017); d) à Análise do Discurso, quando da análise da autoria em textos

dissertativos argumentativos, produzidos por candidatos no ENEM, sob o viés da leitura e da escrita (JESUS, 2017); e) além de estudos com vistas na argumentação (CORTEZ, 2015), ao analisar a constituição argumentativa nos textos dissertativos argumentativos produzidos por pré-candidatos ao ENEM, a partir das concepções da argumentação retórica de Aristóteles, argumentação textual de Perelman e argumentação na língua ducrotiana; e, mais especificamente, à Semântica Argumentativa (SCHONARTH, 2019), com pesquisas que abordam a Teoria dos Blocos Semânticos, a partir da existência de uma unidade semântico argumentativa no texto e, ainda, da utilização de recursos polifônicos na redação ENEM, especialmente o do argumento por autoridade, especificado pela Teoria Polifônica da Enunciação.

Em face disso, este estado da arte demonstra o ineditismo deste estudo, já que nós fazemos algo diferente: articulamos a Semântica do Acontecimento com os estudos linguísticos referentes à prova de redação do ENEM. Assim, é feita uma análise acerca dos enunciados-tema que são anualmente escolhidos, juntamente com a coletânea de textos da proposta, no intuito de lançar alguma luz e trazer contribuições com a aplicação dessa teoria (Semântica do Acontecimento) em um objeto tão vasto e complexo, que é a prova de redação deste exame.

Sendo assim, nossa expectativa é a de uma Semântica do Acontecimento (ou Semântica da Enunciação), de base enunciativa, que possa ser didatizada, ao ser trabalhada em aulas de redação. Porém, a edificação de uma proposta de ensino de produção textual sob essa perspectiva não é tarefa fácil, primeiramente porque significa romper com uma perspectiva formal/tradicional de linguagem que prevê que os significados sejam relativamente estáveis e de fácil apreensão (uma vez que muitas vezes os indivíduos são levados à compreensão dos sentidos de um tema de redação univocamente, trazido pelo próprio mediador/professor); depois porque lidar com a instabilidade do significado – a partir da interpretação de um tema de redação, por exemplo – com a fluidez dos sentidos, nos textos, é uma tarefa até agora pouco incentivada.

A partir de tal contextualização, surgiram as seguintes questões de pesquisa: De que forma a composição dos enunciados-tema da redação do ENEM favorece a interpretação temática, anualmente? Quais significações podem ser extraídas da análise das palavras que compõem o enunciado-tema e dos seus textos motivadores?

Para respondermos às perguntas de pesquisa, traçamos alguns objetivos. O objetivo geral é analisar como acontece o processo enunciativo nas provas de redação

do ENEM, pela perspectiva da Semântica do Acontecimento. Como objetivos específicos, nos propomos a a) analisar o processo de significação dos enunciados-tema e dos textos motivadores; b) mostrar de que modo essa significação se constrói nesses recortes; c) buscar uma contribuição para o ensino de língua, ao construir um modelo de atividade de análise de enunciados-tema e dos textos motivadores nas aulas de redação.

Para cumprirmos com os objetivos propostos, o objeto de análise desta pesquisa são as provas de redação do ENEM, desde 1998 até 2018, quando o exame completou 20 anos de história. Neste objeto estão incluídos tanto os enunciados-tema quanto os textos motivadores escolhidos para cada versão do exame. O *corpus*, por sua vez, são as palavras-chave (aberta, comando e tema) identificadas no enunciado-tema da redação e nos textos motivadores relacionados a ele.

Metodologicamente, quanto aos objetivos de uma investigação, Gil (2008) aponta para três tipos/níveis de pesquisa: descritiva, propositiva e explicativa. Nesse sentido, nosso estudo faz um percurso lógico entre as duas vertentes; a primeira, descritiva, “procura conhecer a realidade estudada, suas características, problemas e impasses” (p. 28). A segunda, por sua vez, é denominada “propositiva” quando o pesquisador propõe algum mecanismo, tal como realizamos nesta pesquisa, ao elaborarmos uma proposta de atividade a ser aplicada na sala de aula do ensino médio, à luz da Semântica do Acontecimento Assim, ao estudarmos as provas de redação do ENEM, desde o primeiro ano de aplicação deste exame, vamos construindo conhecimento sobre ele e nos tornando autônomos na descrição sobre os fatos e os fenômenos relacionados a ele. A terceira, por sua vez, culmina das duas anteriores: a explicativa – aquela “centrada na preocupação de identificar fatores determinantes ou de contribuição no desencadeamento dos fenômenos” (p. 28).

Assim, esses tipos de pesquisa nos ajudarão a interpretar as provas de redação do ENEM, a partir da designação de nomes contidos nos enunciados-tema em conjunto com os nomes presentes nos textos motivadores, a fim de que tenhamos uma contribuição para o ensino regular de redação, identificando estratégias para a interpretação do tema a partir de enunciados e designações de palavras-chave.

Quanto ao método e à forma de abordar o problema e os dados, esta pesquisa se classifica como qualitativa, que pode ser definida como a que se fundamenta principalmente em análises qualitativas, caracterizando-se, em princípio, pela não utilização de instrumental estatístico na análise dos dados. (LANKSHEAR E KNOBEL, 2008). Vale salientar, ainda, que na pesquisa qualitativa, segundo os autores

supracitados, “a coleta de dados é sempre seletiva. Os pesquisadores não podem coletar todos os dados potenciais referentes a um fenômeno (...) eles devem tomar decisões, em pontos estratégicos, sobre o que incluir e excluir” (p.150). Este critério da análise qualitativa se assemelha aos métodos da análise em Semântica do Acontecimento, em que Guimarães aponta sobre a importância de haver sondagem dos dados, avaliando o recorte “como um fragmento do acontecimento da enunciação”, logo, dotado de significação (GUIMARÃES, 2018, p. 76).

Já em relação aos procedimentos adotados na coleta e análise dos dados, Gil (2007) os compacta em dois grupos: no primeiro, ao qual nos filiamos, estão as pesquisas bibliográfica e documental (documento oficial em que constam as provas de redação do ENEM); não dependeremos, portanto, da fonte de “gente” e das informações transmitidas por grupos e pessoas, tal como ocorre no segundo grupo apontado pelo autor, que leva em conta a pesquisa de campo e o estudo de caso, por exemplo. De acordo com MARCONI & Lakatos (2010, p. 157): “A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos – escritos ou não –, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ocorre, ou depois”.

O procedimento de pesquisa documental, semelhante à pesquisa bibliográfica, será preponderante no nosso estudo. A bibliográfica, por lidar com o uso exclusivo de fontes bibliográficas, não será nosso foco específico. A documental, por sua vez, nos levará a fontes documentais já existentes, como as provas do ENEM disponibilizadas pelo INEP a cada ano. Como a análise destes documentos pode ocorrer depois em que o fato acontece, nossa pesquisa se caracteriza por ser longitudinal, ou seja, coletamos provas de redação desde 1998 – a primeira edição do ENEM – até 2018, o que configura uma análise em escala de tempo.

Em função da natureza desses documentos – qualitativos – o planejamento, a execução e a interpretação dos dados seguem caminhos diferentes, respeitando as particularidades de cada abordagem, inclusive, do tempo. Por isso, nossa análise depende da interpretação e explicação feita de cada dado identificado, a cada ano. Para justificativa deste processo, para Gil (2008, p. 153), “os dados documentais, por terem sido elaborados no período que se pretende estudar, são capazes de oferecer um conhecimento mais objetivo daquela realidade”, seja ela do passado ou do presente.

Para atuarmos na análise dos nossos dados, massivamente serão utilizados os estudos de Guimarães (19; 2004; [2002]2017; 2018), já que é o elaborador da teoria a

partir da qual moveremos toda nossa discussão e análise: a Semântica do Acontecimento.

Ao propor a Semântica do Acontecimento, Guimarães ([2002]2017) parte da ideia de uma semântica linguística, reforçando que o que dizemos se constrói na linguagem. Dialogando com a Pragmática, a Semântica Argumentativa e a Análise do Discurso, a Semântica do Acontecimento “considera que a análise do sentido da linguagem deve se localizar no estudo da enunciação, no acontecimento do dizer” (GUIMARÃES, [2002]2017, p.7). De modo mais específico, nesta perspectiva teórica, a relação de sentido está na passagem do enunciado para o acontecimento.

Ao retomar a abordagem clássica para enunciação, Guimarães ([2002]2017) nos remete a Benveniste, para quem a enunciação é a língua posta em funcionamento pelo locutor, e a Ducrot, para quem a enunciação é o elemento do aparecimento de um enunciado, em determinado momento do tempo e do espaço. Em um exercício de adjacência dos conceitos supramencionados, Guimarães ([2002] 2017, p. 10) toma a enunciação como “um acontecimento no qual se dá a relação do sujeito com a língua”.

Outro aspecto da teoria a ser destacado é o conceito de designação. Guimarães (2018) critica o fato de nomeação, designação e referência serem termos tratados como correlatos. A nomeação é apenas o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome, a exemplo de *mesa*, que nomeia todos os objetos classificados como tal. A referência (denotação) é a particularização de algo na e pela enunciação, o que significa apontar para uma mesa específica ao enunciar *esta mesa*. Já o conceito de designação dado em Guimarães (2018) diz respeito à significação de um nome, pois a “questão é saber o que significa uma palavra no enunciado em que é enunciada enquanto elemento de um texto” (GUIMARÃES, 2018, p. 156). E aquilo que um nome designa é apresentado por Domínio de Determinação Semântica (DSD), que, conforme Guimarães (2017) é por onde se dão os sentidos do nome em um dado enunciado, em uma dada unidade de análise.

Cada conceito aqui mencionado, específico da SA, será melhor discutido no capítulo teórico, levando em consideração, inclusive, as proximidades e distanciamentos que Guimarães dá à Semântica do Acontecimento com outras teorias, tais como as supracitadas. Isso será importante para que, no momento de análise, não precisemos sempre remontar à teoria para discutir os dados – mesmo que, algumas vezes, isso seja necessário.

A organização desta tese é feita da seguinte forma:

O primeiro capítulo é este, o de introdução, destinado à apresentação e contextualização inicial da pesquisa – com a problematização da temática feita a partir de um levantamento do estado da arte –, no qual situamos nosso leitor sobre os objetivos, a metodologia (objeto de pesquisa, *corpus*, tipo de pesquisa e procedimentos de análise), a justificativa e os fundamentos teóricos que embasam esta tese.

O segundo capítulo, por sua vez, faz um percurso pelas abordagens semânticas, ou seja, um histórico desde o surgimento da semântica, perpassando algumas das suas vertentes, até chegarmos à Semântica do Acontecimento.

O terceiro capítulo é específico da Semântica do Acontecimento; seu surgimento, suas filiações e (des)filiações e os conceitos-chave para a compreensão desta teoria.

O quarto capítulo é teórico-analítico, já que apresentamos o DSD (Domínio Semântico de Determinação), metodologia própria criada por Guimarães para a Semântica do Acontecimento; discutimos também sobre os procedimentos enunciativos de articulação e reescritura, que são fundamentais para a análise do DSD; assim como descrevemos a metodologia aplicada na nossa análise dos dados, à luz dos procedimentos supracitados. Logo, à medida que foi sendo feita a análise, surgiram os aspectos de tal metodologia.

No quinto capítulo, realizamos a análise propriamente dita. Para isso, foram selecionadas três categorias, a saber: Palavra-aberta, Palavra-comando e Palavra-tema. Na primeira categoria, analisamos os enunciados-tema e os textos motivadores da proposta de redação do ENEM 1998, “Viver e Aprender”, e da proposta do ENEM de 1999, “Cidadania e Participação Social”. Na segunda categoria, foram analisados os enunciados tema de 2000, “Direitos da criança e do adolescente: como enfrentar esse desafio nacional?”; de 2001, “Desenvolvimento e preservação ambiental: como conciliar os interesses em conflito?”; e de 2003, “A violência na sociedade brasileira: como mudar as regras desse jogo?”. A última categoria, por sua vez, contemplou a análise dos enunciados-tema e coletânea de textos de 2016, na primeira aplicação e na aplicação para pessoas privadas de liberdade (PPL), respectivamente: “Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil” e “Caminhos para combater o racismo no Brasil”.

No sexto e último capítulo, traçamos uma proposta de aplicação do nosso estudo para a sala de aula, ou seja, elaboramos uma sugestão de atividade para que os professores de língua portuguesa possam utilizar a teoria da SA, didaticamente, em

aulas de redação, por exemplo, como auxílio no momento de interpretação do enunciado-tema e também de encaminhamento argumentativo. Na verdade, a atividade se pautou no uso das categorias de análise que elegemos, no intuito de extrair os sentidos e as significações presentes nos enunciados-tema e nos textos motivadores, o que perpassa pelos procedimentos enunciativos utilizados para análises na Semântica do Acontecimento.

Por fim, apresentamos algumas considerações finais. Logo após, expusemos as referências bibliográficas utilizadas ao longo desta pesquisa e anexamos as provas de redação analisadas, extraídas no próprio INEP.

2 O ENEM E A PROVA DE REDAÇÃO

Neste capítulo apresentamos o referencial que norteia a pesquisa sob a perspectiva do ENEM. É constituído de dois eixos que fundamentam o desenvolvimento da análise e discussão dos dados: um referente ao Exame Nacional do Ensino Médio, seu histórico, continuidades e discontinuidades; e outro relacionado, especificamente, à prova de redação deste exame, desde a estrutura e (re) estrutura até aos critérios de avaliação desta prova e à proposta de redação, com seus textos motivadores e encaminhamentos dados aos candidatos.

2.1 O Enem

O Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, surgido em 1998¹, tinha o intuito primeiro de avaliar o domínio de competências pelos estudantes concluintes do ensino médio, com uma participação voluntária dos indivíduos. Assim, a prova do ENEM, que durante 11 anos era um exame autoavaliativo e uma avaliação da Educação para o MEC, passou a ser um exame classificatório e eliminatório, exigindo, de certa forma, mais dedicação dos candidatos ao responderem as questões de múltipla escolha e produzirem um texto. Após anos de melhorias e adaptações, no ano de 2009, o exame foi alçado à condição de selecionar candidatos para universidades, ganhando, progressivamente, instituições adeptas ao sistema, até culminar no modelo atual, em que o Sistema de Seleção Unificado (SISU) tornou-se o modelo de acesso às universidades mais concorrido, em números absolutos. Hoje, o ENEM, por meio do SISU, é adotado como processo seletivo da maioria das universidades federais.

Para Torres (2007, p.35), o ENEM propõe um modelo de avaliação em que se busca aferir “o desenvolvimento das estruturas mentais do sujeito, que em contínua interação com a realidade, constrói seus conhecimentos”. O autor ainda destaca que este exame, enquanto avaliação externa da educação básica no Brasil, desempenha um

¹ Criado em 1998, durante a gestão do Ministro da Educação Paulo Renato Souza, no governo Fernando Henrique Cardoso, o Enem teve por princípio avaliar anualmente o aprendizado dos alunos do ensino médio em todo o país para auxiliar o ministério na elaboração de políticas pontuais e estruturais de melhoria do ensino brasileiro através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do Ensino Médio e Fundamental, promovendo alterações nos mesmos conforme indicasse o cruzamento de dados e pesquisas nos resultados do Enem. Foi a primeira iniciativa de avaliação geral do sistema de ensino implantado no Brasil.

modelo de avaliação que busca medir e quantificar “as competências e habilidades básicas que, teoricamente, são desenvolvidas, transformadas e aperfeiçoadas também por mediação da escola”.

A prova deste exame é subdividida em matrizes: a) *Linguagens, códigos e suas tecnologias*, que abrange o conteúdo de Língua Portuguesa (Gramática e Interpretação de Texto), Língua Estrangeira Moderna, Literatura, Artes, Educação Física e Tecnologias da Informação; b) *Matemática e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias*, que abrange os conteúdos de Química, Física e Biologia; c) e *Ciências Humanas e suas tecnologias*, que abrange os conteúdos de Geografia, História, Filosofia e Sociologia. Cada uma dessas matrizes vale até mil pontos.

A prova de redação aplicada no mesmo dia da prova de *Linguagens, códigos e suas tecnologias*, sozinha, possui o valor de até mil pontos. Isso significa que, dentre todas as disciplinas estudadas ao longo do Ensino Médio, no ENEM, a redação possui o maior peso. Por isso, o discurso eufórico acerca da prova de redação no ENEM é tão presente e, mais que isso, tem despertado a preocupação de pesquisadores, já que esse mote tem crescido sistematicamente e possui ainda muitos caminhos a serem descobertos.

Desde 1998, o Enem se propunha a abarcar ideias inovadoras frente à educação, a partir da busca pela garantia de todos os conhecimentos básicos necessários a uma vida digna para todas as crianças e jovens brasileiros. Mais adiante, vislumbrava-se uma sociedade mais humana, mais justa. Entendemos, pois, que a procura por tais princípios pode ser enxergada, primordialmente, na escolha dos temas da redação, a cada ano, já que assuntos relevantes, controversos e polêmicos foram sendo sugeridos. Assim, compreendemos que a intenção da prova de redação pode ser a de que os candidatos consigam recuperar fatos e situações vivenciadas ou assistidas, colocando-se como cidadãos aptos a se posicionar discursivamente, num dado momento.

Assim, a escolha por esses assuntos e temas desperta-nos a curiosidade pela investigação dos seus critérios e os sentidos atribuídos a cada palavra no conjunto da proposição, já que há a hipótese da existência de palavras-chave que encaminham a uma dada enunciação.

Os temas da redação do Enem são pensados de acordo com os aspectos sociais, políticos e econômicos de cada época. Isso favorece a extração de sentidos dos enunciados que compõem a prova de redação, com o recorte de memoráveis. Logo,

compreender os sentidos/designações dessas palavras pode favorecer a compreensão do tema e a produção do sentido no acontecimento das enunciações.

Sendo assim, para uma melhor apreciação desta prova, que é o objeto de análise da nossa pesquisa, a seguir abriremos um tópico específico para tratar as peculiaridades da redação no ENEM.

2.2 A prova de redação: da tipologia dissertação argumentativa ao gênero redação do ENEM

A “dissertação argumentativa”, constituída de tal forma a partir do ENEM de 2009, caracteriza-se pela sua organização ao seguir um “rigor” baseado em critérios bem definidos, chamados de competências. Mesmo assim, devemos considerar que ele não está pronto e acabado (tal como todos os outros gêneros das diversas esferas comunicativas), por ser constituído de enunciados em constante mudança. Nesse aspecto, é preciso considerar sua evolução: antes apenas denominado por *dissertação escolar*, este texto sofreu mudanças – deixando de ser meramente expositivo e dissertativo – e configura-se como um marco, já que a argumentação ganhou espaço e a busca por sujeitos pensantes e críticos figurou como uma das metas do exame.

A título de teorização, os gêneros do discurso são os enunciados relativamente estáveis, que ocorrem no cotidiano, na utilização da língua (BAKHTIN, 2011). Tal aspecto de relativa estabilidade ocorre porque, por mais que o enunciado seja único, muda de acordo com a relação sujeito-tempo-espço, tal como aconteceu com o chamado “gênero” aqui estudado – a dissertação argumentativa. Assim, entende-se que o mesmo enunciado² recebe significado distinto para cada falante-momento-lugar, durante a sua enunciação (FIORIN, 2006), configurando-se como um acontecimento discursivo.

Logo, todo e qualquer gênero caracteriza-se pela sua amplitude, pois não está pronto e acabado. Além disso, compreendemos que ele pode sofrer mudanças e nós, usuários da língua, criamos novos gêneros, assim é possível a presença de um gênero no outro. Isso ocorre porque há enunciados próximos que definem um estilo e, portanto, um gênero; mas, mesmo havendo semelhanças entre os enunciados, eles se tornam

² Consideramos o conceito de “enunciado” diferente do que apregoa Bakhtin. Para nós, filiados a Guimarães, na semântica do acontecimento, o enunciado não é o texto em si, mas a menor unidade de análise semântica.

passíveis de mudanças porque dependem do sujeito para existirem, e cada sujeito terá uma compreensão, ação e reação para cada enunciado proferido ou lido.

Apesar da consideração acima sobre o conceito de gêneros textuais, a título de enquadramento da dissertação argumentativa neste rol, nos filiamos nesta tese à proposta de Eduardo Guimarães (2011, p. 10), para o qual importa “pensar como um semanticista pode se interessar por um texto de modo específico”, ou seja, ele se dedica a uma “análise mais específica dos diversos aspectos de um texto (...) recortando-o pelo interesse de uma compreensão dos seus sentidos enquanto uma unidade específica de sentidos.” Portanto, nesta linha, procuramos, tal como Guimarães (2011, p.11) “fazer um percurso que não se apresenta a partir de modelos específicos de textos, como se coloca a partir da discussão de gênero textual” mostrada acima.

Vale salientar, ainda, que, ao falarmos sobre “gênero textual” neste capítulo, esta menção será feita apenas para demonstrar como este texto é cobrado no ENEM e as mudanças ocorridas, sem a intenção de analisá-lo do ponto de vista linguístico-textual, no tocante à teoria dos gêneros textuais. Mais uma vez, afirmamos que a nossa análise é do ponto de vista semântico, na compreensão dos sentidos dos textos.

Nesse contexto, por mais que os textos sejam escritos de acordo com um mesmo tema, conforme os exames e vestibulares, há diferença no contexto histórico-social que o sujeito-produtor vive, fazendo com que este tenha uma compreensão peculiar do enunciado, um argumento próprio e um ponto de vista específico. Além disso, a temática sugerida a cada ano abarca conhecimentos prévios, discursos e acontecimentos distintos, por isso há de se considerar que tais temas não são escolhidos aleatoriamente, mas produzem sentidos e recortam memoráveis.

O ensino da dissertação, assim como sua cobrança em exames do MEC, desde as últimas décadas do século XX, manteve-se ligado, quase que exclusivamente, a aspectos composicionais e não aos discursivos. Isso pode ser justificado a partir do momento em que, no ENEM de 1998, o enunciado da prova de redação sugere: “Redija um texto dissertativo, sobre o tema “Viver e Aprender”, no qual você exponha suas ideias de forma clara, coerente e em conformidade com a norma culta da língua, sem se remeter a nenhuma expressão do texto motivador “O Que É O Que É”” (INEP, 1998). A dissertação aparece, portanto, pouco conectada aos modos linguísticos de organização argumentativa e discursiva, o que parece se distanciar da noção de gênero aqui já apresentada conforme Bakhtin (2011).

É preciso discutir, ainda, a ideia de que a dissertação argumentativa parece ter se tornado um novo gênero textual. Porém, inicialmente, a dissertação foi elencada, nos estudos sobre o texto, como uma tipologia.

Para alguns linguistas, tal como Travaglia (1991, p. 39), a tipologia é a “possibilidade de particularização, de singularização dos discursos e, ao mesmo tempo, de sistematização e análise”. O tipo, nessa perspectiva é, então, uma atividade estruturada, cada qual contendo as suas regularidades. O autor faz uma proposta tipológica que permite ver com mais clareza a relação estreita que há entre o modo de enunciação, o tipo de texto e os recursos linguísticos empregados. Ele propõe três tipologias, de que só registraremos os pontos fundamentais de uma delas (a dissertação), já que é o foco da pesquisa: descrição, dissertação e narração. Em cada uma delas, o modo de enunciação é estabelecido para os tipos em relação ao referente, ao objeto de dizer, ao assunto sendo dado pela perspectiva em que o enunciador/locutor e interlocutor se colocam em relação ao saber/conhecer *versus* o fazer/ acontecer e o tempo e espaço. Na dissertação, por sua vez, o autor do texto está na perspectiva do conhecer/saber, abstraindo-se do tempo e do espaço, e o interlocutor é posto como ser pensante, que raciocina.

Esses três tipos de texto foram (e ainda são), em alguns momentos, chamados de gêneros de redação escolar. Essa concepção não pode ser descartada, já que no verbete do Dicionário Aurélio (2016), por exemplo, a definição de dissertação surge como “dis.ser.ta.ção sf. 1. Exposição desenvolvida de matéria doutrinária, científica ou artística. 2. Exposição de matéria estudada. 3. Composição escrita em que os alunos expõem suas ideias sobre tema dado pelo professor, ou de sua livre escolha. 4. Discurso, exposição ou exame minucioso sobre um assunto. 5. Exposição oral realizada sobre um assunto proposto; discurso. 6. Ação de dissertar, de discutir, de expor um tema de maneira sistemática, clara e abrangente.”

Ora, se no seu surgimento o ENEM propôs a produção de uma redação meramente escolar, a dissertação, por ser voltado aos alunos do ensino médio, naquele momento prezava-se pela exposição de um conteúdo, restringindo, assim, a argumentação, mas não a proibindo. O que parece contraditório é o fato de, em 2009, aparecer na prova de redação do ENEM, um possível novo gênero: a dissertação-argumentativa. Se por um lado foi agregada a argumentação, ou seja, os aspectos discursivos do texto, por outro se pode compreender que ainda se trata de uma mesma tipologia, já que o exame permanece com o mesmo foco para o Ensino Médio, e essa

tipologia continua restrita ao universo escolar. Assim, por um lado, assumimos a posição de que não se trata de um novo gênero, mas sim de duas tipologias agregadas: a dissertação e argumentação, em prol de uma mesma situação comunicativa – o exame do MEC, destinado a um público específico (mesmo de antes) e a um contexto peculiar.

Por outro lado, se nós podemos falar em um novo gênero, este seria a “redação no ENEM”, no lugar da redação escolar. Podemos justificar nossa assertiva se pensarmos nas finalidades que os documentos oficiais do Ensino Médio propõem para o ensino de LP. Em razão dessas finalidades, nos PCNEM-LP (BRASIL, 2000) o ensino da língua é voltado para o seu uso social. Para tanto, isso demonstra que o indivíduo deve ser capaz de estabelecer relações entre o ensino de Língua Portuguesa e questões relacionadas à cidadania, ao trabalho e à formação ética, estética e política *na e pela*. Diante disso, o ENEM se destaca como um exame que, na prova de redação, tenta possibilitar aos candidatos/indivíduos o desenvolvimento da cidadania, capacitando-os a integrar a sociedade de forma ativa e mais autônoma possível, a partir da discussão de temas sociais.

Assim, mesmo que os documentos oficiais discurssem sobre o caráter social da língua, no ensino de LP, o Enem, na sua prova de redação, parte de uma tripla face: interativa (se levarmos em consideração a questão do diálogo com outros textos e o repertório sociocultural, nas competências 2 e 3 da grade de correção); gramatical (com base na competência 1, que discorre sobre o candidato ter que cumprir a norma culta da língua); e textual (o que pode ser identificado na competência 4, sobre os mecanismos textuais utilizados para organização do texto). Logo, isso nos faz refletir que este exame não reconhece, didaticamente, o trabalho de produção escrita baseada nos gêneros textuais, mas em uma tipologia que requer estrutura e características textuais, incorporando, assim, a argumentação. Para Agustini e Borgez (2014), o ENEM atribui à sua proposta de produção textual uma característica basicamente estrutural (de acordo com o tripé acima discutido), dando à produção escrita uma forma com o predomínio da sequência/tipologia argumentativa.

Para finalizar nossa discussão sobre a produção textual no ENEM, já que o foco desta tese não é o estudo do texto/gênero, apenas nos propusemos a dar nosso posicionamento em relação à proposta apregoada neste exame, chegamos a uma conclusão que vê a produção textual no ENEM em duas vias: por um lado há o texto dissertativo argumentativo em prosa como uma tipologia textual; e a redação do ENEM

como um “novo” gênero, como consideram alguns autores (PRADO & MORATO, 2016). Para estes autores, assim como a posição que assumimos,

o que faz a redação do ENEM se configurar como um gênero textual não é apenas a evidência de que estamos tratando de uma possibilidade de se considerar a língua em uso para fins que atendam a determinada demanda social, que, no caso do ENEM, podem ser ingresso em uma universidade ou a conclusão do ensino médio, por exemplo. Estamos lidando com um tipo de texto que solicita ao enunciador uma apreciação crítica, uma opinião e uma proposta de solução para um problema social. (p. 216)

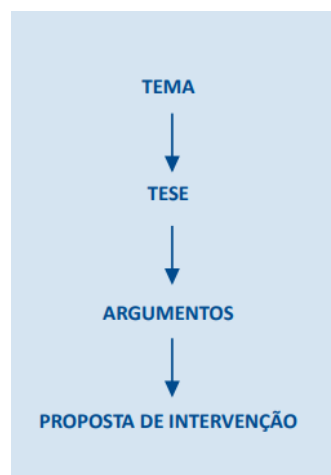
Logo, se tanto os estudos de Bakhtin (2011) quanto os de Bronckart (1999), e Schneuwly & Dolz (2004) privilegiam os fatos sociais na elaboração e na construção do gênero textual, então podemos pensar nas “redações do ENEM” como um fato social marcado e bem delimitado. Por outro lado, se considerarmos apenas o caráter estrutural que se pede, um “texto dissertativo argumentativo em prosa”, estaríamos diante de uma tipologia textual, como propõe Travaglia (1991).

Corroborando ainda este último posicionamento, não é difícil perceber que o texto dissertação argumentativa não extrapolou a esfera escolar, ou ainda podemos dizer que ela permanece como parte fundamental de uma tradição escolar. Logo, apesar de um ideal de “mudança”, por acrescentar a argumentação, ainda não podemos considerar a dissertação argumentativa, como um novo gênero, dadas as características de uma tipologia, mas sim a “Redação do ENEM” como tal.

2.3 Estrutura do gênero “redação do ENEM”

Quanto à estrutura do gênero redação do ENEM – dissertação argumentativa, há uma sugestão básica para a produção do “novo gênero”, a destacar o aspecto da argumentação, que é bem definido como mecanismo e caminho a ser seguido, de acordo com a temática. A prova de redação exige do candidato a produção de um texto em prosa, como já se sabe, do tipo dissertativo-argumentativo, sobre um tema de ordem social, científica, cultural ou política. Assim, os aspectos a serem avaliados relacionam-se às competências que devem ter sido desenvolvidas durante os anos de escolaridade e suas vivências. Nessa produção, há que se defender uma tese – uma opinião a respeito do tema proposto –, apoiada em argumentos consistentes, estruturados com coerência e coesão, formando uma unidade textual, de acordo com a estrutura abaixo (INEP, 2018):

Figura 1 – Esquema estrutura da dissertação



Fonte: INEP (2020, p. 7)

Percebe-se que no topo do processo está o tema, fato que corrobora o nosso intuito de estudá-lo, antes mesmo que se analise a estrutura textual ou até mesmo as próprias redações. Quando se trata das especificidades da dissertação argumentativa, ao escrever, o produtor precisa seguir os critérios estabelecidos pelo exame, tendo que comprovar o seu pensamento, argumentar e defender seu ponto de vista relacionado a diversos assuntos, contraditoriamente, de modo impessoal. Tais critérios, as competências, são descritas na cartilha do participante, divulgada pelo próprio INEP (2018):

Figura 2 – Quadro de competências

Competência 1:	Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa.
Competência 2:	Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.
Competência 3:	Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.
Competência 4:	Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.
Competência 5:	Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado que respeite os direitos humanos.

Fonte: INEP (2020, p. 8)

Das competências acima descritas, apenas as competências 2 e 3, especificamente, perpassarão este estudo, já que estão ligadas diretamente à temática e são fatores primordiais ao seu pleno desenvolvimento. A competência 2 acima descrita trata da compreensão da proposta de redação, composta por um tema específico a ser desenvolvido na forma de texto dissertativo-argumentativo – ou seja, a proposta exige que o participante escreva um texto dissertativo-argumentativo, que é o tipo de texto que demonstra, por meio de argumentação, a assertividade de uma ideia ou de uma tese.

Assim, nota-se que este gênero vai além de uma simples exposição de ideias; por isso, deve-se evitar a elaboração de um texto de caráter apenas expositivo, devendo assumir claramente um ponto de vista e filiar-se ao tema. Este último constitui o núcleo das ideias sobre as quais a tese se organiza e é caracterizado por ser a delimitação de um assunto mais abrangente. Por isso, é preciso atender ao recorte temático definido para evitar tangenciá-lo ou, ainda pior, desenvolver um tema distinto do determinado pela proposta (INEP, 2018). Além disso, é preciso que uma tese seja defendida e esteja relacionada ao tema definido na proposta. É dessa forma que se atende às exigências expressas por tal competência.

Outro aspecto importante a ser descrito é a necessidade da utilização de informações de várias áreas do conhecimento, demonstrando que o produtor está atualizado em relação ao que acontece no mundo. Ao utilizar as diversas áreas, o repertório sociocultural do sujeito produtor será demonstrado, já que a própria delimitação do tema é o que dará o direcionamento para a escolha dos argumentos e dos repertórios utilizados (citações, discursos de autoridade, dentre outros).

Essas informações devem ser usadas de modo produtivo e reflexivo no texto, evidenciando que elas servem a um propósito muito bem definido: ajudar a validar um ponto de vista em prol de definir um foco para a discussão do tema proposto. Isso significa que essas informações devem estar articuladas à discussão desenvolvida na redação e de acordo com o que for sugerido na temática. Informações soltas no texto, por mais variadas e interessantes, perdem sua relevância quando não associadas à defesa do ponto de vista desenvolvido no texto ou quando não comandadas pelo tema.

Nesse contexto, é importante acrescentar que os temas da redação do Enem são pensados de acordo com os aspectos sociais, políticos e econômicos de cada época. Isso favorece que os candidatos recortem memoráveis e produzam a significação de algumas palavras que, muitas vezes, repetem-se ao longo da proposição dos temas anualmente, de modo proposital. Logo, compreender os sentidos/designações dessas palavras pode

favorecer a compreensão do tema e a produção do sentido no acontecimento das enunciações.

Para finalizar as informações sobre esta competência, seguem os 6 critérios para atribuição da pontuação (INEP, 2018), destacando a atenção para a atribuição da nota 0, caso o tema em si não seja contemplado:

Figura 3 – Quadro de pontuação – Competência 2

200 pontos	Desenvolve o tema por meio de argumentação consistente, a partir de um repertório sociocultural produtivo e apresenta excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo.
160 pontos	Desenvolve o tema por meio de argumentação consistente e apresenta bom domínio do texto dissertativo-argumentativo, com proposição, argumentação e conclusão.
120 pontos	Desenvolve o tema por meio de argumentação previsível e apresenta domínio mediano do texto dissertativo-argumentativo, com proposição, argumentação e conclusão.
80 pontos	Desenvolve o tema recorrendo à cópia de trechos dos textos motivadores ou apresenta domínio insuficiente do texto dissertativo-argumentativo, não atendendo à estrutura com proposição, argumentação e conclusão.
40 pontos	Apresenta o assunto, tangenciando o tema, ou demonstra domínio precário do texto dissertativo-argumentativo, com traços constantes de outros tipos textuais.
0 ponto	Fuga ao tema/não atendimento à estrutura dissertativo-argumentativa. Nestes casos a redação recebe nota 0 (zero) e é anulada.

Fonte: INEP (2020, p. 20)

A competência 3 (Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista), por sua vez, também terá papel fundamental nesta pesquisa, já que a escolha dos argumentos dependerá da compreensão da temática e dos discursos apreendidos a partir dela:

Figura 4 – Quadro de pontuação – Competência 3

200 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada, configurando autoria, em defesa de um ponto de vista.
160 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, de forma organizada, com indícios de autoria, em defesa de um ponto de vista.
120 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, limitados aos argumentos dos textos motivadores e pouco organizados, em defesa de um ponto de vista.
80 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, mas desorganizados ou contraditórios e limitados aos argumentos dos textos motivadores, em defesa de um ponto de vista.
40 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões pouco relacionados ao tema ou incoerentes e sem defesa de um ponto de vista.
0 ponto	Apresenta informações, fatos e opiniões não relacionados ao tema e sem defesa de um ponto de vista.

Fonte: INEP (2020, p. 22)

O terceiro aspecto avaliado é a forma como o candidato seleciona, relaciona, organiza e interpreta informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa do ponto de vista escolhido como tese. Assim, é preciso elaborar um texto que apresente uma ideia a ser defendida e os argumentos que justifiquem a posição assumida em relação à temática da proposta de redação. Em síntese, a competência 3 trata da organização e otimização do texto, ou seja, da pertinência entre as ideias apresentadas, o que é garantido pelo planejamento prévio à escrita, mas, principalmente, pela compreensão do tema e pelos discursos que vêm à tona no momento da escrita. Feito isso, o candidato será avaliado segundo os critérios da figura acima.

Em face disso, o objeto de análise desta pesquisa são as provas de redação do ENEM (mais especificamente as suas palavras-chave), desde 1998 até 2018, quando o exame completa 20 anos de história; nosso *corpus*, por sua vez, serão os temas escolhidos anualmente pela comissão responsável pelo exame, que serão contemplados e apresentados no subtópico abaixo.

2.4 Temas contemplados nas provas do ENEM

Para melhor compreender o conjunto de temas cobrados no ENEM, ao longo de sua trajetória, este subtópico traça um panorama de todos os temas cobrados na redação do ENEM, desde 1998 até 2018 – recorte este que pode ser justificado por se completarem 20 anos de sua existência –, em meio a um caminho de avanços e retrocessos, tanto no próprio exame quanto no país (e no mundo). Segue, abaixo, a tabela que ilustra todo estes temas, ano após ano:

Tabela 1 – Temas de redação do ENEM (1998-2018)

ANO DE APLICAÇÃO	TEMA
1998	Viver e aprender
1999	Cidadania e participação social
2000	Direitos da criança e do adolescente: como enfrentar esse desafio nacional
2001	Desenvolvimento e preservação ambiental: como conciliar os interesses em conflito?

2002	O direito de votar: como fazer dessa conquista um meio para promover as transformações sociais que o Brasil necessita?
2003	A violência na sociedade brasileira: como mudar as regras desse jogo
2004	Como garantir a liberdade de informação e evitar abusos nos meios de comunicação
2005	O trabalho infantil na sociedade brasileira
2006	O poder de transformação da leitura
2007	O desafio de se conviver com as diferenças
2008	Como preservar a floresta Amazônica
2009	O indivíduo frente à ética nacional
2010 (1ª aplicação)	O trabalho na construção da dignidade humana
2010 (2ª aplicação)	Ajuda humanitária
2011(1ª aplicação)	Viver em rede no século 21: os limites entre o público e o privado
2011 (2ª aplicação)	Cultura e mudança social
2012 (1ª aplicação)	Movimento migratório para o Brasil no século 21
2012 (2ª aplicação)	O grupo fortalece o indivíduo?
2013 (1ª aplicação)	Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil
2013 (2ª aplicação)	Cooperativismo como alternativa social
2014 (1ª aplicação)	Publicidade infantil em questão no Brasil
2014 (2ª aplicação)	O que o fenômeno social dos “rolezinhos” representa?
2015 (1ª aplicação)	A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira
2015 (2ª aplicação)	O histórico desafio de se valorizar o professor
2016 (1ª aplicação)	Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil
2016 (2ª aplicação)	Caminhos para combater o racismo no Brasil
2017 (1ª aplicação)	Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil
2017 (2ª aplicação)	Consequência da busca por padrões de beleza idealizados
2018 (1ª aplicação)	Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet

Fonte: Autora.

Para início de apresentação, a temática proposta no primeiro ano de aplicação do exame, “Viver em aprender”, traz como único texto a música de Gonzaguinha “O que é o que é”. Na canção, o trecho “Viver e não ter a vergonha de ser feliz/Cantar e cantar e cantar/A beleza de ser um eterno aprendiz (...)” é uma releitura do próprio tema (e vice-versa), sugerindo ao candidato uma reflexão sobre a vida, sobre as vitórias e os fracassos, sobretudo os aprendizados. Porém, a música certamente não fora suficiente para a compreensão e encaminhamento do tema, já que este último também não sugeriu mecanismos ou caminhos pretendidos. Logo, consideramos uma proposta vaga, que teria incontáveis possibilidades de discussão.

Se por um lado identificamos a inconsistência da temática, por outra devemos compreender que, possivelmente, naquele ano, o ENEM poderia querer textos autorais, ou seja, textos não alicerçados no texto motivador, apenas inspirado e, portanto, o candidato deveria ampliar seu pensamento no momento de escrever. É neste ponto que os verbos “viver” e “aprender” serviram como palavras a serem analisada quanto à sua designação. Assim, a escolha por estes dois verbos suscitaram duas abordagens (e, mais à frente, suas designações): uma positiva, em que se ressalta a beleza da vida (no trecho “é a vida, é bonita e é bonita”), mesmo em meio às dificuldades e obstáculos (“eu sei que a vida devia ser bem melhor e será...”) que serão superados em meio à persistência; e outra negativa (ou apenas realista), ressaltando mais as dificuldades impostas pela vida, mas não como aprendizado, mas sim como limites difíceis de serem ultrapassados.

Portanto, o ENEM 1998 requeria do candidato uma reflexão sobre a relação entre a vida e os aprendizados que temos ao longo dela e como podemos lidar com isso, já que tudo é questão de ponto de vista e o ponto de vista do texto motivador é otimista.

Partindo para o enunciado, este menciona um texto dissertativo no qual ideias devem ser expostas; não há menção a ordem do argumentar, apenas do dissertar, do expor, o que é diferente dos exames mais atuais, que pedem textos dissertativos-argumentativos, sobre os quais já escrevemos acerca das suas diferenças. Assim, nesta proposta de 1998, a opinião e a argumentação não eram, de acordo com o enunciado, fatores intrínsecos, mas o candidato poderia opinar em relação ao seu ponto de vista e não apenas dissertar.

Todos os fatos mencionados acima, se relacionados ao tema da redação de 1998 “Viver e Aprender”, fazem com que este faça maior sentido, já que muitos percalços foram vividos no país, de modo a tirar a esperança e alegria de muitos brasileiros.

Em 1999, segundo ano de aplicação do ENEM, o tema é “Cidadania e participação social”. A elaboração da proposta de redação, por sua vez, comporta-se de maneira diferente do ano anterior e traz três textos diferentes. O primeiro é uma charge de HENFIL (1997), que critica o protagonismo juvenil; o segundo texto, retirado da Folha de São Paulo (16/11/1998), é um trecho de uma notícia adaptada de “Para quem se revolta e quer agir”, seção/capa do jornal que falou sobre o encontro “Vem ser cidadão”, o qual reuniu líderes de movimentos de protagonismo juvenil; o terceiro texto, por sua vez, é uma pequena coletânea de depoimentos de jovens que participaram do encontro acima mencionado, retirada também do jornal em questão. Percebe-se, portanto, que pela escolha dos textos motivadores, o tema estaria direcionado para uma discussão que relacionasse a postura dos jovens enquanto cidadãos protagonistas, mesmo que esta restrição não estivesse clara na sentença “Cidadania e participação social”, já que não há uma palavra que diga respeito, especificamente, à juventude.

A prova de redação do ENEM, em 2000, tinha como tema “Direitos da criança e do adolescente: como enfrentar esse desafio nacional?”. Para o desenvolvimento da temática, foram disponibilizados quatro textos motivadores, respectivamente: 1. uma charge de ANGELI (Folha de São Paulo; 14/05/200), que criticava a ausência da figura materna para as crianças em situação de rua; 2. o artigo 222 da Constituição, o qual trata das garantias da criança e do adolescente; 3. o depoimento de A.J., adolescente de 13 anos que depõe sobre sua vida nas ruas de São Paulo; 4. por fim, o trecho do livro “O cidadão de papel”, de Gilberto Dimenstein, discutindo sobre alguns aspectos da infância marginal. É preciso considerar, pois, que tais textos parecem realmente motivar uma discussão sobre o tema, já que cada um recupera uma ideia importante trazida na temática.

A proposta de redação, da prova de 2001, cujo tema é “Desenvolvimento e preservação ambiental: como conciliar os interesses em conflito?”, traz cinco textos para encaminhar a discussão da temática. É possível encontrar, nessa coletânea de textos, quadrinhos que fazem intertextualidade com a obra de Gonçalves Dias, “Canção do exílio”, como forma de criticar a ação humana à natureza, no Brasil. Logo em seguida, são apontados, por Paulo Adário – coordenador da Campanha da Amazônia do *Greenpeace* –, alguns dados estatísticos sobre o desmatamento nas florestas no mundo todo, de acordo com o site do *Greenpeace*. Surge, também, um texto retirado do site da ONG WWF (Fundo Mundial para a Natureza - *World Wildlife Fund*), apontando alguns dados do desenvolvimento sustentável do planeta e os produtos de maior consumo pela

população mundial. Outro texto mencionado é o trecho do livro “História da América através de textos”, de Pinsky (1991), cujo tema central é a exploração de terras ao longo da história mundial. O último texto da coletânea, por sua vez, é o trecho de uma carta do leitor, escrita por um cidadão de Ourinhos/SP, enviada à seção *Correio* da *Revista Galileu*, em junho de 2001.

Em 2002, a proposta temática da prova de redação traz algo diferente: uma imagem do “Comício pelas Diretas Já”, em São Paulo, em 1984, como texto que compõe a coletânea. A imagem poderia fazer o candidato buscar argumentos e discussões para o tema “O direito de votar: como fazer dessa conquista um meio para promover as transformações sociais de que o Brasil necessita?”. Encontramos, também, ao lado da imagem, outro pequeno trecho com a opinião de Iara Bernardi – professora e política filiada ao PT, desde 1981 – sobre a obtenção do direito de votar. Os próximos dois textos são trechos de livros, respectivamente: “Convite à filosofia”, de Marilena Chauí (1994); e “Qual socialismo? Discussão de uma alternativa”, de Norberto Bobbio (1983). O último texto da coletânea foi retirado da Revista Época; é o trecho de um artigo de opinião, intitulado “Muito além do voto” e escrito por André Forastieri, em 6 de maio de 2002.

A proposta de redação da prova de 2003, cujo tema foi “A violência na sociedade brasileira: como mudar as regras desse jogo?”, é composta por um Infográfico, “Números do pânico”, retirado da Revista Época (02/06/2003), que traz os números relacionados aos gastos do Governo, anualmente, com segurança, em comparação a outros gastos com educação, alimentação popular, entre outros ramos da sociedade. Os dois últimos textos são trechos de artigos de opinião sobre a violência no Brasil, publicados na *Folha de São Paulo*, em 2003, escritos por Maria Rita Kehl e Jurandir Costa (em “O medo social”), respectivamente.

Assim como nos anos anteriores, é comum iniciar a coletânea de textos da proposta temática com alguma imagem ou gênero que traga o aspecto não-verbal. Por isso, a prova de redação de 2004, que possuiu o tema “Como garantir a liberdade de informação e evitar abusos nos meios de comunicação?”, em forma de pergunta, traz, inicialmente, uma charge de Caco Galhardo (2001), que satiriza a televisão e, pelo desenho, retrata-a como um lixo. Foi escolhido também um trecho do livro “Sobre Ética e imprensa”, de Eugênio Bucci (2000); um trecho de um texto publicado no site “[eticanaty](#)”, sobre a fiscalização da imprensa; outro fragmento de texto veiculado pelo

site [“observatorio.ultimosegundo”](http://observatorio.ultimosegundo.com.br), que trata do papel de organizações como o “Observatório da Imprensa, no Brasil; e, por fim, foram trazidos Incisos do Artigo 5º da Constituição Federal de 1988, sobre liberdade de expressão e direito de privacidade individual.

Em 2005, com o tema “O trabalho infantil na sociedade brasileira”, a proposta da prova de redação está organizada a partir de quatro textos. Um deles é um Infográfico, retirado de *O Globo* (1/05/2004), que denuncia o trabalho infantil nas diversas regiões do Brasil; o segundo e o terceiro textos são artigos de opinião intitulados, respectivamente, “A crueldade do trabalho infantil” (Diário de Natal, 21/10/2000) e “O trabalho infantil na agricultura moderna” (PROEC). O último texto, por sua vez, é o Art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069.

Na prova de redação do ENEM de 2006, que possuiu o tema “O poder transformador da leitura”, fica claro que os textos ali presentes “têm caráter apenas motivador” e são, respectivamente, um trecho de um texto retirado do site “amigos do livro”, escrito por Inajá Martins de Almeida; o fragmento da crônica “O poder das letras”, de Moacir Scliar; e outro texto publicado no site supracitado, mas dessa vez sem autoria revelada.

Duas canções introduzem a proposta de redação da prova de 2007, cuja temática a ser discutida era “O desafio de se conviver com a diferença”: “Ninguém = ninguém”, de Engenheiros do Hawai; e “Uns iguais aos outros”, de Titãs. Além das músicas selecionadas, também fora inserido um trecho da Declaração Universal dos Direitos Humanos (UNESCO), que menciona a diversidade cultural e a pluralidade como patrimônios da humanidade. Percebemos, pois, que todos os textos motivam a ideia levantada pela temática, já que a abordam sob perspectivas e gêneros diferentes.

Em 2008, a prova de redação se comporta de maneira distinta dos anos anteriores. Inicialmente, é inserido um texto em duas faces, verbal e não verbal, que focaliza a relevância da região amazônica para o meio ambiente e para a economia brasileira, que retrata, tanto no desenho quanto no texto verbal, a “máquina de chuva da Amazônia”. Logo após, é lançada uma suposição sobre o que fora apresentado e são lançadas algumas ações que podem ser desempenhadas. O candidato, por sua vez, precisava escolher uma dessas ações para escrever seu texto dissertativo, ressaltando as possibilidades e as limitações da ação escolhida. Assim, havia três possibilidades diferentes para a abordagem do tema, o que motiva o participante a assumir uma das posturas e seguir sua reflexão por um caminho subjetivo.

“O indivíduo frente à ética nacional” é o tema da prova de redação do ENEM 2009. Ao trazer uma temática polêmica, a proposta é composta por três textos motivadores que trazem reflexões acirradas sobre a questão. Primeiramente é colocada uma charge de Millôr Fernandes, retirada do seu próprio site; depois, uma crônica de Lya Luft, “Ponto de vista”, publicada na Revista Veja, em 1988, e adaptada em 2005; por fim, um artigo de opinião sobre a corrupção, adentrando a temática sobre ética e moral, intitulado “Qual o efeito em nós em “eles são todos corruptos””?, extraído do Folha UOL.

É justamente em 2009 que o ENEM ganha novo caráter, tornando-se válido para o ingresso nas diversas universidades do país. Ainda assim, conforme já mencionado em seções anteriores, houve mudanças na prova de redação: passa a ser solicitada a escrita de um texto dissertativo-argumentativo, ou seja, a argumentação parece ganhar lugar central na reflexão sobre as temáticas. O tema de 2009, portanto, parece ser sugestivo desse novo molde, já que falar em “ética” e “corrupção” sempre foi importante, como pode ser comprovado na própria proposta, que traz um texto motivador escrito em 1988 e o tema já era passível de discussão.

Foi também a partir de 2009 que o enunciado das propostas de redação da prova foi unificado, ou seja, todos os anos ele se repete, modificando apenas o espaço para inserir o novo tema. A coletânea de textos que compõem a proposta também passou a ser chamada de “textos motivadores” e passou a ter papel central na interpretação da prova, que, de certa forma, parecem conduzir o participante a caminhos argumentativos diferentes e também o ajuda a não fugir do tema solicitado. Além disso, em algumas partes do enunciado, podemos perceber que as competências avaliativas da matriz de correção da prova do ENEM estão diluídas em palavras-chave, de forma que os candidatos possam cumpri-las, a fim de garantir a nota máxima:

Com base na leitura dos seguintes textos motivadores e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo, em norma culta escrita da língua portuguesa, sobre o tema (X), apresentando experiência ou proposta de ação social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista. (INEP, 2020, p. 23) (adaptado)

Ainda sobre as mudanças ocorridas a partir de 2009, no ano de 2010 podemos identificar dois fatos importantes: a segunda aplicação da prova do ENEM, oriunda de

problemas ocorridos com locais de prova, o que culminou na necessidade de uma nova data para que os alunos não contemplados pudessem realizar o exame em dada e locais diferentes; e a aplicação do ENEM PPL ³(Pessoa Privadas de Liberdade). Esse último tipo de aplicação está inserido numa política de acessibilidade e inclusão do INEP, sob medida socioeducativa, por acreditar na educação como elemento transformador, inclusive para a redução da reincidência criminal e da exclusão social.

Dadas as devidas informações, no ano de 2010, o tema da prova de redação, na primeira aplicação, foi “O trabalho na construção da dignidade humana”. Os textos motivadores escolhidos foram dois fragmentos de reportagens: o primeiro retirado do *Repórter Brasil*, em setembro de 2010, de uma reportagem intitulada “O que é trabalho escravo”; e o segundo trecho, retirado da *Revista Galileu*, da reportagem sobre o futuro do trabalho, também de 2010, no mesmo mês supracitado.

Já na segunda aplicação de 2010, o tema sugerido foi “Ajuda Humanitária” – enunciado composto por poucas palavras, que levanta um problema social. A coletânea de textos motivadores desta proposta seguiu uma linha diferente, pois foram escolhidas duas notícias que narram fatos ocorridos no país, nos quais a ajuda humanitária ganhou papel central. A primeira notícia, retirada do site da UEPB (Universidade Estadual da Paraíba), conta sobre um Comitê de Ajuda Humanitária da UEPB, que treinou voluntários para atuar junto às vítimas de Palmares (cidade atingida pelas chuvas que acometeram os estados de Pernambuco e Alagoas, em 2010). A segunda notícia, de cunho internacional, retirada do *Gazeta do Povo*, mostra uma ajuda humanitária, via redes sociais, dada aos Haitianos, após o terremoto que lá ocorreu também em 2010. O último texto se trata de um anúncio de campanha, feito a partir de uma “paródia” com a propaganda clássica da marca *Bombril*, em que o governo do Rio de Janeiro solicita a doação de materiais de higiene e limpeza para as famílias atingidas pelas fortes chuvas ocorridas no estado, no ano em questão.

O tema da prova de redação em 2011, na primeira aplicação, foi “Viver em rede no século XXI: os limites entre o público e o privado”. A coletânea de texto foi composta por um fragmento de reportagem, “Liberdade sem fio”, publicada pela

³ O ENEM PPL é um exame é aplicado desde 2010 pelo Inep, em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio do Departamento Penitenciário Nacional (Depen). As provas do Enem PPL têm o mesmo nível de dificuldade do Enem regular. A única diferença é a aplicação, que acontece dentro de unidades prisionais e socioeducativas indicadas pelos respectivos órgãos de administração prisional e socioeducativa, de cada unidade da Federação. Há provas em penitenciárias, cadeias públicas, centros de detenção provisória e instituições de medidas socioeducativas. A aplicação é posterior ao Enem regular e ocorre em dias úteis. (INEP)

Revista Galileu, em julho de 2011. Já a segunda aplicação da prova do ENEM, no mesmo ano, teve como tema “Cultura e mudança social”; os textos motivadores escolhidos foram uma reportagem sobre a criação do Grupo Cultural AfroReggae, escrita em novembro de 2010 e retirada do site do próprio grupo; e dois outros textos que se coadunam, pois um deles é a fotografia de Betinho – sociólogo e ativista dos direitos humanos brasileiro – e, ao lado, uma frase célebre dele, “Um país não muda pela sua economia, sua política e nem mesmo sua ciência; muda sim, pela sua cultura.” O outro texto é, por fim, é a adaptação de um trecho da biografia do sociólogo, intitulada “Betinho: uma trajetória de luta”.

A primeira aplicação de 2012 teve como tema da prova de redação “O processo migratório para o Brasil no século XXI”. Na composição da proposta, havia um fragmento de um texto histórico, que versava sobre o processo de imigração/migração brasileiro, nos séculos XIX e XX; uma reportagem contendo um texto-mapa, “Novo lar: a rota dos haitianos para o Brasil” e um trecho que falava sobre a invasão haitiana sofrida pelo Acre, a partir de registros da Polícia Federal. O último texto que compôs a proposta, “Trilha da costura”, comenta sobre o processo de imigração dos bolivianos, apontando alguns dados sobre o IDH do país e os destinos mais escolhidos por eles, como o Brasil, segundo o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

A prova de segunda aplicação de 2012, cujo tema sugerido para a redação foi “O grupo fortalece o indivíduo?”, teve a proposta elaborada a partir de um texto que retrata a criação do Sindicato dos Bancários de São Paulo (em 1923), a partir da greve realizada pela classe para a conquista de alguns direitos trabalhistas; uma notícia sobre a conquista da “Taça Libertadores” pelo time Corinthians, em que se ressaltava a importância do grupo nesta vitória; e um texto publicado num jornal em que se relatava a “Marcha das Vadias”, sua história e ideologia de grupo.

Em 2013, o tema escolhido para a primeira aplicação da prova de redação foi “Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil”. Considerado um marco para a época, o tema reuniu textos motivadores no intuito de conscientizar a população para um problema constante na sociedade: o de se dirigir alcoolizado. Para tanto, o primeiro texto discutia o objetivo da Lei Seca e fora extraído do site da Polícia Rodoviária Federal; o segundo texto, uma campanha publicitária do Governo Federal, “Não deixe a bebida mudar o seu destino”; um cartaz com “A lei seca em números”, apontando os dados da lei no Rio de Janeiro; e, por último, semelhante a um relato do Grupo de Operação da Lei Seca, no Rio de Janeiro, o texto motivador discorre sobre um

experimento realizado em bares da cidade, com repulsão magnética, para tentar frear os casos de clientes que bebiam e depois dirigiam sob efeito do álcool, texto foi intitulado “Repulsão magnética a beber e dirigir”.

O tema escolhido para a segunda aplicação da prova de 2013 foi “Cooperativismo como alternativa social”. Apesar de não haver um pressuposto no tema, a ênfase dada à proposta era de um cooperativismo em relação ao desenvolvimento sustentável. Por isso, o primeiro texto escolhido foi “Cooperativas e desenvolvimento sustentável”, retirado do site da UNESCO, e trouxe informações a respeito de 2012 ter sido eleito o Ano Internacional das Cooperativas. O texto dois, por sua vez, é a imagem da campanha “Doe seu lixo”; já o texto três é o depoimento do um membro de uma cooperativa de catadores de lixo instalada no centro de São Paulo.

No ano de 2014, o tema da prova de redação foi “Publicidade infantil em questão no Brasil”. Na coletânea de textos, há o fragmento de um artigo de opinião “A publicidade infantil deve ser proibida?”, publicado pelo site da BBC. Logo depois, surge uma imagem-mapa, produzida pela OMS (Organização Mundial de Saúde), que mostra o rastreamento da publicidade infantil no mundo e a sua regulamentação em cada país ilustrado. Por fim, há um pequeno parágrafo extraído do artigo científico “*A criança e o marketing*: informações essenciais para proteger as crianças dos apelos do marketing infantil” (SILVA; VASCONCELOS, 2012).

O tema da prova de redação, na segunda aplicação, foi “O que o fenômeno social dos “rolezinhos” representa?”, e a coletânea escolhida foi composta por um texto que trata da origem desse fenômeno; uma charge que critica a ação da polícia em relação aos rolezinhos e, por fim, o fragmento de um artigo que relaciona o *funk* com o fenômeno dos rolezinhos e critica a relação entre ambos.

“A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira” foi o tema da primeira aplicação da prova do ENEM 2015. Quatro pequenos textos compunham a coletânea, todos eles baseados em dados estatísticos e imagens de campanha. O primeiro deles aponta dados de homicídios femininos, a partir do Mapa da Violência no Brasil; o segundo texto, veiculado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, mostra um balanço dos tipos de violência mais cometidos contra as mulheres; o terceiro texto, por sua vez, é a imagem de uma campanha contra o feminicídio, “Feminicídio basta”; por fim, há outro texto baseado em estatísticas, o qual mostra “O impacto em números”, com base na Lei Maria da Penha.

No ENEM 2015, segunda aplicação, o tema escolhido para a prova de redação foi “O histórico desafio de se valorizar o professor”, e os textos que motivariam a argumentação dos candidatos eram, primeiramente, um fragmento adaptado do livro “*Mulher e educação: a paixão pelo possível*.” (ALMEIDA, 1998); o texto seguinte era uma imagem de uma campanha de valorização do professor, cujo lema escrito era “Na educação não tem mágica, tem trabalho de professor”; outro trecho de livro, “Profissão professor” (NÓVOA, 1995); e, por fim, uma imagem composta por professores de diversas áreas, em que se fazia uma homenagem a todos os professores na face dos ali representados.

Na primeira aplicação do ENEM 2016, cujo tema escolhido foi “Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil”, a coletânea de textos motivadores iniciou com um pequeno texto, escrito pelo Ministério público do Rio de Janeiro, que ressaltava a seguridade da liberdade religiosa para todos os cidadãos; depois, um trecho de um artigo de opinião, extraído do Jornal do Senado, sobre liberdade de expressão e intolerância; outro texto selecionado foi o CAPÍTULO I – Dos Crimes Contra o Sentimento Religioso – trazido do Código Penal Brasileiro; por fim, uma ilustração gráfica, elaborada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, apontando o Número de denúncias por religião, no período de 2011 a 2014.

No tema da segunda aplicação há uma breve semelhança com o da primeira aplicação, com a repetição da expressão “Caminhos para combater”: “Caminhos para combater o racismo no Brasil”. O primeiro texto motivador encontrado foi um trecho do livro “O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil” (RIBEIRO, 1995). O segundo, por sua vez, foi o Art1º da LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989, que “Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor”. O terceiro texto é o encarte de uma campanha elaborada pelo Senado Federal, cuja imagem encaminha para a discussão: Injúria ou racismo social?. Por fim, havia um texto expositivo, alertando sobre as ações alternativas: “O que são ações afirmativas?”, extraído do site da SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial).

No ano de 2017, o tema da prova de redação, na primeira aplicação foi “Desafio para a formação educacional de surdos no Brasil”. Para a discussão do tema, o primeiro texto motivador inserido foram os Art. 27 e 28, Capítulo IV, da Constituição Federal Brasileira, que versa sobre o “Direito à educação” a todos os cidadãos, sem distinção. O texto dois, elaborado pelo próprio INEP, é um gráfico apontando o número de “Matrículas de Surdos na Educação Básica - Educação Especial”. O terceiro texto foi

um cartaz de uma campanha em prol da contratação de profissionais surdos nas empresas, a partir da imagem e do pequeno depoimento de uma pessoa surda. O último texto foi elaborado pelo Governo Federal e retirado do seu site oficial, o qual mostra um histórico do acesso dos surdos à educação no país.

“Consequências da busca por padrões de beleza idealizados” foi tema da prova de redação da segunda aplicação, em 2017. Na coletânea de textos motivadores, havia um trecho de um artigo científico “*Como ser homem e ser belo? Um estudo exploratório sobre a relação entre masculinidade e o consumo de beleza*”. (FONTES; BORELLI; CASOTTI, 2015). O texto dois era uma pequena narrativa ilustrada, que contava a história de um casal que sofrera preconceito pela diferença de altura de ambos (ROSSETTI, 2017) e, para fechar a coletânea, foi utilizado o fragmento da obra “*Bullying: mentes perigosas nas escolas*.” (SILVA, 2010).

Na última prova de redação que analisaremos neste trabalho, a de 2018, o tema selecionado para a produção textual foi “Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet”. Dos quatro textos motivadores presentes na coletânea, o primeiro deles foi o fragmento do artigo de opinião “O gosto na época do algoritmo” (VERDÚ, 2018). O segundo também se trata de um trecho de artigo de opinião, escrito por Pepe Escobar (2017), “A silenciosa ditadura do algoritmo”. O terceiro é quadro estatístico da “Utilização da internet” pelos cidadãos e a “Finalidade do acesso à internet” (IBGE, 2018) e o último texto também é um fascículo de texto opinativo e descritivo, “Como a internet influencia secretamente nossas escolhas” (CHATFIELD, 2017).

Dada a descrição da última prova de redação analisada, cabe justificar que o detalhamento de cada uma delas nos servirá de apoio no momento de análise, já que teremos que recuperar os textos motivadores sempre que necessitarmos. Assim, já tendo sido dada a descrição, essa retomada vai ser feita de forma mais pontual.

Tendo apresentado e discutido, neste capítulo, o ENEM, o gênero dissertativo argumentativo e o objeto da nossa pesquisa – as provas de redação do ENEM –, na próxima seção contemplamos os aportes teóricos relacionados à semântica, num percurso que vai desde os seus primeiros estudos até a Semântica do Acontecimento, vertente que nos dirige à análise dos dados.

3 DAS SEMÂNTICAS À SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO

Apresentamos neste capítulo, inicialmente, um percurso geral da(s) semântica(s), no intuito de se chegar ao referencial básico para esta tese: a Semântica do Acontecimento. Cabe destacar que um levantamento exaustivo não é o nosso objetivo, mas discutimos alguns dos principais aspectos e possibilidades do estudo da Semântica. Depois, tratamos do processo de surgimento, continuidades e descontinuidades da Semântica do Acontecimento e sua intersecção com outras teorias semânticas e linguísticas, não no sentido apenas de opô-las, mas de demonstrar suas filiações teóricas e apontar os consensos e dissensos existentes entre elas.

3.1 Um breve histórico das possíveis perspectivas para o estudo do significado

A semântica, pelo que se vê no seu panorama de percepções e em linhas gerais, possui interesse pelo estudo das relações entre as expressões linguísticas e os conceitos associados a elas. Enquanto área que se dedica ao estudo do significado, teve seu marco inicial no século XIX – diferente da Etimologia, que se ocupa basicamente com a origem das palavras. Embora seja possível encontrar vestígios de pesquisas que se dedicam aos problemas do significado antes da publicação do trabalho de Bréal, há um consenso em considerá-lo o precursor dos estudos semânticos, sendo inclusive o responsável pelo uso da terminologia semântica como uma área de investigação.

Assim, antes de tudo, é importante destacar o grande estímulo dado ao estudo da linguagem a partir do século XX, principalmente a partir da apresentação das ideias dicotômicas de Saussure (1857-1913), cujas noções estruturalistas influenciariam o desenvolvimento da teoria linguística. Inicialmente, o principal interesse investigativo da Linguística era a filologia – estudo científico do desenvolvimento de uma língua ou de famílias de línguas, baseado em documentos escritos nessas línguas –, muito recorrente no século XIX, época a partir da qual empenho quanto ao estudo das línguas vivas se estabelece mais efetivamente no cenário linguístico.

Vale recuperar que em todas as áreas dos estudos da linguagem existe um desenvolvimento cada vez maior de perspectivas que procuram discutir determinado objeto. No campo da linguística, por exemplo, entre os séculos XIX e XX, identificamos a discussão do seu objeto a partir do comparativismo, do estruturalismo e do gerativismo. Porém, o que nos propomos com tal exemplo é mostrar que nem todas

essas perspectivas (e as tantas outras) sobre a linguagem mantêm a mesma percepção e a mesma amplitude no trato de suas abordagens teóricas, já que umas elegem mais o campo do que outro (seja a fonética, a morfologia ou a sintaxe, por exemplo), conforme aponta Abrahão (2018, p. 8):

Mesmo que o objeto seja o mesmo no interior de cada uma das áreas acima, cada aspecto qualificado de uma abordagem permite vê-lo de uma forma diferenciada, admitindo, porém, que sempre estaremos propícios a ver semelhanças e diferenças que as abordagens captam. Isso, todavia, não nega que essa diversificação terminológica não possa conter redundâncias, sobreposições e mesmo relações de implicação (parte/ todo) e até mesmo modismos.

O que não podemos deixar de perceber, pois, é que, independente da abordagem, em alguma dimensão, todas elas foram norteadas pelo debate do processo de significação. Cada um desses debates “possui diferentes percepções sobre a questão do significado, com padrões descritivo-analíticos distintos e com abordagens teóricas próprias”. (ABRAHÃO, 2018, p. 9)

Logo, no contexto do seu surgimento, a semântica supre a necessidade de se compreenderem as questões sobre a significação, o sentido das coisas, que era negligenciada por linguistas da época.

Antes que se chegasse ao estudo semântico propriamente dito, na concepção de Reisig (1825, apud BRÉAL, 1992), havia leis que governavam o desenvolvimento do significado e seu estudo constituía o objeto da Semasiologia⁴ que, ao lado da Etimologia e da Sintaxe, compunha a gramática das línguas. Numa visão clássica da matéria, admitia-se para o sentido uma trajetória determinada por causas externas independentes do falante. Logo, a partir de tais postulados, Bréal define a semântica como a ciência das significações, sem limitá-la apenas ao estudo da palavra, dividindo este campo de estudo em três partes: as leis intelectuais da linguagem; o modo pelo qual se fixou o sentido das palavras; como se formou a sintaxe.

Nesse sentido, o grande legado do estudo de Bréal, ainda que tenha adotado uma visão acentuadamente historicista, foi apresentar - e neste ponto é em que se vê a inovação dos estudos sobre a linguagem – a posição do falante agindo diretamente sobre as mudanças de sentido e capaz de nelas interferir. É importante frisar, portanto, o fato de que na mentalidade do falante, inicialmente, não havia separação entre uma palavra e

⁴ Bréal utiliza o termo “semasiologia”, (sema = sinal), como o estudo das significações, também denominado semântica..

o que ela nomeava. Não se percebia que os elementos da realidade ao redor dele só podiam ser nomeados e identificados por meio da palavra, em um universo linguístico que envolvesse a significação.

Sendo assim, o próprio Bréal ([1897]1992, p.79) afirma que há uma apenas “suposta tendência das palavras”, por isso se propõe a examinar por que as palavras, uma vez criadas e providas de certo sentido, são levadas a restringi-lo, a transportá-lo de uma ordem de sentido para outro, de uma ideia para outra. É com base nesse pensamento de muitos linguistas da época (inclusive dele) que Bréal considera haver um erro ao mencionar tal suposição tendenciosa das palavras. Na verdade, o autor defende que:

nas sociedades modernas, o sentido das palavras se modifica mais rápido que na antiguidade e mesmo nas gerações que nos precederam imediatamente. É preciso ver o efeito da mistura de classes, da luta dos interesses e das opiniões, da guerra dos partidos, das diversidades de aspirações e dos gostos (BRÉAL, 1992, P. 80).

Assim, como se pode perceber no trecho acima, os primeiros trabalhos em semântica direcionavam-se em face de questões de cunho histórico, diacrônico, de tal modo que se buscavam explicar as leis que governavam a mudança do significado (apenas) lexical. Essa tendência lexical pode também ser justificada com base nos estudos voltados ao sistema linguístico, na estrutura do léxico, de tal forma que o significado mencionado era puramente lexical, com trabalhos voltados à tradição estruturalista de estudo dos campos lexicais.

O traçado histórico iniciado por Saussure ([1916] 2012) propõe explicitar que um dos principais legados dos estudos do léxico é a concepção clara de que o léxico de uma língua pode ser considerado um conjunto de relações entre as unidades lexicais calcadas no sistema de formas linguísticas. O léxico passa a ser entendido como uma rede de itens ligada por nexos semânticos e conceptuais, indispensáveis à sua estruturação. Há a preocupação, nesses estudos, em demonstrar o papel importante que desempenha, na moderna Lexicologia e nos estudos semânticos, a ideia de sistema linguístico, isto é, a existência organizada de uma estrutura linguística, embora se saiba que não existe uma sincronia absoluta, em virtude das constantes transformações por que passa a língua (MOREIRA, 2010).

Assim, nem mesmo no trabalho de Saussure, no seu CLG – Curso de Linguística Geral – ([1916] 2012), há um tratamento específico sobre a semântica. A perspectiva

diacrônica de Bréal contrastou, portanto, com o direcionamento sincrônico preconizado por Saussure anos depois, o que resultou no surgimento de uma Semântica Estrutural, na qual o léxico passa a ser entendido como uma rede de itens lexicais ligada por nexos semânticos e conceptuais, indispensáveis à estruturação do léxico. Vale salientar que é a concepção de signo de Saussure (1973), no seu ramo da Semiologia, que influencia Hjelmslev (1991) e propõe uma análise composicional do sentido, ou seja, uma abordagem estrutural da semântica.

Em seus estudos, Saussure define o signo como a união do conceito com a imagem acústica, remontando à premissa de que todos os signos significam, isto é, apresentam significado. Sendo assim, podemos demarcar que não há signos sem significado. É justamente o estabelecimento do que seja o significado que é o problema constitutivo, inicialmente, do campo da semântica.

A partir desta retomada histórica, percebemos que muito se procurou destacar a contribuição do Curso de Linguística Geral aos posteriores estudos acerca da linguagem, mais especificamente aos estudos da semântica, pois antes dele os estudos sobre os fenômenos linguísticos sempre tiveram motivações externas à própria língua. Assim, é a partir de Saussure que a língua por si mesma passa a ser objeto de estudo de linguistas e de estudiosos da linguagem. Foi neste contexto que muitos estudiosos avaliam que “nunca mais se parou de estudar semântica”. (PINTO, 2016, p.10)

Com efeito, mesmo sabendo de tal influência saussuriana, é importante mensurar que a semântica não descende, essencialmente, da linguística estruturalista de Saussure, ela também tem suas origens nos estudos da tradição, da lógica e da filosofia da linguagem, de cunho analítico. Conforme Basso (2013), até a década de 70, a Semântica era praticada quase que exclusivamente por filósofos que, de uma maneira ou de outra, estavam respondendo a questões colocadas por Gottlob Frege.

É exatamente desta época que se data a caracterização da semântica como o estudo do significado. Tal definição fez emergir muitas abordagens diferentes quanto ao estudo da significação, o que faz a semântica muito pouco esclarecedora, para uns; e muito complexa, para outros. Para os primeiros, o fato de os significados não serem “coisas” que podemos pegar, medir ou observar com os sentidos é onde reside a falta de esclarecimento. Para estes últimos, o significado perpassa as diferentes formas de delimitar o objeto de estudos, por isso a sua complexidade e vastidão. (BORGES, 2012).

Para Borges (2012, p. 7), uma alternativa de definir a semântica é identificar sua “agenda de estudos”. Não se trata de entender o significado, “mas de descrever e explicar uma capacidade que os falantes de qualquer língua têm e que podemos observar empiricamente: sua capacidade de compreender qualquer sentença da sua língua.” A identificação de tal agenda nos permite conhecer melhor a diversificação dos estudos da significação, assim como suas filiações, desde a sua origem – conforme já iniciamos a descrever –, até as mais recentes abordagens, tal como a da Semântica do Acontecimento.

Se por um lado havia uma semântica estruturalista, pautada no léxico, conforme discutimos anteriormente, por outro se identifica uma semântica formal, que se encaixa na abordagem referencial e tem suas raízes na lógica e na filosofia da linguagem, com os silogismos aristotélicos e nas reflexões incitadas pelo filósofo.

Os traços mais constantes que permeiam este tipo de semântica, desde seu surgimento até o seu desenvolvimento, têm sido os aspectos de condição de verdade do significado (TARSKY, 1944); a concepção de teoria de modelos em semântica e a centralidade metodológica do Princípio da Composicionalidade (FREGE, 1892).

A semântica formal é, portanto, uma ciência empírica, com caráter preditivo. Nessa perspectiva, de acordo com Borges (2012, p. 7), amparado nos estudos de Chierchia (2003), “o objeto de estudos da semântica é, então, explicitar a capacidade que os falantes de uma língua têm, independentemente de eles irem ou não à escola, de atribuir significados ao que eles dizem e ao que lhes é dito.” Para o linguista, as perguntas passam a ser, então: “como é essa capacidade? Que propriedades ela tem? Como construir um modelo que a replique para a semântica? Essa é a agenda atual da semântica formal.” (p. 7). Logo, essa postura tornou-se possível a partir dos trabalhos de Chomsky e é o ponto de partida da semântica formal das línguas naturais, que tem em sua fundação a figura de Barbara Partee. (BORGES NETO, 2012).

Dentre os aspectos supracitados, referentes à semântica formal, é importante destacar o papel do matemático e filósofo Gottlob Fregue (1842-1925), “(...)que revolucionou a lógica ao formalizar a ideia de quantificadores, refutou a teoria ingênua do significado, dividindo essa noção entre as noções de sentido e referência” (BASSO, 2013). Nesse sentido, tal filósofo fundamentou e agendou questões fundamentais à semântica, numa perspectiva lógica, certamente por sua formação, também, como matemático.

Para se compreender esta vertente da semântica, precisamos perceber que a semântica formal, que surgiu na Lógica e na Filosofia, difere da semântica formal das línguas naturais. A primeira não é uma ciência empírica e não tem como objetivo explicar a capacidade semântica que os falantes de uma língua têm, uma vez que sua tarefa é estabelecer raciocínios válidos. Já a segunda tem o compromisso empírico de explicar como a atribuição de significados às expressões das línguas humanas funciona. Numa visão mais ampla, podemos dizer que a semântica formal é herdeira dos esforços de constituição de uma lógica e é desenvolvida por diversos estudiosos, tais como Frege, Russell, Carnap, Wittgenstein, Tarski, Quine, Davidson, Kripke, Hintikka e Montague. (BORGES, 2012)

Ainda nos esforços para atribuir à semântica formal os seus atributos corretos e as suas devidas distinções conceituais, Basso (2013, p. 135) assegura a existência de três ideias fundantes da semântica formal: “a) a língua é um sistema regrado” – podendo se entender por ‘regrado’ o fato de a língua estar num sistema lógico e as sentenças que formam a língua também serem descritas em forma lógica; “b) a interpretação das mensagens linguísticas é referencial” – ou seja, tal como propôs Frege (1892), no sistema linguístico lógico há a união entre sentido e referência; “c) o sistema linguístico é composicional”, o que nos remete ao Princípio da Composicionalidade de Frege (1982), de onde surge a ideia das condições de verdade das sentenças, em que o falso também é um valor de verdade. Em síntese, a semântica formal tem por objetivo “fornecer condições de verdade das sentenças de uma dada língua, que é considerado o mínimo que sabemos quando interpretamos uma dada sentença” (BASSO, 2013, P. 136).

Em linhas gerais, até o dado momento deste percurso, entendemos que a semântica formal tem o compromisso de descrever “a capacidade que os falantes têm de atribuir condições de verdade a qualquer sentença de sua língua”, mesmo uma que ele jamais tenha ouvido antes, utilizando como metalinguagem uma linguagem lógica, (BORGES, 2012, p.8).

Numa outra linha de investigação, no contexto de desenvolvimento dos estudos linguísticos e semânticos até então realizados, a Linguística Cognitiva reúne diversos modelos diferentes dos já abordados, mas que estudam variados fenômenos linguísticos, cujas reflexões extrapolam as questões sobre a língua, dando ênfase a outras linguagens: as metáforas e a imagética, por exemplo. No âmbito dessa linguística, em meados dos

anos de 1980, surgiu a Semântica Cognitiva, uma espécie de reação ao modelo semântico existente, marcadamente, formalista/estrutural.

A semântica cognitiva observa os processos mentais quando usamos a linguagem, mas isso é feito de modo natural, ao ponto de acharmos que, quando utilizamos a língua, tudo acontece de forma íntima e “normal”: não percebemos as escolhas linguísticas que fazemos, as estruturas frasais e fonéticas que utilizamos, a compreensão que temos da fala do outro, dentre outros fenômenos que justificam a nossa sensação de apropriação imotivada da língua. Isso acontece porque algumas visões tradicionais – tal como podemos citar alguns estudos da semântica formal – nos fazem entender que a linguagem é algo literal (LENZ, 2013), ou seja, aceitamos como verdades incontestáveis vários fatos relacionados à literalidade da linguagem e do sentido atribuído às palavras/sentenças. Assim, em contraposição a tais pensamentos, a semântica cognitiva mostra que a linguagem é essencialmente metafórica, o que foge do sentido literal dado por outras visões e das condições de verdade impostas pela semântica formal, por exemplo.

Assim, o estudo das metáforas é central para a semântica cognitiva. Lakoff e Johnson (2002) são autores essenciais para esse estudo, já que argumentam que a metáfora faz parte da nossa vida cotidiana e é inata a ela, diferentemente do que muitos pensam, que seja apenas um recurso linguístico e literário. Sobre isso, os autores apontam, veementemente que

a metáfora é, para muitas pessoas, recurso da imaginação e um ornamento retórico – é mais uma questão de linguagem extraordinária do que de linguagem ordinária. Mais do que isso, a metáfora é usualmente vista como uma característica restrita à linguagem, uma questão mais de palavras do que de pensamento e ação (...) nós descobrimos, ao contrário, que a metáfora está infiltrada na vida cotidiana, não somente pela linguagem, mas também no pensamento e na ação. Nosso sistema conceitual ordinário, em termos do qual não só pensamos, mas também agimos, é fundamentalmente metafórico por natureza (LAKOFF & JOHNSON, 2002, p. 45).

Sendo assim, de acordo com os autores, e com os fundamentos da semântica cognitiva, as metáforas estruturam nossa maneira de perceber, pensar e agir. Logo, as metáforas estão no nosso nível mental e as expressões metafóricas são a própria realização linguística – o que é denominado de “metáfora conceitual”. Para exemplificar tal teoria, pensemos na metáfora “O peso é algo ruim”: utilizamos expressões metafóricas, tais como “hoje o dia foi pesado”; “temos enfrentado uma barra pesada”;

“tirei um peso enorme das minhas costas”. Assim, o que Lakoff & Johnson defendem é que “as metáforas são sistêmicas e não meras elocuições elaboradas no momento da fala, e isso explica por que usamos e compreendemos essas expressões linguísticas” (LENS, 2013, p. 33)

Outros estudos ainda são realizados dentro deste tipo de semântica, tal como mencionamos anteriormente, mas nosso intuito é de apresentar brevemente um percurso desses estudos, portanto, nos focamos no que tem sido muito estudado pelos semanticistas, de modo geral. Assim, passaremos para outro tipo de abordagem.

A Teoria da Argumentação na Língua (TAL) – criada por Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombre – surge na França, durante a década de 70, também conhecida como Semântica Argumentativa, e encontra-se em pleno desenvolvimento desde 1983. Para a teoria, rompendo com alguns postulados anteriores, a argumentação está na língua – por isso também ser conhecida como uma semântica linguística –, pois não está vinculada à realidade de fato, não servindo apenas de ligação entre fatos e conclusões.

Tal semântica se baseia, pois, no conceito de valor linguístico de Saussure, também presente no Curso de Linguística Geral, já citado pela influência em outras vertentes semânticas. Portanto, há de se destacar um caráter estruturalista da teoria apresentada por Ducrot (1987), que está alçada nas teorias saussurianas. Assim, no que diz respeito à dicotomia língua/fala, Ducrot (1987) defende que o sentido de um enunciado é resultado da significação presente na língua e que a análise de qualquer fenômeno linguístico requer como instrumento a própria língua, já que somos levados a interpretar, segundo este autor, que “uma linguística da língua é impossível se não for também uma linguística da fala” (1987, p.63). Dessa forma, confirmando seu caráter imanentista, de investigação, Ducrot formula a tese de que a argumentação, constitutiva do valor semântico das palavras e das frases, está inscrita no próprio sistema linguístico. Para ele, a descrição semântica de uma língua deve ser baseada na atividade linguística em si e não em fatores extralinguísticos.

Portanto, a Teoria da Argumentação na Língua (TAL), impulsionada por tal autor, é uma teoria que tem como escopo explicar o sentido construído pelo linguístico no emprego da língua, logo, não tem caráter descritivo. Por esse motivo, nos fundamentos da TAL, fica claro que não se pretende encontrar o sentido em unidades isoladas, mas a de definir seu sentido em um contexto linguístico-discursivo, pelas relações de sentido estabelecidas com outras unidades da língua.

Um conceito de destaque para a teoria ducrotiana é o de enunciação; conceito este que está intrinsecamente ligado ao que discutimos fundamentalmente na semântica do acontecimento. Para Ducrot (1987), a enunciação é o evento, o fato que faz surgir um enunciado. Em outros termos, “é pela enunciação que uma frase se realiza concretamente, transformando-se em enunciado” (p. 181). Assim, ao discutir o conceito de enunciação, este autor esboça a teoria polifônica, que trata da descrição da enunciação que, segundo ele, é constitutiva dos sentidos dos enunciados. Tal descrição “contém, ou pode conter, a atribuição à enunciação de um ou vários sujeitos que seriam a sua origem” (p. 181-182). Na teoria polifônica, defende-se distinção entre os sujeitos, a partir de dois tipos de personagens: os enunciadores e os locutores. Ducrot distingue locutor (ser do discurso) de sujeito falante (ser empírico). Em relação à noção de locutor, ele distingue ainda “o locutor enquanto tal” (por abreviação L) do locutor enquanto ser do mundo. L é o responsável pela enunciação e é considerado unicamente por essa propriedade (1987, p. 188). Ele denomina como enunciadores “os seres que se expressam através da enunciação, sem que para isso lhes sejam atribuídas palavras precisas” (p. 192). Enunciadores são pontos de vista, posições expressas pela enunciação; o autor enfatiza, ainda, que “o enunciador está para o locutor assim como o personagem está para o autor (op. cit.)”.

Para melhor explicar, a Polifonia de Locutores, desenvolvida por Ducrot, “se dá quando, num mesmo enunciado, verifica-se a existência de dois locutores distintos, eventualmente subordinados.” (DUCROT, 1987, P. 82). Se assim podemos afirmar, trata-se da presença de outras vozes num mesmo enunciado. Esse autor, quando esboça tal teoria, se propõe a questionar e criticar um postulado trazido pela chamada “linguística moderna”: a tese da “unicidade do sujeito falante” (p. 161).

Dessa maneira, na teoria de Ducrot há o locutor, que é o responsável pelo dizer, ou seja, aquele que assume o enunciado e possui a responsabilidade pelo enunciado. É aquele a quem o pronome em primeira pessoa se refere e, certamente, é ele quem interessa à teoria, quando posto em relação ao sujeito empírico⁵ e ao enunciado⁶).

Na Polifonia de Locutores, Ducrot (1987) demonstra a argumentação por autoridade, muito utilizada no discurso. Neste quesito, encontramos o arrazoado por autoridade, considerado pelo autor como fundamental a esta teoria. Nessa perspectiva,

⁵ Aquele que produz o enunciado; aquele que nem sempre sabemos quem é e não há relevância nesta informação.

⁶ Que assume o ponto de vista e nem sempre sabemos quem é.

há que se mencionar, também, outro recurso que figura como essencial dentro desta teoria polifônica de locutores, o discurso relatado (direto ou indireto). No discurso relatado (dos dois tipos) há o uso do verbo *discendi*, ou seja, verbos do dizer, que introduzem outra voz e, por isso mesmo, marcam autoridade. Outro recurso que intensifica tal autoridade é o uso das aspas e alguns elementos modalizadores introdutores de voz “segundo”, “de acordo”, dentre tantos outros.

Nesse sentido, entende-se o arrojado por autoridade como uma polifonia de locutores, pois demonstra como um locutor (L1) traz o discurso de outro locutor (L2), ou seja, outra voz que serve como argumento a ser utilizado como defesa no seu discurso; ou seja, o discurso de L2 traduz o ponto de vista de L1 (NASCIMENTO, 2009). Sendo assim, é necessário que L2 seja uma autoridade competente, capaz de ter autonomia ao articular tal discurso.

Por fim, cabe acrescentar que não houve a intenção de esgotar a teoria da polifonia de locutores de Ducrot (1987), uma vez que esta é vasta e traz vertentes diversas, mas apresentar brevemente alguns conceitos neste percurso semântico, já que esta perspectiva muito tem a dizer sobre a semântica do acontecimento, teoria chave nesta tese.

Ao continuar nosso caminho, em associação a um conceito ora discutido por Ducrot, a enunciação, segundo Benveniste, é a relação do locutor com a língua. Para ele, é um ato individual de uso da língua e está centrada no sujeito e suas marcas no discurso, uma vez que o sujeito se apropria da língua, do aparelho formal da enunciação, marcando-se como EU e instaurando um TU interlocutor em seu discurso. Esse conceito desenvolvido por Benveniste também se apoia em Saussure como ponto de partida, já que este primeiro autor percebeu, no CLG, que o sistema linguístico não poderia ser estudado fora do uso. Surge, a partir daí, uma Semântica da Enunciação.

Antes mesmo de se discutir o que, de fato, estuda semântica da enunciação, Flores (2018) ressalta que há, ainda, um impasse ao se identificar pelo menos três denominações diferentes para a área: *Teorias da Enunciação*, expressão que nomeia as propostas individualizadas de enunciação, ou seja, uma identificação mais direta com os nomes dos autores que as estudam; *Linguística da Enunciação*, termo que é mais amplo e designa a variedade de teorias que, por traços semelhantes, fazem parte de um modo particular de pensar a linguagem a partir de uma perspectiva enunciativa; o termo *Semântica da Enunciação*, por sua vez, é mais generalizante, já se entende que é feita uma análise do sentido da linguagem, enunciativamente. Ora, as três áreas não se

excluem, muito pelo contrário, lidam com um mesmo objeto, a enunciação, mas este é discutido sob pontos de vista diferentes, de autores também distintos e renomados na linguística – o que não quer dizer que pesquisadores possam usá-los por substituição, ou seja, utilizar um desses termos no lugar do outro como sinônimo. Para nós, nesta apresentação geral das semânticas, importará mencionar o que se entende por semântica da enunciação e buscar suas filiações teóricas (sem levar em consideração, portanto, as terminologias).

Entendemos, pois, que enunciar consiste em inserir um discurso no mundo para significar, ou para extrair daí sentidos. Nesse contexto, um grande legado da teoria benvenistiana “é a instauração de um lugar de significação *na* e *pela* linguagem, o que o autor postula sobre a atualização da língua em discurso como lugar de passagem de locutor a sujeito”(BENVENISTE, 1991, p. 288). Toda essa teorização brevemente mencionada pode ser encontrada nos postulados de Benveniste, mais especificamente nas obras Problemas de Linguística Geral I e Problemas de Linguística Geral II.

A partir de suas obras, podemos constatar que é pela significação da linguagem, que é inerente ao indivíduo, que cada um pode se instaurar como falante, produtor, leitor e ouvinte em uma língua particular, inseparável de uma sociedade particular com a sua cultura. Para Benveniste (1989), essa instauração somente é possível porque estamos em um mundo de língua-discurso e antes “da enunciação a língua não é senão possibilidade da língua” (BENVENISTE, 1989, pág. 83). Portanto, é a enunciação que dá existência para a língua ao se tornar discurso. Sobre o caráter significativo da linguagem, o autor aponta que:

Antes de qualquer coisa a linguagem significa, tal é o seu caráter primordial, sua vocação original que transcende e explica todas as funções que ela assegura no meio humano. Quais são estas funções? Elas são tão diversas e tão numerosas que enumerá-las levaria a citar todas as atividades de fala, de pensamento, de ação, todas as realizações individuais e coletivas que estão ligadas ao exercício do discurso, bem antes de servir para comunicar a linguagem serve para viver. Se nós colocarmos que à falta de linguagem não haveria nem possibilidade de sociedade, de humanidade, é precisamente porque o próprio da linguagem é, antes de tudo, significar. (BENVENISTE, 1989, p. 222).

Assim, é na enunciação, ou seja, quando se apropria da língua, que o locutor faz a passagem a sujeito e implanta o outro diante de si, numa comunicação intersubjetiva (FLORES, 2018). Quando se fala neste tipo de comunicação, adentramos o universo do discurso e é nela que podemos compreender o texto em uma perspectiva enunciativa de

linguagem. Desse modo, a partir de uma posição discursiva, o locutor mobiliza a língua de determinado modo, e não o produto resultante do ato (o texto). Isso faz com que Benveniste (1989) privilegie apenas este processo enunciativo já que, para ele, “é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto”. (BENVENISTE, 1989, p. 82). Assim, entendemos que o locutor está sempre intimamente ligado com a sua enunciação, a partir do momento que ele próprio mobiliza a língua e constitui um ato discursivo.

Em linhas gerais, segundo Benveniste (1989, p.87), “o que caracteriza a enunciação é a acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginário, individual ou coletivo”. Isso determina a estrutura do quadro figurativo da enunciação: que tem obrigatoriamente um eu e um tu – os dois participantes alternam as funções, caracterizando-se uma na situação de enunciação.

Na próxima seção, discutiremos sobre a Semântica do Acontecimento especificamente, desde a sua origem, visando entender a sua abrangência teórica, para, assim, chegarmos à compreensão do seu funcionamento, dos seus conceitos-chave e da sua metodologia própria.

3.2 Semântica do Acontecimento: continuidades e descontinuidades

Dadas as considerações (apenas motivacionais para o decorrer do nosso percurso até se chegar ao que pretendemos com o estudo da SA) sobre a perspectiva enunciativa benvenistiana, reportamo-nos, agora, à perspectiva “guimaraniana” sobre o termo. Para início de conversa, é importante mencionar que Eduardo Guimarães começou a escrever sobre o estudo da significação logo do ponto de vista da enunciação.

A perspectiva histórica da Semântica da Enunciação é o que leva Guimarães à criação de conceitos importantes, que vemos como típicos e indissociáveis da Semântica do Acontecimento: os conceitos de acontecimento e temporalidade, de designação, de espaço da enunciação e cena enunciativa, assim como de outros conceitos interligados.

Este autor é influenciado por Émile Benveniste e Oswald Ducrot, linguistas por nós já mencionados. Porém, apesar de tal influência, dizemos, categoricamente, que Guimarães foi além dos estudos desenvolvidos por esses últimos ao se interessar pela história, considerada por ele um elemento fundamental no processo enunciativo, o que fez surgir, assim, Semântica Histórica da Enunciação, também denominada Semântica

do Acontecimento ou ainda Semântica da Enunciação (quando este termo ganha, de fato, a ênfase semanticista). Do ponto de vista da história, o autor não se compromete com um sentido temporal ou historiográfico. Na verdade, ele diz que a significação é histórica, ou seja, a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência.

Para Guimarães, a construção dessa concepção de significação se faz no momento em que o sentido deve ser tratado como discursivo e definido a partir do acontecimento enunciativo⁷. Conforme Guimarães (2017, p.9), sua proposta teórica consiste numa “semântica que considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer”, e ainda propõe que “o tratamento da enunciação deve se dar num espaço em que seja possível considerar a constituição histórica do sentido” (p. 10). Guimarães (2018) reafirma que Semântica é uma disciplina da linguística “que tem como objeto o estudo da significação tomada como produzida pela prática dos falantes de dizer algo em uma língua” (GUIMARÃES, 2018, p.13). E complementa afirmando que a Semântica da enunciação é a “é a disciplina que analisa os sentidos dos enunciados enquanto enunciados que integram textos nos acontecimentos que os produzem.” (GUIMARÃES, 2018, p.22). Logo, percebemos que o próprio autor ratifica suas colocações e nos insere em novos campos de análise desta teoria. Sendo assim, em tópicos posteriores tratamos da sua filiação a outras teorias, bem como definiremos cada termo que o autor cria e (re)cria na “sua” semântica do acontecimento.

O autor incorpora o conceito de enunciação, acrescentando nova explicação para ele:

A enunciação é o que ocorre quando alguém diz algo, quando o falante de uma língua diz uma sequência que é, de alguma maneira, reconhecida pelos falantes desta língua. Considerando a questão deste modo, dizer algo, produzir significação, se dá num acontecimento numa certa língua (GUIMARÃES 2018, p. 14)

Nessas breves considerações sobre o conceito de “enunciação” para Guimarães ([2002]2017; 2018) e no também breve contexto das teorias semânticas (ainda na sua incompletude), percebe-se que cada uma delas teve papel central no surgimento de uma Semântica do Acontecimento. Para muitos estudiosos, não há uma linha tênue que

⁷ Este termo será definido e melhor explicado no tópico posterior, quando falaremos, especificamente, dos postulados da SA e sua relação com outras teorias linguísticas.

separe a SA da Semântica da Enunciação, porém assumimos aqui uma posição de que esta contém aquela, pois muitos dos fundamentos enunciativos são ora reelaborados ora negados por Eduardo Guimarães numa Semântica Histórica da Enunciação (ou seja, Semântica do Acontecimento).

Portanto, a inovação da abordagem enunciativa proposta por Guimarães se encontra alicerçada em sua concepção de enunciação como acontecimento e de sua definição do espaço de enunciação⁸. Como consequência desses dois conceitos teóricos, tanto a noção de sujeito (na sua dimensão de falante e de locutor) quanto a noção de temporalidade, pilares da tradição de estudos enunciativos aberta por Benveniste (1966), são afetadas no seu cerne e deslocadas para um quadro teórico que as redefine e relaciona com uma reflexão semântico-enunciativa sobre a textualidade (ZOPPI-FONTANA, 2012, p 6).

Desde a década de 1980, o semanticista Eduardo Guimarães tem se dedicado à reflexão sobre o sentido na linguagem e nas línguas de um ponto de vista da enunciação, que coloca no centro desta reflexão a relação entre falante e língua. Neste percurso, muitos conceitos foram (re)elaborados pelo autor, segundo pontos de vista de outras teorias, e o texto tem sido inserido fundamentalmente na construção de uma abordagem teórico-metodológica que o autor vem chamando, nesta última década, de Semântica do Acontecimento (aqui já brevemente conceituada).

A obra “Texto e argumentação: um estudo de conjunções no português”, de 1987, é a sua produção autoral, trazendo no título a centralidade do texto na sua reflexão sobre um fato de linguagem que os Estudos da Enunciação, com Oswald Ducrot e Anscombre, introduziram como questão para a Linguística: a argumentação. Ora, foi a partir dos atributos da argumentação e da influência desses autores e teorias que Guimarães lança mão de conceitos cruciais à sua teoria da Semântica do Acontecimento.

Sendo assim, é preciso compreender que a consolidação de tal teoria se deu mediante estudos, rupturas, continuidades e filiações. A abordagem semântica inicialmente pretendida abre “uma relação com a análise do discurso, de modo específico, e, em geral, com as teorias do sujeito” (GUIMARÃES, 1987, P. 11). Nesse contexto, o autor considera que “o sentido de uma sequência linguística inclui, sempre, a representação do sujeito da enunciação” (p.12).

⁸ Conceito que será apresentado em tópico posterior.

É a partir de tal premissa que a história da definição de enunciação é iniciada com a concepção benvenistiana, ao entender que a enunciação é a apropriação da língua pelo sujeito que assim pode dizer o que tem a dizer. Para Benveniste (2006), p. 82, a enunciação “é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”; acrescenta, ainda, que ela é “o mesmo ato de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é o nosso objeto”. Logo, este conceito, assim como a posição tomada por Benveniste ao longo do seu estudo sobre a enunciação, já foi alvo de muitas críticas:

Como exemplo destas críticas pode-se considerar as que são formuladas em “A Sociolinguística, a Teoria da Enunciação e a Análise do Discurso (Convenção e Linguagem) (in Orlandi, 1983) e em “Análise do Discurso: Algumas considerações (Orlandi, 1986) (ibidem, p.12)

Apesar de não atenuar tais críticas, Guimarães (1987) apoia-se em outro conceito de enunciação, uma vez que sua busca é de melhor atender às suas próprias exigências para o estudo do sentido. Este autor, a partir de posições benvenistianas, toma enunciação “como uma atividade do locutor em produzir enunciado (...) este conceito aparece em trabalhos anteriores de Ducrot, Vogt, Ascombre.” (p.12) Este tipo de conceito leva, pois, o semanticista a considerar o sujeito da enunciação como uno e único; além disso, revela certa autoridade da língua na produção de enunciados. Assim, apesar de marcar sua filiação aos estudos enunciativos benvenistianos, Guimarães estabelece uma ruptura ao tratar o conceito de enunciação, já que para ele esta visão sobre o sujeito parece equivocada e lança uma parceria com Ducrot:

Contrariamente a esta posição e seguindo uma formulação mais recente de Ducrot (1984), definiremos a *enunciação* como o evento histórico do aparecimento do enunciado. Ou seja, definiremos a enunciação independentemente do sujeito. Deste modo poderemos dizer, depois, que o sujeito se representa diversamente nos enunciados que ocorrem no evento da enunciação. (GUIMARÃES, 1987, p. 12)

É neste ponto que Guimarães tenta apreender a diversidade do sujeito na representação do enunciado e, portanto, nos sentidos do enunciado. Essa diversidade pode ser entendida quando o autor diz-se articulado com a Análise do Discurso, a qual estabelece que o texto é atravessado por várias posições do sujeito e é uma dispersão de discursos (ORLANDI E GUIMARÃES, 1986; apud GUIMARÃES, 1987, p. 13)

Ao tratar da enunciação, Guimarães recorre ainda aos conceitos de polifonia e dialogismo bakhtinianos, expressos em “Marxismo e Filosofia da linguagem”. Tal associação se dá por Guimarães considerar que, no enunciado, “há a representação de papéis diferentes do sujeito, ou seja, no próprio enunciado se representa a cisão fundamental do sujeito” (p. 19). Para ele, então, os recortes enunciativos, ou a enunciação, são sempre polifônicos.

Dadas as considerações, a semântica da enunciação tem “sacrificado” uma das propriedades quando se trata da coexistência de vozes. A teoria da enunciação de Benveniste não incorpora a propriedade histórico-social, pois qualifica a polifonia como uma “coexistência de enunciadores meramente como uma perspectiva” (GUIMARÃES, 1987, P. 24). Neste interim, encontra-se um descompasso de tal teoria com a Semântica do Acontecimento, que leva em consideração o lugar social do dizer e versa sobre outros tipos de enunciadores.

Assim, como já se viu, ao elaborar a teoria da Semântica Histórica da Enunciação (ou a Semântica do Acontecimento), Eduardo Guimarães (2017) adota uma linha de filiações que inclui linguistas como E. Benveniste (Teoria da Enunciação) e O. Ducrot (Semântica Linguística ou argumentativa), além de mobilizar uma relação da Teoria da Enunciação com a Análise do Discurso (relação que estabelece continuidades a partir de conceitos como o de “acontecimento”) para construir um conceito de enunciação que seja sócio-histórico, pois, para o autor, diferentemente de alguns postulados da semântica enunciativa, a enunciação tem uma determinação social.

Em síntese, sobre a questão dos conceitos veiculados acima, Guimarães (2017) observa pontos distintos entre eles quanto ao modo de tratar a enunciação. Na perspectiva de E. Benveniste, a enunciação é uma relação do locutor com a língua, este que se apropria da língua colocando-a em funcionamento; enquanto que, para Ducrot, a enunciação é formulada como um acontecimento histórico constituído pelo aparecimento momentâneo de um enunciado.

Ao filiar-se como semanticista, portanto, Guimarães (2017) reforça uma premissa básica, a de que seu interesse reside na relação das palavras com o mundo por vias dos estudos argumentativos. Assim, para esta tomada de posição ressalta-se o fato de que o sentido das expressões linguísticas não é referencial. É a partir daí que o autor se coloca numa posição materialista, juntamente com aqueles que não tomam a linguagem como transparente, já que sua relação com o real é histórica. (p. 7)

Ainda quanto à evolução dos estudos da enunciação, Guimarães destaca também John Austin e John Searle, afirmando que trabalhos como os de Benveniste, Austin e Searle estão na base de uma nova maneira de ver a linguagem (GUIMARÃES apud FERREIRA, 2012). Nesse sentido, os estudos desses autores, além de exercerem forte influência na teoria proposta na SA, possibilitaram uma posição inovadora em relação aos estudos da enunciação. Essas considerações mostram, sobretudo, o percurso de reflexões próprias de Guimarães, num processo de elaboração e reelaboração de conceitos e nomenclaturas, movimentos do funcionamento da produção do saber, e assim, com propriedade, apresentar a formulação de sua teoria em Semântica do Acontecimento (2017) que, na verdade, vem sendo feita gradativamente desde 1987. É a partir dos estudos de Michel Bréal (1992), conforme já mencionado aqui, que Guimarães (re)afirma conceber a semântica como uma disciplina científica, e é a autores como ele que o semanticista assemelha seu posicionamento, além do diálogo com os trabalhos de Benveniste, o que fica estabelecido ao trazer que “a linguagem interessa, antes de tudo, porque ela significa” (GUIMARÃES, 2018, p.7).

Por fim, o autor compreende a Semântica como uma “disciplina científica que se ocupa da significação como uma disciplina geral e não como um componente da gramática” (GUIMARÃES, 2018, p.7). Ao trazer esta afirmação, o linguista defende que a semântica é uma disciplina geral e científica que se ocupa do funcionamento da língua e da linguagem – posicionamento este que percorre todos os capítulos de seu último livro e que já foram ditos nas obras anteriores. Nesse sentido, a obra estabelece um percurso de reflexão e análise sobre a teoria que o semanticista desenvolve: “uma semântica que analisa enunciados e expressões no acontecimento da enunciação” (GUIMARÃES, 2018, p.9).

Dadas as considerações acerca da perspectiva enunciativa na Semântica do Acontecimento, passaremos, nas próximas subseções, para o levantamento teórico de alguns conceitos basilares dessa semântica, essenciais para a compreensão das análises que serão realizadas, respectivamente: Acontecimento e Temporalidade; Espaço da enunciação; Cena enunciativa; Locutores/Alocutores; e Enunciadores.

3.2.1 Acontecimento e Temporalidade

O termo “acontecimento” dá nome à teoria e é reformulado em face de outros conceitos para o mesmo termo, como na Análise do Discurso. A partir de leituras

realizadas e de uma imersão nos estudos de Guimarães, podemos dizer que, ao mesmo tempo em que a institucionalização de alguns nomes de teoria (como a Semântica do Acontecimento) produz um efeito de consolidação, da certificação de que seus conceitos estão prontos e acabados, percebemos que a cada momento a disciplina/teoria realiza movimentos diferentes. Não se trata de incoerências, mas de reformulações de conceitos, de adaptação de novos exemplos e expansão de explicações (vistas a cada edição lançada de suas obras específicas na SA).

Ao propor a Semântica do Acontecimento, Guimarães ([2002]2017) parte da ideia de uma semântica linguística, reforçando que o que dizemos se constrói na linguagem. Dialogando com a Pragmática, a Semântica Argumentativa e a Análise do Discurso, a Semântica do Acontecimento “considera que a análise do sentido da linguagem deve se localizar no estudo da enunciação, no acontecimento do dizer” (GUIMARÃES, [2002] 2017, p.7). De modo mais específico, nesta perspectiva teórica, a relação de sentido está na passagem do enunciado para o acontecimento.

Ao retomar a abordagem clássica para enunciação, Guimarães ([2002]2017), como já vimos, nos remete a Benveniste, para quem a enunciação é a língua posta em funcionamento pelo locutor, e a Ducrot, para quem a enunciação é o elemento do aparecimento de um enunciado. Em um exercício de aproximação e, ao mesmo tempo, afastamento dos conceitos dados, o autor toma a enunciação como um evento de funcionamento da língua, em que quatro elementos são decisivos: língua, sujeito, temporalidade e real. Feita essa retomada, para entendermos a noção de temporalidade, portanto, é importante que nos afastemos do conceito de tempo cronológico, pois o acontecimento não é um fato no tempo; ao contrário, é o acontecimento quem temporaliza.

Outro elemento determinante para a enunciação, de acordo com Guimarães ([2002]2017), é a temporalidade e, somada a ela, a noção de acontecimento. Para o autor, o acontecimento inaugura uma temporalidade, constituída de um passado, um presente e uma latência de futuro (GUIMARÃES, [2002]2017, p. 16):

E o que é esta temporalidade? De um lado ela se configura por um presente que abre em si uma latência de futuro (uma futuridade), sem a qual não há acontecimento de linguagem, sem a qual nada é significado, pois sem ela (a latência de futuro) nada há aí de projeção, de interpretável. (...) Por outro lado este presente e futuro próprios do acontecimento funcionam por um passado que os faz significar. Ou seja, esta latência de futuro, que, no acontecimento, projeta sentido,

significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável.

Nesse ínterim, conforme com Guimarães ([2002]2017, p. 17), o passado é a rememoração de enunciações, ou seja, “se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro” recortada pela temporalização criada pelo acontecimento. Então, para ele, o acontecimento é sempre uma nova temporalização, “um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação”. (p.17).

Em Guimarães (2018), encontramos uma análise do poema *Neologismo*, de Manuel Bandeira, o que nos permite compreender melhor essa afirmação sobre acontecimento e temporalização. Dessa análise, depreendemos dos versos “*Beijo pouco, falo menos ainda. Mas invento palavras*” que há um passado de sentidos em que a invenção de uma palavra não é comum. Por outro lado, a invenção de uma palavra, dada pelos versos “*inventei, por exemplo, o verbo teadorar. Intransitivo. Teadoro, Teodora*” faz significar algo futuro, ou seja, há um novo verbo na língua. Assim, no acontecimento da enunciação, tem-se estabelecido um presente, que remonta a um passado e projeta o futuro, como algo que se pode dizer a partir do acontecimento.

Nesta perspectiva, a constituição dos sentidos considera o funcionamento da língua no acontecimento enunciativo, logo, entende-se que os sentidos se constituem no acontecimento da enunciação pela relação com a história, o social e o político. Sendo assim, nesse processo de enunciação, há o memorável, que nos orienta para uma interpretação dos sentidos do enunciado veiculados na sociedade, os quais tornam presente a memória histórica e simbólica dos sujeitos da enunciação.

Sobre estes conceitos de sujeito e acontecimento, vale apontar para outra perspectiva, em que, para Pêcheux (1999), o acontecimento é a “quebra” da memória que seria eternizada através do interdiscurso. Já para Guimarães ([2002]2017), o acontecimento é o que faz diferença na própria ordem; não pode ser visto como algo empírico, como se fosse o fato de que algo ocorre. Por fim, o que rompe com o conceito entre essas duas linhas (e com outras já vistas) é que, para a SA, o *acontecimento* temporaliza.

Antes mesmo de falar como se dá a temporalidade do acontecimento na sua teoria, Guimarães recusa posição Benvenistiana segundo a qual o tempo da enunciação se constitui pelo locutor ao enunciar:

Poder-se-ia supor que a temporalidade é um quadro inato do pensamento. Ela é produzida, na verdade, na e pela enunciação. Da enunciação procede a instauração da categoria do presente, e da categoria do presente nasce a categoria do tempo. O presente é propriamente a origem do tempo. (BENVENISTE, 2006, p. 85)

O presente do acontecimento não é, para Guimarães, como quer Benveniste, o tempo no qual o locutor diz *eu* e enuncia, a partir do qual se organizam um passado (um antes) e um futuro (um depois), constituindo-se assim, a partir do EU, uma linha de sucessividade, ou seja, uma cronologia. O que o autor quer dizer é que: “não é o sujeito que temporaliza, é o acontecimento. O sujeito não é assim a origem do tempo da linguagem. O sujeito é tomado na temporalidade do acontecimento.” (GUIMARÃES, 2017, p. 16).

O conceito de *temporalidade* elaborado por Guimarães (2017) é explicado por ele a partir do exemplo do enunciado “O Presidente da República, no uso de suas atribuições, Decreta...”. Assim, no caso do “Decreta X...”, a temporalidade do acontecimento enunciativo é “o presente que ele (acontecimento) constitui e é uma memória, um passado de dizeres, que autoriza o Presidente decretar e decretar x” (p. 40). Assim, o tempo em Guimarães não é cronológico; ele remete a um memorável do acontecimento. É preciso, pois, não confundir a memória de sentidos (memória discursiva: interdiscurso) com o passado no acontecimento (memorável de enunciações recortado pela temporalização do acontecimento).

Há momentos em que Guimarães, como já se viu, trata de diversos conceitos a partir de diálogos com outros autores, tais como o de discurso, tal qual a Análise do Discurso propõe, com o trabalho de Eni Orlandi; bem como o conceito de interdiscurso, conceito que permitiu Eduardo Guimarães construir conceitos como de texto, enunciado e intertextualidade. Outrossim, há o conceito de memorável, de temporalidade (exposto acima) e a reformulação do próprio conceito de acontecimento em Semântica do Acontecimento ([2002] 2017).

Ao formular a definição de enunciação, Guimarães marca as conexões dialógicas que mantém com a Análise do Discurso. [...] um acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso, que se dá como espaço de memória no acontecimento. É

um acontecimento que se dá porque a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso⁹. É, portanto, quando o indivíduo se encontra interpelado como sujeito e se vê como identidade que a língua se põe em funcionamento (GUIMARÃES, 1995, p. 70)

Cabe acrescentar, ainda, que essa temporalidade marca o presente no momento de enunciação, recorta o memorável e orienta para uma futuridade. Para Guimarães ([2002], 2017, p.20), o sujeito é tomado por esta temporalidade, já que ele

não fala no presente, no tempo, embora o locutor o represente assim, pois só é sujeito enquanto afetado pelo interdiscurso, memória de sentidos, estruturada pelo acontecimento, que faz a língua funcionar. Falar é estar nesta memória, portanto não é estar no tempo (dimensão empírica). (GUIMARÃES, 2005, p.14).

A partir disso, pode-se observar-se que o passado no acontecimento é uma rememoração de enunciações por ele recortada, ou seja, fragmentos do passado por ele representados como o seu passado no próprio acontecimento. O memorável é definido por Guimarães ([2002] 2017, p.20) como “enunciações recortadas pela temporalização do acontecimento”.

Outro importante conceito na Semântica do acontecimento, para a compreensão do funcionamento de línguas, é o de Espaços de Enunciação. É sobre este conceito que nos deteremos na próxima subseção.

3.2.2 Espaços de enunciação

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, se misturam, se desfazem – dentre outros movimentos – a partir de uma constante “disputa”. Sendo assim, podemos dizer que “são espaços habitados por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer”. (GUIMARÃES, [2002] 2017, p. 25). Esse conceito de espaços de enunciação proposto por Guimarães (op. cit.) coaduna com a concepção de “político” adotada por ele mesmo, na qual o político “é algo próprio da divisão que afeta materialmente a linguagem e o acontecimento da enunciação”. Ou seja, é nesses espaços em que as línguas são postas em conflito – próprio da noção de político supracitada –, por isso se dividem, redividem

⁹ Para Guimarães, interdiscurso (memória dos sentidos) e passado no acontecimento não podem ser confundidos, embora possam ser articulados. O primeiro diz respeito à memória discursiva, termo discutido pela AD; o segundo é o memorável de enunciações, recortado pela temporalidade.

e se misturam,. Assim, o acontecimento de linguagem, por se dar nos espaços de enunciação, é um acontecimento político.

A visão de política defendida por Guimarães é inspirada no teórico francês Jacques Rancière (1996, p.36), para quem “há política porque o logos nunca é apenas a palavra, porque ele é sempre indissolivelmente a contagem que é feita dessa palavra”. Para Rancière,

a destinação supremamente política do homem atesta-se por um indício: a posse do logos, ou seja, da palavra, que manifesta, enquanto a voz apenas indica. O que a palavra manifesta, o que ela torna evidente para uma comunidade de sujeitos que a ouvem, é o útil e o nocivo e, conseqüentemente, o justo e o injusto. A posse desse órgão de manifestação marca a separação entre duas espécies de animais como diferença de duas maneiras de se participar do sensível: a do prazer e do sofrimento, comum a todos os animais dotados de voz; e a do bem e do mal, própria somente aos homens e já presente na percepção do útil e do nocivo. (RANCIÈRE, 1996, p. 17)

Rancière (1996) também esclarece que a política não se ocupa dos vínculos entre os indivíduos, nem das relações entre os indivíduos e a comunidade, ela é da alçada de uma contagem das ‘partes’ da comunidade, contagem que é sempre uma falsa contagem, uma dupla contagem ou um erro na contagem. (RANCIÈRE, 1996, p. 21).

Desse modo, a partir dessa concepção de política e da concepção de língua como acontecimento enunciativo, Guimarães ([2002] 2017, p.29) defende que “língua funciona no acontecimento, pelo acontecimento e não pela assunção de um indivíduo”. Tal afirmação da noção de agenciamento, ou seja, trata daquele que fala e daquele para quem se fala.

Para Guimarães, o político é caracterizado pela “contradição de uma normatividade que se estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos.” (Idem, p.23). Dessa forma, se a disputa é desigual, percebe-se que os lugares de dizer são distribuídos de maneira hierarquizada e desigual também para os falantes na enunciação. Nessa direção, a concepção de político e sua compreensão possibilita observar como se dá a configuração do político na linguagem, no espaço de enunciação e como afeta o acontecimento de enunciação.

Tal perspectiva histórica também faz Guimarães dialogar, mais uma vez, com a Análise do Discurso. Sendo assim, compreendemos que a inclusão do conceito e dos elementos da história, a partir do diálogo com a AD, leva a SA a uma ruptura com a

semântica linguística ducrotiana (semântica argumentativa), que se mantém no espaço do meramente linguístico produzido pelo viés saussuriano.

Para a semântica linguística o que interessa é saber, no que diz respeito à relação da linguagem com as coisas, como ao dizer algo fala-se das coisas. Ou seja, a questão não é ontológica, mas simbólica. Não podemos esquecer de lembrar aqui que no nascimento da linguística moderna Saussure separou de modo absoluto duas ordens de questões (as linguísticas e a da relação com as coisas). (GUIMARÃES [2002] 2017, p. 12)

Portanto, o modo pelo qual Guimarães coloca o agenciamento político na enunciação demonstra que esse agenciamento é significado pela história das enunciações e perpassa todo espaço de enunciação e agenciamento dos falantes.

Dando continuidade à discussão dos conceitos-chave para a Semântica do Acontecimento, na subseção seguinte passaremos ao tratamento da Cena Enunciativa.

3.2.3 Cena Enunciativa

A Cena enunciativa é um espaço particularizado por uma deontologia específica de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento, além de ser produzida pelo agenciamento político da enunciação. Em outras palavras, “o falante é agenciado politicamente e assim constitui a cena: o acontecimento da enunciação produz sentidos ao constitui-la”. (GUIMARÃES, 2018, p. 53)

Na cena, há lugares enunciativos definidos, considerados como configurações específicas do agenciamento enunciativo para, ou seja, aquele que fala e aquele para quem se fala. Dessa forma, assumir a palavra é colocar-se no lugar daquele que enuncia, e esse lugar é chamado de Locutor (L). Para Guimarães ([2002] 2017), o Locutor só pode ser determinado através do próprio dizer. Por outro lado, o Locutor é afetado pelos lugares sociais, pois essa categoria só se materializa na enunciação, uma vez que ele só pode falar enquanto predicado por um lugar social, ao qual o autor chama de locutor-x, onde o locutor (l) sempre vem predicado por um lugar social que a variável x representa. É preciso estarmos atentos à distinção que o autor faz de Locutor (com letra maiúscula), que é o ponto de partida do dizer; e locutor (com letra minúscula), agenciado por lugares sociais.

Retrospectivamente, ainda em “Texto e Argumentação” (1987) Guimarães dá os primeiros vestígios de uma semântica do acontecimento (hoje, décadas depois, já

consolidada) a partir das filiações acima declaradas e quando insere alguns conceitos como o de locutor/alocutário, enunciador(es). Tais conceitos, num processo de descontinuidade, modificam-se, ajustam-se em prol de uma consolidação da teoria. Ao partir do conceito de polifonia, o autor caracteriza a dupla falante/ouvinte como não constituinte do objeto da semântica, o que o faz apontar, por outro lado, “locutor/alocutário e enunciador/destinatário como figuras da enunciação consideradas linguisticamente” (GUIMARÃES, 1987, p. 21).

Quando se fala em reelaboração, há que se mencionar a continuidade na sua teoria após a criação/adaptação do conceito de “cena enunciativa” (GUIMARÃES, 2017). Este conceito aparece pela primeira vez em 1987, quando este autor estudou as mudanças que levaram o *embora* de expressão adverbial à conjunção. Para ele, cenas são especificações locais nos espaços de enunciação. Já em Guimarães 2017, o conceito de cena enunciativa se expande e se modifica: “é um espaço particularizado por uma deontologia específica de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento” (p. 31).

A partir daí, compreende-se que os lugares enunciativos (alocutor, alocutor-x, enunciador) – as configurações específicas do agenciamento enunciativo para “aquele que fala” e “aquele para quem se fala” – não são pessoas, mas lugares formados a partir dos dizeres e configuram-se pelo agenciamento enunciativo (ideia relativamente semelhante, à formação discursiva para a Análise do Discurso, distinguindo-se apenas do ponto de vista do que se entende por discurso x enunciado).

Em Guimarães (2018), por sua vez, é preciso mencionar mais uma alteração em tal significado, já que o autor caracteriza a cena como uma “categoria metodológico-descritiva” e a define como “o espaço da enunciação, que constitui os falantes enquanto determinados pelas línguas deste espaço. Ou seja, os espaços da enunciação são espaços de línguas e falantes.” (GUIMARÃES, 2018, p. 49)

Na próxima subseção, trataremos do(s) conceito(s) de Locutores e Alocutores, que compõem a Cena Enunciativa, apresentada até aqui.

3.2.4 Locutores/alocutores

Inicialmente, Guimarães (1987) distingue a representação do *locutor* em dois papéis, *L* e *Lp* (nomenclaturas que são alteradas ao longo dos anos e da difusão da teoria). Assim, o Locutor-L é simplesmente de onde parte o dizer, ou seja, a sua fonte.

O Locutor *Lp*, por sua vez, é o Locutor-enquanto-pessoa-no-mundo. Nessa distinção, é importante alertar para o fato de que o *Lp* não deve ser caracterizado enquanto pessoa referida a um *eu*, mas como social e historicamente marcado.

É importante destacar que o autor, posteriormente, reformula esses conceitos e introduz outros, tal como na distinção entre locutor x alocutário, que muitas vezes podem ser confundidos. Para isso, Guimarães (2018) lança mão dessa distinção:

O locutor é aquele que se apresenta como *eu* na enunciação, representando-se, internamente, ao discurso, como o responsável pela enunciação em que ocorre o enunciado. O locutor é uma figura constituída internamente ao discurso e marcada no texto pelas formas do paradigma *eu*. O *alocutário* é o *tu* do discurso, representado enquanto correlato do locutor e pelo próprio autor. (GUIMARÃES, 2018, p. 21)

Além desses conceitos e nomenclaturas, o autor ainda dá indícios de outros. Por exemplo, relacionado ao Locutor-L há o Alocutário-AL, e ao Locutor-enquanto-pessoa há o Alocutário-enquanto-pessoa (lugar social). As noções de enunciador e destinatário também ganham voz na SA a partir desse estudo: “o enunciador é a posição do sujeito que estabelece a perspectiva da enunciação” (p. 22), o destinatário, por sua vez, é o correlato constituído segundo a perspectiva do enunciador. Assim, ao falar em enunciador, Guimarães (1987) já aponta a um tipo específico: enunciador genérico é aquele que mobiliza uma perspectiva do senso comum.

Essas considerações marcam uma continuidade da teoria de Ducrot, da Polifonia de Locutores e Enunciadores, ou seja, uma aproximação com ela. Mas ao mesmo tempo há um distanciamento na medida em que se coloca no materialismo histórico.

A Polifonia de Locutores, desenvolvida por Ducrot, “se dá quando, num mesmo enunciado, verifica-se a existência de dois locutores distintos, eventualmente subordinados.” (DUCROT, 1987, P. 82). Se assim podemos afirmar, trata-se da presença de outras vozes num mesmo enunciado, tal como propõe, em outra perspectiva, Guimarães (1987). Este primeiro autor, quando esboça tal teoria, propõe-se a questionar e criticar um postulado trazido pela chamada “linguística moderna”: a tese da “unicidade do sujeito falante” (p. 161).

Não é coincidência que na teoria de Ducrot também há o locutor, que é o responsável pelo dizer, ou seja, aquele que assume o enunciado e possui a responsabilidade pelo enunciado. É aquele a quem o pronome em primeira pessoa se refere e, certamente, é ele quem interessa à teoria, quando posto em relação ao sujeito

empírico (o que produz o enunciado; aquele que nem sempre sabemos quem é e não há relevância nesta informação); e ao enunciador (que assume o ponto de vista e nem sempre sabemos quem é):

Por definição entendo por locutor um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade deste enunciado. É a ele que refere o pronome eu e as outras marcas de 1ª pessoa. (DUCROT, 1987, p. 182).

O autor ainda faz uma distinção dentro da própria concepção de locutor, trazendo um locutor “enquanto tal”, o qual ele chama por (L); e como “ser no mundo”, referenciado por (λ) – simbologia que é adaptada por Guimarães por *Lp*:

L é o responsável pela enunciação, considerado unicamente enquanto tendo esta propriedade. λ é uma pessoa “completa” que possui, entre outras propriedades, a de ser a origem do enunciado – o que não impede que L e λ sejam seres de discurso, constituídos no sentido do enunciado e cujo estatuto metodológico é, pois, totalmente diferente daquele do sujeito falante (este último deve-se a uma representação “externa” da fala, estranha àquela que é veiculada pelo enunciado). (DUCROT, 1987, p. 188)

Guimarães (2017) reelabora sua própria teoria ao tratar dos lugares enunciativos, mas, sobretudo, modifica as nomenclaturas e insere novos lugares. Podemos dizer que o autor, a partir da sua retórica de continuidade, está a todo o momento estabelecendo relações com outros conceitos e teorias, para que se possa moldar a sua. É nesse ponto que ressaltamos a mudança da nomenclatura criada por ele em “Texto e argumentação” (1987): *L* (locutor) e *Lp* (locutor-enquanto-pessoa-no-mundo). Na continuidade do que vimos desde esta última obra citada, podemos considerar que assumir a palavra é colocar-se no lugar que enuncia: “o lugar de locutor vou chamar de Locutor, ou simplesmente L” (GUIMARÃES 2017, p. 31). Apesar de tal continuidade, o conceito ora expresso modifica-se, já que o autor o resume como “o lugar que se representa no próprio dizer como fonte deste dizer” (ibidem, p. 32). O locutor-enquanto-pessoa-no-mundo (*Lp*) sofre uma modificação em sua nomenclatura, passando a se chamar Locutor-x (*Lx*), mas permanece com o mesmo lugar caracterizado pelo social e historicamente.

Logo, o conceito de cena enunciativa faz surgir uma declarada relação da Semântica do Acontecimento e a AD: para esta, o sujeito é constituído por meio da história e da ideologia, já que uma das preocupações, principalmente de Pêcheux, referia-se à “ligação entre o discurso e a prática política, ligação que, para ele, passa pela ideologia” (PÊCHEUX, 2010, p. 30).

É primordial conceber ainda outras novidades acrescentadas por Guimarães, de modo a estabelecer uma continuidade na sua própria teoria. Como vimos anteriormente, as relações de agenciamento na cena enunciativa (espaços de enunciação) são recuperadas a partir das posições de autores como Bréal (1992, p. 157). O falante, ao ser agenciado em Locutor, é também agenciado como aquele que fala para alguém (seu *Locutário*) enquanto tomado no mesmo espaço de enunciação, constituindo uma relação específica no acontecimento (GUIMARÃES, 2018, p. 55).

Vê-se ainda na sua última obra sobre SA que Eduardo Guimarães recupera e modifica outra relação de alocação dentro da cena enunciativa. Surgem os espaços de Alocutor – Alocutário / Alocutor-x – alocutário-x, ou seja, lugares preenchidos diferentemente em cada acontecimento. O alocutor-x é aquele que diz de um lugar social a um alocutário-x que também pertence a um lugar social, geralmente diferente do primeiro. Toda essa relação de disparidade/divisão entre os papéis na enunciação, segundo o autor, é política (daí a justificativa da sua retórica de continuidade a algumas teorias políticas, tais como a de Rancière, já mencionada anteriormente); isso pode ser explicado da seguinte forma:

De um lado o locutor significa ser o responsável pelo dizer, pela unidade do dizer, do texto. Por outro lado, o lugar social de dizer (alocutor) significa, no confronto com o Locutor, a significação da não unidade, da não intencionalidade de quem diz. De outra parte, o dizer de um alocutor-(xi), por exemplo, está em conflito com o dizer de outros lugares de alocutor (xj, l). (GUIMARÃES, 2018, p. 58).

Perceba-se, portanto, que há mais uma inovação na nomenclatura, já que o autor acrescenta outras letras para marcar as divisões dos lugares da enunciação (i, j, l...). Se por um lado é importante criar estratégias para melhor exemplificar essas variações, por outro lado, essa constante novidade de termos e nomenclaturas parece confundir o leitor no momento de realizar esta metodologia aplicada a algum (con)texto.

Nesse sentido, a enunciação, segundo o autor, é “politópica”, já que a cena enunciativa se configura por uma divisão de lugares da enunciação. Essa politopia

mostra, a partir dos lugares sociais, que o locutor L só enuncia enquanto L quando a cena enunciativa é dividida com o alocutor, ou seja, é preciso haver um lugar social que se enuncie a um alocutário (x).

Depois de todo o percurso pelos principais termos e conceitos utilizados por Guimarães na Semântica do Acontecimento, tal como a teoria está hoje, elaboramos, resumidamente, um quadro-base contemplando alguns conceitos-chave que devem ser mais bem visualizados, como de locutor e de enunciador, por exemplo.

Sobre o conceito de locutor, é relevante ressaltar que ele, enquanto origem do dizer, se divide, pois para ocupar o lugar de Locutor é preciso estar afetado pelos lugares sociais que autorizam a falar; além disso, ao ser agenciado em locutor, também é agenciado como aquele que fala para alguém (seu locutário). Segundo Guimarães (2017, p. 32), “para o Locutor se representar como origem do que se enuncia, é preciso que ele não seja ele próprio, mas um lugar social de locutor” (locutor-x), conforme quadro abaixo:

Quadro 1 - Lugares sociais

Responsável pelo dizer – alocutor
Locutor-presidente
Locutor-pai
Locutor-diretor de escola (...)

Fonte – Autora

Nesse sentido, o falante, ao ser agenciado, se divide em Locutor e alocutor. Para brevemente esclarecer, o alocutor será sempre um alocutor-x, ou seja, “um alocutor que é a cada acontecimento especificado por uma caracterização do próprio acontecimento” (GUIMARÃES, 2018, p. 56), numa alocução específica com o seu alocutário-x, aquele para quem o alocutor diz.

Quadro 2 – Agenciamento do falante

Agenciamento do falante – o “x” da questão	
Alocutor	Diz de um lugar social, por isso sempre será um alocutor-x.
Alocutário	Aquele para quem o alocutor diz; é sempre um alocutário-x, por também pertencer a um lugar do dizer.

Fonte – Guimarães (2018)/Autora

Para a Semântica do Acontecimento, o Locutor ,ao se apresentar, é predicado por um lugar social e, de acordo com Guimarães (2017, p. 35), esta predicação do lugar social é “distribuída por uma deontologia do dizer” (lugares do dizer) veiculada por enunciadores.

Tais conceitos básicos enquadrados acima – lugares do dizer e agenciamento do falante – contemplam o momento atual da teoria da Semântica do Acontecimento. Agora, na próxima subseção, passamos para a apresentação dos enunciadores, que têm papel fundamental na extração dos sentidos nas análises realizadas pela SA.

3.2.5 Enunciadores

Além dos lugares sociais e do agenciamento dos falantes, vistos no tópico anterior, Guimarães ([2012]2017) também acrescenta os lugares do dizer, representados pela figura do enunciador. Os enunciadores existem quando há o apagamento do lugar social na enunciação, ou seja, apaga-se a disparidade constitutiva do agenciamento enunciativo entre o Locutor e o locutor-x: apaga-se para o falante a natureza política do acontecimento de sua enunciação. (ZOPPI-FONTANA, 2015, p.275)

Dessa maneira, quando não existe a marcação de lugares sociais e com o estabelecimento de lugares de dizer, há uma distinção entre a relação da história (incluído o político) com a enunciação. Essa distinção pode ser representada através das categorias enunciador-individual, enunciador-coletivo, enunciador-genérico e enunciador-universal.

O enunciador-individual, para Guimarães ([2002] 2017), se trata de uma enunciação na qual o Locutor se apresenta como independente da história. Ou seja, estamos diante de uma enunciação que se dá como independente da história pela representação dessa individualidade a partir da qual se pode falar. Quando se fala em enunciador-coletivo, marca-se um modo impessoal de apresentar o que se diz, ou seja, não é um lugar individual que garante a relação entre o dizer e aquilo de que se fala. Em suma, este último pertence à comunidade e se inclui nela.

O enunciador-genérico, por sua vez, é a origem do que se diz, “mas o que aí se diz é dito, não de um lugar individual (...) mas é dito do lugar de um acordo sobre o sentido de repetir um dito popular” (GUIMARÃES 2017, p. 34). Ou seja, o enunciador genérico passa a ser aquele lugar que enuncia aquilo que todos dizem. O enunciador

universal se instala como um novo lugar; é aquele que significa o Locutor como submetido ao regime do verdadeiro e do falso (parece ser próprio do discurso científico, por exemplo).

Quadro 3 – Deontologia do dizer

Deontologia do dizer – Lugar do dizer / Modo do dizer	
Enunciadores	Características
Individual	Representa o Locutor como independente da história.
Coletivo	Representa o locutor como impessoal àquilo que se diz.
Genérico	Representa o Locutor como difuso num todos em que o indivíduo fala como e com outros indivíduos.
Universal	Representa o Locutor como fora da história e submetido ao regime do verdadeiro e do falso.

Fonte – Guimarães (2018)/Autora

Dada a explicação sobre cena enunciativa e a divisão dos seus principais conceitos-chave, propomos-nos, ao final deste capítulo de revisão da teoria, apresentar um quadro teórico com os principais conceitos que perpassam a Semântica do Acontecimento, ou pelo menos aqueles que são fundantes à nossa análise e à distinção com outras áreas da linguística, sobretudo da própria semântica. Este quadro fundamenta e organiza as etapas da teoria até aqui percorrida e serve como manual àqueles que buscam uma sistematização de conceitos basilares da SA.

Os termos que compõem o quadro são respectivamente: Acontecimento; Enunciação; Enunciado; Temporalidade; Memorável; Espaço de Enunciação e cena enunciativa.

Quadro 4 – Conceitos-chave da Semântica do Acontecimento

CONCEITOS-CHAVE Semântica do Acontecimento	
Acontecimento	É algo que ocorre quando se diz algo; ou seja, o funcionamento da língua num espaço de enunciação.
Enunciação	É o acontecimento do funcionamento da língua.
Enunciado	É a unidade mínima de análise semântica.
Temporalidade	É aquilo que marca o presente no momento de enunciação, recorta o memorável e orienta para uma futuridade.
Memorável	São as enunciações recortadas pela temporalização do acontecimento
Espaço de enunciação	É o espaço de relações de línguas na sua relação com falantes
Cena Enunciativa	É o espaço particularizado por uma deontologia específica de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento

Fonte: Autora/GUIMARÃES (2013;[2002]2017; 2018)

Esperamos, com a elaboração deste quadro, facilitar a apropriação dos conceitos que perpassam a noção da Semântica do Acontecimento e encaminhar o próximo capítulo, que trata dos aspectos teórico-metodológicos utilizados por esta teoria. Isso porque, ao apropriar-se de tais conceitos, a metodologia própria empregada por Guimarães será melhor compreendida, já que cada um desses termos tem papel importante para que os o procedimento analítico ocorra e as relações de sentido sejam construídas.

Passemos, agora, para o capítulo 4, que se configura como teórico-metodológico.

4 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO

Neste capítulo, dadas as filiações e (des)filiações da SA no seu percurso construtivo, expomos os procedimentos enunciativos fundamentais à metodologia da SA, e, principalmente, à análise do nosso *corpus*, no intuito de facilitar a leitura e a compreensão dos mecanismos analíticos desta teoria. Entendemos, pois, que os próprios conceitos já discutidos e expostos no quadro supramencionado nos encaminham para uma metodologia própria elaborada por Guimarães, por isso a justificativa da nomeação do título do capítulo.

4.1 Das relações de articulação e reescrituração

Como já se sabe, o acontecimento enunciativo ocorre pelo funcionamento da língua em um espaço específico de enunciação, e este espaço, por sua vez, agencia politicamente os falantes e cria/divide lugares para cada um, o que forma uma cena enunciativa. Assim, para que os enunciados produzidos nessas cenas funcionem, é importante compreender a sua integração aos textos, por isso Guimarães (2018) aponta para procedimentos de análise que se apresentam como modos de relações fundamentais: a articulação e a reescrituração.

Vale salientar, pois, um aspecto decisivo na teoria da Semântica do Acontecimento e, mais especificamente, em seus procedimentos de análise e escolha do *corpus*. Por um lado, a análise deve se apropriar de enunciados já existentes, que trazem consigo seus modos de relação enunciativos já enunciados em textos. Por isso, não é papel do pesquisador de tal teoria construir ou formular um *corpus* específico, mas sim de perceber a maneira como funcionam expressões em textos veiculados por diversas línguas no momento em que são enunciadas, ou seja, no seu acontecimento (GUIMARÃES, 2018). Por outro lado, o diferencial desta teoria está em poder analisar apenas recortes de textos, ou seja, a sondagem na SA se caracteriza por encontrar, por exemplo, “um enunciado, em um recorte do acontecimento da enunciação, e explorar este enunciado enquanto elemento deste recorte e assim integrado ao texto que se recorta” (GUIMARÃES, 2018, p.76).

Para uma melhor compreensão dos termos por nós utilizados, que são veiculados pela SA, para Guimarães (2011, p. 19), entende-se por texto “uma unidade de sentidos

que integra enunciados”, ou seja, de forma mais direta, texto é uma unidade de significação que produz sentidos. Outro aspecto importante a se ressaltar é o fato de que o texto é composto/integrado por enunciados – é isso que faz com que o texto seja um texto. Guimarães (2011) cita o exemplo do mapa que, para muitos, não é considerado texto, mas devido à sua integralidade de enunciados, como os nomes de rua, deve ser visto como um. É importante também destacar que o enunciado é visto nesta teoria como resultado da enunciação, ou seja, quando algo significa.

Assim, essas especificidades da teoria da SA nos permitiram analisar os enunciados-tema das redações do ENEM, integrados aos textos motivadores presentes na proposta de redação. Na verdade, podemos dizer que há um duplo recorte para uma dupla integração. Se por uma via recortamos palavras-chave como enunciados dentro do enunciado-tema, as integramos aos enunciados recortados dos textos motivadores. Tal intercruzamento é possível à medida que “o recorte é um fragmento do acontecimento da enunciação” (p. 76). Outro fator importante a recuperar é o fato de que tais fragmentos não podem ser considerados como “isolados” ou “perdidos”, extraídos forçadamente para que se proceda uma análise. Ao defender esta ideia, Guimarães (2018, p. 76) reforça que “pelo recorte, as formas linguísticas aparecem correlacionadas em virtude de terem uma mesma relação com o acontecimento, independente da posição da sequência”. Por isso, cada fragmento gira em torno de um todo significativo: o acontecimento:

O recorte é uma categoria descritiva formulada no interior da Análise de Discurso. (...) o recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-situação. Assim, “um recorte é um fragmento da situação discursiva” (ORLANDI, 1983, p. 14). Ao apropriar esta noção ao domínio dos estudos enunciativos, disse em Guimarães (2011) que o recorte “é um fragmento do acontecimento da enunciação”. Guardando a caracterização de Orlandi, não se trata simplesmente de uma sequência, mas de formas linguísticas que aparecem como correlacionadas em virtude de terem uma mesma relação com o acontecimento, independentemente da posição na sequência (GUIMARÃES, 2014).

Isso nos permite dizer que nossa análise não se pautará em palavras, enunciados isolados, imotivados. A chave para ela será encontrar a correlação entre enunciado-tema e enunciado-texto motivador. Ainda para nos ampararmos linguisticamente, esta noção de recorte aqui defendida também foi discutida por Orlandi (1984, p. 14; apud

GUIMARÃES, 2018, p. 76), para quem é possível a noção de recorte, já que “por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação”.

Ainda para atestar a não aleatoriedade das escolhas de recortes, Guimarães (2018) aponta para a noção de sondagem, aquilo que se caracteriza por ser uma maneira de “escolher” enunciados e em seguida realizar (a partir de uma pergunta/questão) uma descrição do funcionamento semântico a partir de duas categorias semântico-enunciativas: a articulação e a reescritura. Para a análise do nosso *corpus* de pesquisa, tais categorias serão relevantes, por isso a sua menção aqui e, mais detalhadamente, em parágrafos subsequentes. Para sintetizar esta ideia de sondagem, Guimarães (2018) elabora um parágrafo esclarecedor:

Um aspecto importante, nesta análise por sondagem, é que ela permite tomar enunciados existentes, de textos existentes, sem que se tenha que tomar um corpus de tal forma grande que não permite olhar a especificidade do que se quer analisar. E isso se deve ao fato de que não é a quantidade de recortes que fará a análise avançar, mas a capacidade do analista de encontrar recortes com enunciados decisivos para a análise que se pretende. A pergunta que se faz orienta a busca dos enunciados decisivos. (p. 79)

Dentro deste quadro teórico-metodológico, cabe destacar os procedimentos supracitados da articulação e da reescrituração. Elas são definidas por Guimarães (2018) em relação à textualidade como dois procedimentos fundamentais através dos quais se constitui a enunciação. A começar pelos procedimentos de articulação, ela é definida como “uma relação de contiguidade significada pela enunciação” (GUIMARÃES, 2009, p. 51). Além disso, ainda dentro da articulação, na organização dos enunciados existem três relações gerais adotadas de três modos diferentes: dependência, coordenação e incidência.

Guimarães (2018, p. 80) diz que a articulação pode se dar de três modos diferentes: por dependência, por coordenação e por incidência. A articulação por dependência ocorre quando os elementos adjacentes se organizam por uma relação que constitui, no conjunto, um só elemento. Note-se o exemplo: (1) *Os filhos da terra*; nele, a relação é tal que (2) *Os e da terra* vinculam-se a filhos, constituindo uma unidade, um sintagma nominal. A articulação de coordenação, por sua vez, é considerada aquela que toma elementos de mesma natureza e os organiza como se fossem um só da mesma natureza de cada um dos constituintes, é o caso de (3) *Os filhos e as filhas*, em que encontramos uma coordenação, ou semelhança de traços, entre os meninos e as

meninas. Dito de outra maneira, a articulação por coordenação se apresenta por um processo de acúmulo de elementos numa relação de adjacência. Já a incidência é vista como a relação que se dá entre um elemento de uma natureza e outro de outra natureza, de modo a formar um novo elemento do tipo do segundo. Por exemplo, em (4) *Apenas nasceu na terra*, temos “Apenas” que incide sobre (5) *Nasceu na terra*. Logo, (5) *Nasceu na terra* é um enunciado e o “apenas”, sozinho, não se constitui como tal. Por fim, compreende-se que o exemplo (4) *Apenas nasceu na terra* é tido como um novo enunciado. A incidência é, pois, uma relação entre um elemento e outro sem uma relação de dependência estabelecida

O quadro abaixo apresenta, de modo mais sistemático, os três modos de articulação e, dentro de cada um, os sentidos expressos pelos enunciados, a partir dos exemplos¹⁰:

Quadro 5 – Modos de articulação

Modo da articulação	Sentido
Dependência	Referência: <i>Os jovens eleitores</i> Caracterização: <i>de jovens por eleitores em jovens eleitores</i> (numa relação de adjetivação).
Coordenação	Enumeração: (...) <i>internamente dividida, discute, delibera e decide em comum para aprovar ou reiterar ações que dizem respeito a todos os seus membros.</i> Relações argumentativas: <i>A democracia é subversiva, mas é subversiva no sentido mais radical da palavra.</i> (Em virtude do funcionamento do mas)

¹⁰ Os exemplos são enunciados retirados dos textos motivadores das provas de redação do ENEM, nos variados anos.

Incidência	Relações argumentativas: <i>Para não fazer uso sequer do extermínio da força/ a política foi criada pelo homem.</i> (Uma relação argumentativa devido ao uso do <i>sequer</i>).
------------	---

Fonte – (Guimarães 2018)/Autora

Dados os modos de relação por articulação, passemos para o modo de reescrituração. A reescrituração, segundo Guimarães (2018, p.85), “é o modo de relação pelo qual a enunciação rediz o que já foi dito”. O autor disse ainda de forma mais enfática que este procedimento “rediz insistentemente o que já foi dito, fazendo interpretar uma forma como diferente de si” (2017, p. 38). E ao redizer o que já foi dito, produz-se uma deriva do sentido.

Tal como vimos em Guimarães (2009 e 2018), podemos dizer que o procedimento de reescrituração consiste em se (re)dizer o que já foi dito. Sendo assim, uma expressão linguística reporta-se a outra por algum tipo de procedimento que as relaciona no texto, que é integrado pelos enunciados em que ambas estão (GUIMARÃES, 2017). Esse procedimento se caracteriza por fazer interpretar uma forma (reescriturada) como diferente de si (em virtude da reescrituração). Nesse sentido, a reescrituração é um procedimento que coloca em funcionamento uma operação enunciativa fundamental na constituição do sentido pelo acontecimento enunciativo. Uma de suas características fundamentais é que ela não é necessariamente uma operação entre elementos contíguos/adjacentes; na verdade, uma das suas peculiaridades é que ela é uma relação entre elementos à distância, ou seja, que podem apenas eventualmente estar contíguos (sendo assim, a contiguidade não é o elemento que as caracteriza).

Vejamos o exemplo que se segue para adentrarmos no universo da reescrituração acima mencionado: (6) *Ao expor as pessoas a constantes ataques à sua integridade física e moral, se sentem ameaçadas. A violência começa a gerar expectativas nelas, a fornecer padrões de respostas.* O que ocorre entre *pessoas* e *elas* é o que se entende por uma reescritura, ou seja, o segundo elemento rediz, numa relação simétrica, transitiva e não-reflexiva, o elemento *pessoas*.

Ao realizarmos uma análise mais específica da reescrituração no exemplo (6) acima, em que *peessoas* é o elemento reescriturado e *nelas* é o elemento que reescritura, podemos observar que essa relação pode ser caracterizada de algumas maneiras distintas, conforme demonstraremos abaixo.

Se *nelas* reescreve *peessoas*, então *peessoas* é também uma reescritura de *nelas*. É neste ponto que acontece a relação de simetria acima destacada, ou seja, isso nos mostra que a reescritura não é uma mera ordenação dos elementos, a partir de uma referência, ela é, pois, um dos modos de integração de enunciados. Isso nos leva a entender, a partir de Guimarães (2009), que a reescrituração é uma relação que tem a ver diretamente com o fato de que os enunciados e seus elementos significam em virtude do texto que integram; daí o entendimento que se tem de significação e de acontecimento.

Ainda no exemplo (6), percebemos a seguinte relação: *peessoas* é reescriturado por elipse no segundo enunciado. E o elemento elíptico é reescriturado por *elas* (sentem: *elas*). O que faz com que se o elemento A (*peessoas*) seja reescriturado por outro, a elipse (B sentem: *elas*); e se B é reescriturado por um terceiro elemento C (*nelas*), no caso ele, o elemento (C - *nelas*) também reescreve o elemento (A - *peessoas*). Após a demonstração dessa relação quase formal, é nesse contexto que ela é também uma relação transitiva, já que “está diretamente ligada ao seu funcionamento à distância e transversal” (GUIMARÃES, 2009, p. 53).

Ainda nesta relação de reescrituração, se *nelas* reescreve *peessoas*, não podemos dizer que há uma relação de igualdade de sentidos dos elementos, logo, *nelas* não é igual a *peessoas*, apesar da relação simétrica de reescrituração. Ou seja, não há uma relação igualitária de significação, pois *nelas* não significa no enunciado como *peessoas* significa, e vice-versa. Nesse caso a relação é não-reflexiva, mas não é uma repetição, como no caso se *peessoas* repetisse outro termo *peessoas* num mesmo enunciado. Por fim, Guimarães ressalta algo decisivo sobre o modo de reescrituração:

O que isso caracteriza é que a reescrituração não opera com a identidade. Por outro lado, e isso é fundamental aqui, um conjunto de reescriturações de um elemento linguístico qualquer em um texto, ou conjunto de textos, não é uma classe, não é um paradigma, pois a relação de reescrituração não é uma relação de equivalência, já que não é reflexiva. A característica da reescrituração está ligada a um aspecto fundamental: fazer sentido envolve sempre um diferente que se dá no acontecimento enunciativo. (GUIMARÃES, 2009, p. 54)

Logo, o modo da reescrituração não elege termos como equivalentes no sentido, cada qual significa algo diferente por se tratar, também, de um acontecimento diferente. Assim, já que o falante é agenciado a falar, entendemos que reescrever não significa dizer a mesma coisa, significa, sim, dizê-la com significações diferentes, seja utilizando elipse, seja a repetição, seja uma relação transitiva ou outras relações que ainda veremos no quadro abaixo que sintetiza este modo,:

Quadro 6 – Modos de reescrituração

Modo da reescrituração	Sentido
Repetição	[a] (7)<i>Entender a <u>violência</u> como fruto de nossa horrenda desigualdade social não nos leva a desculpar os criminosos dessas agressões, (8), mas poderia ajudar a decidir que tipo de investimentos contra eles o Estado deve fazer para enfrentar esse problema de <u>violência</u>: incrementar <u>violência</u> por meio da repressão; tomar medidas para sanear alguns problemas sociais gravíssimos...Todas essas ações seriam válidas?(repetição)</i> [b] (7a)<i>Entender a <u>violência</u> como fruto de nossa horrenda desigualdade social não nos leva a desculpar os criminosos dessa <u>agressão</u>. (sinonímia)</i> [c] (7b)<i>Entender a <u>violência</u> como fruto de nossa horrenda desigualdade social não nos leva a desculpar os criminosos dessas agressões, (8a), mas poderia ajudar a decidir que tipo de investimentos contra eles o Estado deve fazer para enfrentar <u>esse problema</u> (...)</i>

	(hiperonímia)
Substituição / Elipse	[d] (7c) <i>Entender a violência como fruto de nossa horrenda desigualdade social não nos leva a desculpar os <u>criminosos</u> dessas agressões, (8b) mas poderia ajudar a decidir que tipo de investimentos contra <u>eles</u>.</i> [e] (7d) <i>Entender a <u>violência</u> como <u>fruto de nossa horrenda desigualdade social</u> não nos leva a desculpar os criminosos dessas agressões,</i>
Expansão	[f] (8d) <i>mas poderia ajudar a decidir que tipo de investimentos contra eles o Estado deve fazer para enfrentar esse problema de violência: <u>incrementar violência por meio da repressão; tomar medidas para sanear alguns problemas sociais gravíssimos...</u></i>
Condensação	[g] (8e) <i>...incrementar violência por meio da repressão; tomar medidas para sanear alguns problemas sociais gravíssimos...<u>Todas</u> essas ações seriam válidas?</i>

Fonte – Guimarães (2018)/Autora

O quadro acima, a partir dos seus exemplos, nos mostra todos os modos possíveis de ocorrência por reescrituração. Para melhor observar a maneira como as reescriturações desencadeiam sentido, Guimarães (2018, p. 89-92) mostra que várias relações de sentido são possíveis e produzidas pelas reescriturações, como a sinonímia e a antonímia (reescrituração por repetição); especificação/definição (reescrituração por substituição/elipse); desenvolvimento, generalização enumeração (reescrituração por

expansão); e totalização e generalização (reescritura por condensação). Assim, no quadro que elaboramos, tentamos trazer alguns exemplos de pelo menos um dos modos de cada tipo de reescrituração, que serão melhor explicados abaixo.

No exemplo [a], de repetição, o enunciado (7) apresenta a palavra *violência*, que se repete duas vezes no enunciado (8). Assim, dizemos que o termo *violência* é reescriturado por repetição. Desse modo, ao redizer, este processo é fundamental no andamento dos enunciados e na relação do (7) com o (8), já que, a partir da repetição, podemos identificar qual o sentido de *violência* em cada um dos enunciados em que aparece. Já no exemplo [b], encontramos um caso de reescrituração por sinonímia; neste caso, ao usar o termo *agressão* para substituir *violência*, aquela palavra possui o mesmo sentido que essa à qual se liga. Em [c], por sua vez, há o processo de reescrituração por repetição, que constitui uma hiperonímia, já que ao utilizar a expressão *esse problema* para repetir a palavra *violência*, na verdade temos uma relação de hiperonímia, em que *violência* é hipônimo de *problema*.

Ao exemplificar a reescrituração por substituição/elipse, tomemos em [d] que *criminosos* é reescriturado por *eles*, numa relação elíptica. Em [e], demos um exemplo que nos traz os mecanismos de especificação/definição a uma só vez, quando *violência* é substituído por *fruto de nossa horrenda desigualdade social*; na verdade, podemos interpretar que, pela relação de paráfrase, *violência* é o *fruto de nossa horrenda desigualdade social*. Logo, além de haver uma especificação de *violência*, há também sua definição, tudo num modo de reescrituração por substituição.

Na reescrituração por expansão, utilizamos exemplo [f], que nos remete ao modo de sentido específico da enumeração/desenvolvimento. A relação de desenvolvimento/enumeração, no exemplo que se segue, pode ser vista pela expansão da reescrituração dos investimentos que o governo deve fazer para enfrentar o problema da violência: (8d) *incrementar violência por meio da repressão; tomar medidas para sanear alguns problemas sociais gravíssimos*. Neste caso trazido por nós, percebemos que a reescrituração por expansão dos investimentos produz um desenvolvimento do sentido da expressão reescriturada, e não apenas por uma mera enumeração no sentido literal do termo.

Por fim, a reescrituração por condensação nos remete aos modos de sentido de generalização e de totalização, conforme exemplificamos em [g]. Ora, a palavra *todas* apresenta uma condensação no caso da reescrituração no sentido de globalização de toda sequência que vem no início de (8e). Nesse caso, o globalizador/totalizador *todas*

determina as partes totalizadas (*incrementar violência por meio da repressão; tomar medidas para sanear alguns problemas sociais gravíssimos*); o que nos faz compreender, também, que a totalização se dá em números, já que o que foi enumerado determina as expressões enumeradoras – aqui também compreendidas como totalizadoras ou globalizadoras.

Face ao exposto, que Guimarães (2018, p. 75) chama de procedimentos de análise, entendemos que todos os modos que apresentamos, seja de articulação ou reescrituração, dão conta (pelo menos parcialmente) do modo de funcionamento dos enunciados que analisaremos nesta tese, em enunciações distintas – os enunciados-tema da prova de redação do ENEM. Porém, os mecanismos de análise elaborados por este autor na SA não se esgotam nesses modos de funcionamento enunciativo.

Tratamos, a seguir, de outro procedimento de análise, que na verdade consideramos uma metodologia própria para a análise enunciativa na semântica do acontecimento, que lida com a questão da designação: o DSD (Domínio Semântico de Determinação).

4.2 Domínio Semântico de Determinação: modo de representação dos sentidos

Ao considerar a enunciação como um acontecimento que temporaliza e produz sentido, Guimarães precisou desenvolver estudos que pudessem lidar com as categorias e com a concepção de linguagem que perpassavam sua formulação. Isso levou o autor a desenvolver um procedimento próprio, o qual enxergamos como uma metodologia exclusiva para a Semântica do Acontecimento, que lança mão de descrições semânticas produzidas a partir da posição adotada pelo autor: o DSD – Domínio Semântico de Determinação. Assim, toda e qualquer análise em semântica do acontecimento que queira analisar a designação de nomes, por exemplo, deve passar por tal procedimento até que se chegue a uma conclusão.

Consideramos, pois, que o objetivo em adotar o DSD é o de mostrar a significação de um nome, amparado em observações dos modos enunciativos de reescrituração e articulação (discutidos anteriormente), que são estabelecidos nas enunciações. A partir de um sistema específico de amostragem das relações de determinação semântica, o DSD “considera as relações de atribuição de sentido que podemos encontrar entre as palavras de um texto, ou textos, com aquela que se analisa” (GUIMARÃES, 2018, p.157). Portanto, no DSD, são as relações que constituem o

sentido de uma palavra apresentadas por uma escrita própria estabelecida por sinais específicos. Desse modo, a análise de uma palavra, num enunciado-tema de redação, por exemplo, representa uma interpretação do próprio processo de análise e deve ser capaz de explicar o funcionamento do sentido da palavra no corpus especificado, que no nosso caso, se trata de um conjunto de enunciados-tema de redação, junto aos textos motivadores que formam a proposta.

Outro aspecto da teoria a ser destacado no procedimento de DSD é o conceito de designação. Nesse contexto, é importante mencionar que Guimarães (2018) critica o fato de nomeação, designação e referência serem termos tratados como correlatos, mesmo tendo conceitos distintos dentro da teoria da Semântica do Acontecimento.

A nomeação é apenas o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome, a exemplo de *mesa*, que nomeia todos os objetos classificados como tal. A referência (denotação) é a particularização de algo na e pela enunciação, o que significa apontar para uma mesa específica ao enunciar *esta mesa*.

Já o conceito de designação dado em Guimarães (2018) diz respeito à significação de um nome, pois a “questão é saber o que significa uma palavra no enunciado em que é enunciada enquanto elemento de um texto” (GUIMARÃES, 2018, p. 156). E aquilo que um nome designa é chamado de Domínio Semântico de Determinação¹¹ (DSD), que, conforme Guimarães (2017), é por onde se dão os sentidos do nome em um dado enunciado, em uma dada unidade de análise.

Dadas as considerações iniciais sobre esta metodologia guimaraniana e as devidas distinções teóricas, é preciso, antes de tudo, explicar como se dá tal mecanismo, que é bastante peculiar e composto por formas e sinais. Para isso, elaboramos o quadro abaixo, que trará uma melhor visualização das relações de determinação semântica:

¹¹ Conceito que será apresentado e discutido em tópico posterior.

Quadro 7 – Sinais de representação (DSD)

Sinal/Representação	Sentido
	A ponta do traço se refere ao elemento que determina, atribui sentido ao elemento que estiver depois do traço, o qual é determinado (a mesma logica se aplica a todos os sinais). Ex.: A  B (em que A determina B; e B é determinado por A). C  D (em que C determina D; e D é determinado por C)
	Este sinal, que é um traço curto, significa a relação de sinonímia, ou seja, as palavras que tiverem antes e depois do traço são consideradas sinônimas. Ex.: E  F (em que E é sinônimo de F e vice-versa).
	O traço contínuo, mais longo, significa uma relação de oposição, ou seja, uma relação de antonímia entre os elementos que estiverem acima e abaixo do traço. Ex.: G  H (em que G é antônimo de H e vice-versa).

Fonte – Autora

Para aplicarmos estes sinais a um esquema de DSD, tomemos o exemplo seguinte:

(9) Os programas sensacionalistas do rádio e os programas policiais de final da tarde em televisão saciam curiosidades perversas e até mórbidas tirando sua matéria-prima

*do drama de cidadãos humildes que aparecem nas delegacias como suspeitos de pequenos crimes.*¹²

Ao analisarmos brevemente o enunciado, apenas para demonstrarmos o posicionamento dos sinais, em *programas sensacionalistas*, temos a designação de que *programas* determina *sensacionalistas*, já que este último termo funciona como um tipo de programa; e *sensacionalistas* designa *do rádio*, como também é uma especificação:

Ex.: 1: programas —| sensacionalistas —| do rádio

Ainda em relação ao mesmo enunciado, identificamos uma relação de sinonímia, já que ao falar em curiosidades perversas e até mórbidas, numa relação de escalaridade, uma é sinônima da outra; pois esta reescrituração não acontece necessariamente por substituição, mas produz uma relação de sinonímia. Logo, a representação gráfica dos sinais do DSD seria:

Ex.: 2: perversa — mórbida

Sabendo que este tipo de análise na Semântica do Acontecimento possui uma metodologia própria e nova, vejamos mais um exemplo:

(10) *A aprovação, em abril de 2014, de uma resolução que considera abusiva a publicidade infantil, emitida pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), deu início a um verdadeiro cabo de guerra envolvendo ONGs de defesa dos direitos das crianças e setores interessados na continuidade das propagandas dirigidas a esse público.*

*Elogiada por pais, ativistas e entidades, a resolução estabelece como abusiva toda propaganda dirigida à criança que tem “a intenção de persuadi-la para o consumo de qualquer produto ou serviço” e que utilize aspectos como desenhos animados, bonecos, linguagem infantil, trilhas sonoras com temas infantis, oferta de prêmios, brindes ou artigos colecionáveis que tenham apelo às crianças.*¹³(grifos nossos)

No enunciado *considera abusiva a publicidade infantil*, tomemos as ideias de designação para mostrar que *publicidade infantil* determina *abusiva*, ao atribuir uma adjetivação. Dentre tantos outros adjetivos para se referir à publicidade infantil, neste

¹² Este texto é um trecho retirado da prova de redação do ENEM em 2004, o qual funcionava como texto motivados; tal fragmento foi do livro de Eugênio Bucci(2000), “Sobre ética e imprensa”.

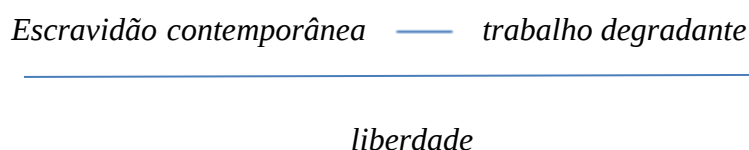
¹³ Trecho retirado do primeiro texto motivador da prova de redação do ENEM em 2014.

acontecimento ela é *abusiva*. Neste caso, o DSD se forma tal como foi mostrado no exemplo anterior: *abusiva publicidade infantil*. Mais adiante, o enunciado *propaganda dirigida à criança* estabelece uma relação de sinonímia com o enunciado anterior, já que *publicidade infantil* é sinônimo de *propaganda dirigida à criança*.

Para contemplarmos todas as relações do DSD mostradas no quadro, segue mais um exemplo:

(11) *Escravidão contemporânea é o trabalho degradante que envolve cerceamento da liberdade.*

Identificamos, acima, as relações de sinonímia e de antonímia, em enunciados distintos. Assim, tomamos *Escravidão contemporânea* numa relação sinônima com *trabalho degradante*; e ambos os enunciados como opostos à liberdade, representados pelo DSD:



Após as devidas demonstrações e explicações sobre este procedimento metodológico, criado por Guimarães, que também será utilizado em nossa análise, bem como sobre os conceitos necessários para que esta última aconteça, partimos para o capítulo de apreciação e análise dos nossos dados à luz do *corpus* estabelecido: os enunciados-tema e as propostas de redação do ENEM, desde 1998 até 2018, quando o exame completou 20 anos de existência.

5 A DESIGNAÇÃO EM ENUNCIADOS-TEMA DE REDAÇÕES DO ENEM

Neste capítulo, realizamos a análise do nosso *corpus*, que são os enunciados-tema das respectivas provas de redação do ENEM e seus textos motivadores: “Viver e aprender” (1998); “Cidadania e Participação social” (1999); “Direitos da criança e do adolescente: como enfrentar esse desafio nacional?” (2000); “Desenvolvimento e preservação ambiental: como conciliar interesses em conflito?” (2001); “A violência na sociedade brasileira: como mudar as regras desse jogo?” (2004); “Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil” (2016); e “Caminhos para combater o racismo no Brasil” (2016 – PPL).

Cabe pontuar que, apesar de termos apresentado ao longo dos capítulos desta tese os 20 temas de redação cobrados nas provas do ENEM, desde a sua origem, em 1998, até o 2018, quando exame completou 30 anos de existência, foi realizado um recorte e selecionamos os 7 temas supracitados, a partir das categorias de análise definidas. Em alguns momentos da análise, estes temas saem da sua ordem cronológica para se estabelecer uma ordem lógica, já que estão categorizados de acordo com as designações de palavra-aberta palavras-tema e palavras-comando. Assim, é feito um agrupamento de temas que seguem uma mesma utilização de comandos e temáticas semelhantes, por meio do procedimento de sondagem (GUIMARÃES, 2018), a fim de cruzá-los e perceber os sentidos presentes nas relações semânticas e os DSD's que representam as análises.

Para o desenvolvimento deste capítulo, três categorias analíticas foram elaboradas: a primeira é intitulada “Palavra-aberta”, aquela que representa os enunciados-tema que não possuem direcionamento argumentativo e temático visíveis; a segunda é chamada de “Palavras-comando”, a qual é composta por enunciados-tema que trazem comandos específicos e decisivos para a compreensão da temática; e a última é a de “Palavras-tema”, ou seja, aquelas que, no enunciado-tema, existem palavras que encaminham para o tema/conteúdo, sem necessariamente recorrer a comandos ou demandá-los, uma vez que trazem assuntos palpáveis e vivíveis na sociedade.

Nesse sentido, dentre as diversas possibilidades de análise dentro da Semântica do Acontecimento, nos detemos à análise dos procedimentos de articulação e reescrituração, apresentados no capítulo anterior desta pesquisa. Logo, não é nossa intenção, aqui, apresentar, na totalidade, a cena enunciativa e outros aspectos da SA.

Nas próximas seções, apresentamos cada categoria de análise e os respectivos enunciados-tema analisados. Na categoria “Palavra-aberta”, foram analisados os temas “Viver e aprender” (1998) e “Cidadania e Participação social” (1999). A categoria “Palavras-comando”, por sua vez, é composta pela análise dos temas “Direitos da criança e do adolescente: como enfrentar esse desafio nacional?” (2000), “Desenvolvimento e preservação ambiental: como conciliar interesses em conflito?” (2001) e “A violência na sociedade brasileira: como mudar as regras desse jogo?” (2004). Por fim, na categoria “Palavras-tema”, foram analisados os temas “Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil” (2016) e “Caminhos para combater o racismo no Brasil” (2016 – PPL)

5.1 Palavra-aberta

A categoria de análise “Palavra-aberta” é composta pelas duas primeiras temáticas sugeridas pelo ENEM, dos anos de 1998 e 1999, respectivamente “Viver e aprender” e “Cidadania e Participação social”. Nela, os enunciados-tema são analisados de modo a demonstrar vaguidão temática e de direcionamento ao candidato no momento de construção da sua discussão/argumentação. Não significa dizer que tais enunciados são descartáveis, muito ao contrário disso, eles são decisivos na mudança de postura da prova de redação do ENEM, por isso precisam ser analisados do ponto de vista crítico e semântico, já que extraímos as relações de sentido neles existentes e a importância de compô-los do ponto de vista enunciativo.

As especificidades desta categoria são suscitadas e retomadas no momento da análise desses dois temas. À medida que analisamos, explicamos onde se encontra o esvaziamento de sentidos e em que ponto é necessário um maior direcionamento temático e de comando.

Passemos, agora, para a análise do enunciado-tema de 1998, “Viver e aprender”.

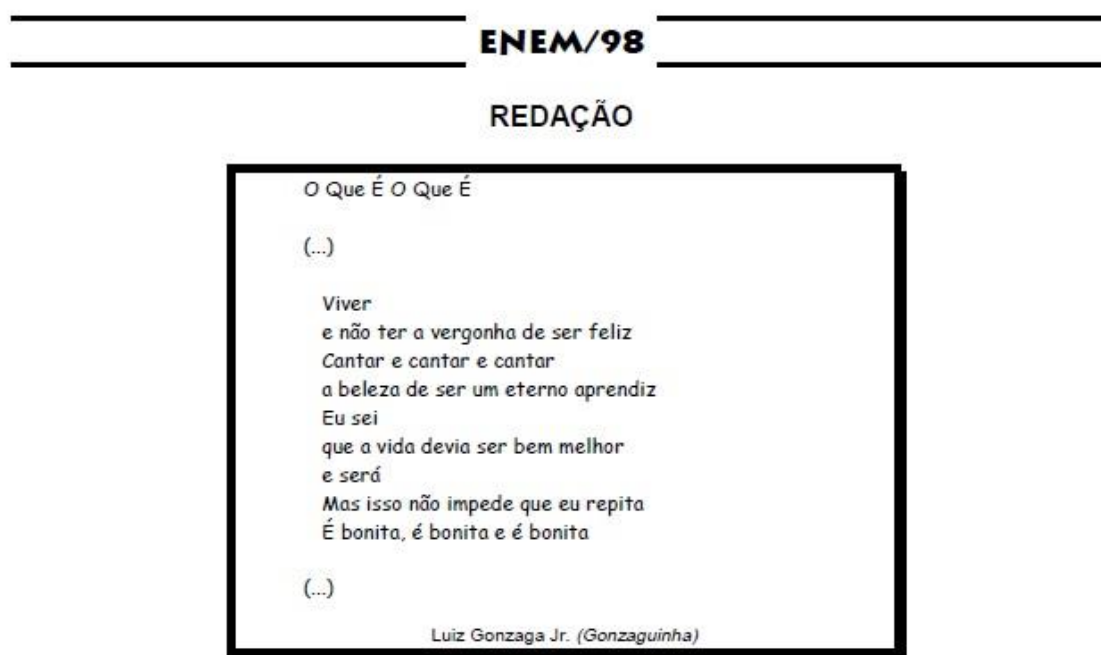
5.1.1 “Viver e aprender”

O enunciado-tema da primeira prova do ENEM, em 1998, parece não sugerir uma discussão específica, seja social, política e/ou econômica, como se vê em edições posteriores. Percebemos que este primeiro ano do exame ainda não incorpora uma característica discursiva da prova de redação, uma vez que a temática, formada por um

sintagma basicamente verbal, deixa vaga a discussão que o candidato deve realizar. Além disso, observamos um caráter subjetivo neste enunciado-tema, pois “viver” e “aprender” são ações que cada indivíduo, na sua especificidade, as faz de modos distintos.

Essas considerações ainda permitem que nós cheguemos a outra observação sobre a prova de redação cujo tema é “Viver e aprender”. Sabendo que em toda prova de redação no ENEM há textos motivadores para auxiliar na dissertação (e, mais à frente, na argumentação propriamente dita) do tema, na primeira edição do exame o texto escolhido para motivar a discussão é a música “O que é o que é”, de Gonzaguinha, conforme figura abaixo:

Figura 5 – Proposta de redação (ENEM 1998)



Redija um texto dissertativo, sobre o tema “**Viver e Aprender**”, no qual você exponha suas idéias de forma clara, coerente e em conformidade com a norma culta da língua, sem se remeter a nenhuma expressão do texto motivador “O Que É O Que É”.

Dê um título à sua redação, que deverá ser apresentada a tinta e desenvolvida na folha anexa ao Cartão-Resposta. Você poderá utilizar a última página deste Caderno de Questões para rascunho.

Fonte: INEP (1998)

No recorte do enunciado-tema, podemos observar o procedimento enunciativo de articulação por coordenação em “viver e aprender”, já que se identificam termos de

uma mesma natureza. Isto quer dizer que o enunciado-tema obriga uma discussão das duas ações articuladas, ou seja, a reflexão sobre a vida e sobre os aprendizados que obtém. A partir dessa relação, tem-se o DSD I:

DSD I

Viver — Aprender

Aprender — Viver

No DSD I, “viver” determina “aprender” e “aprender” determina “viver”. Essa relação enunciativa dupla instaura o sentido de que só se aprender algo vivendo e de que para viver é preciso aprender. Sendo assim, como não há comando temático, direcionamento ou palavras-chave que remetem o candidato a um assunto específico, entendemos que quem aborda, na sua redação, o fato de que “viver é uma ação que requer aprendizagem” e que só “se aprender vivendo” chega à compreensão temática que, reiteramos, não subjaz uma discussão social pautada em problemas/assuntos levantados pela sociedade, como o próprio ENEM propõe, desde o início de sua realização, nas suas competências.

Nesse sentido, o tema proposto nos encaminha para uma idealização mais poética e menos realista da vida, dada a escolha do texto motivador. Assim, é impossível que o candidato tenha uma certeza do que realmente deve discutir, pois, em nenhum momento, há o encaminhamento de palavras-chave que comandem a discussão. Espera-se, geralmente, que o texto motivador auxilie neste quesito, dirigindo o candidato a uma dada posição ideológica, a uma ideia de análise específica. Na verdade, é para esta função que este texto deve(ria) servir, como o próprio nome diz: para motivar – o que não ocorre com a proposta de redação analisada.

A escolha por uma música, que traz este caráter poético, com o uso de figuras de linguagem e outros recursos linguísticos, torna a análise do texto motivador bastante subjetiva. Além disso, no enunciado-proposta é enfatizado que o candidato deve escrever o seu texto “sem se remeter a nenhuma expressão do texto motivador “O que é o que é””. Ora, para nós, é bastante contraditória tal exigência, já que a impressão tida, ao se ler a proposta, é a de que o enunciado-tema foi escolhido em função do texto motivador, e não que este último fora pensado para auxiliar na discussão do tema. Em

síntese, fica clara a intrínseca relação entre o enunciado-tema e o texto motivador, inclusive parece que aquele é parte constituinte deste.

A música começa com o verbo “Viver...”, coincidindo com o primeiro verbo utilizado no enunciado-tema. Ao longo da canção se evidencia o verso “a beleza de ser um eterno aprendiz”, que pode ser traduzido no segundo verbo que forma o enunciado-tema, “Aprender”. Então, se a temática proposta é totalmente retirada do texto motivador e é parte constituinte dele, não há como exigir que o candidato não se remeta a nenhuma expressão da canção.

De todo modo, na análise semântica do texto motivador alguns procedimentos enunciativos podem ser identificados, dando algum sentido para a produção da redação do candidato. No texto motivador “O que é o que é”, Gonzaguinha reflete sobre a vida, de forma esperançosa, como quem não se deixa abater pelos problemas. Nos versos “eu sei que a vida devia ser bem melhor e será” e “mas isso não impede que eu repita / é bonita, é bonita e é bonita”, há o processo de reescrituração por elipse da palavra “vida”, assim como uma articulação por coordenação entre os dois recortes, ou seja, uma relação argumentativa devido ao uso do “mas”.

Essas relações de sentido identificadas no texto recortam um memorável de otimismo frente à política brasileira para o fim da ditadura. A canção “O que é o que é” é um retrato do Brasil, que já sentia o fim da ditadura, especialmente em 1982, ano de lançamento da música, quando no governo Figueiredo foram realizadas eleições diretas pela primeira vez. Essas eleições foram o pontapé inicial para o movimento das Diretas já que aconteceu nos dois anos seguintes. Logo, vê-se que a letra da canção é um reflexo desse momento histórico que, ao analisarmos os seus sentidos, trazia um otimismo maior com relação ao futuro político do país.

Ao que nos parece, esta primeira edição da prova do ENEM ainda não incorpora este caráter social e ideológico, na explanação das ideias do candidato, que se espera de um texto dissertativo. Além disso, ao analisarmos o conjunto de temas, ao longo dos 20 anos propostos, entendemos o tema “Viver e aprender” apenas como uma tentativa de fazer os candidatos (alunos do Ensino Médio) refletirem sobre as suas próprias ações, sobre a necessidade de aprender, mesmo que isso tenha sido exposto subjetivamente. Então, reafirmamos que este tema pode não ter sido sugestivo aos candidatos, por não trazer um texto motivador capaz de encaminhar a discussão de um assunto específico, deixando-os na vaguidão temática. Porém, mesmo neste vazio, podemos perceber

alguns procedimentos enunciativos perpassando toda a proposta de redação, o que mostra a construção de sentidos e caminhos para refletir sobre produção do texto.

Mais adiante, analisamos o enunciado-tema e a proposta de redação da prova de 1999, observando as mudanças ocorridas de um ano para o outro, bem como as relações de sentido que se estabelecem.

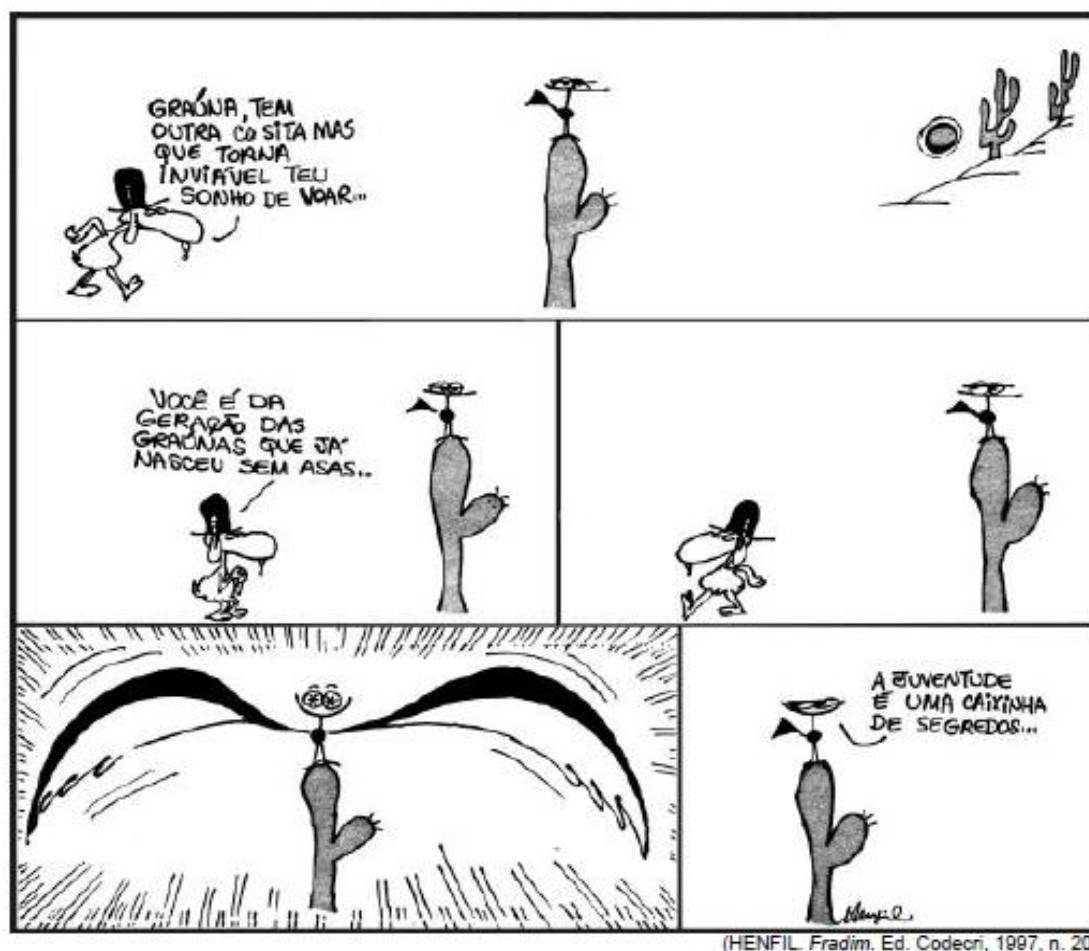
5.1.2 “Cidadania e Participação Social”

O tema da prova de redação do ENEM 1999, segunda edição do exame, surge com características diferentes do ano anterior. Pelo enunciado-tema, já podemos perceber uma vertente social a ser discutida, que é a cidadania e a participação dos indivíduos na sociedade. Além disso, a temática não deve ser considerada “solta” e “descontextualizada”, já que há pelo menos três palavras-chave que suscitariam uma problemática: cidadania, participação e social. Seria preciso, portanto, que o candidato soubesse o significado do termo “cidadania”, inicialmente, enquanto um papel fundamental aos jovens brasileiros, seja na política, na economia, na educação e em outros setores da sociedade. O termo “participação social”, por sua vez, é totalmente relacionado aos próprios estudantes que escreveriam os textos, já que o público do ensino médio é justamente este; cada um deveria olhar para sua própria vivência social e se enxergar enquanto cidadão que participa ativamente da sociedade em que vive, ou não.

Os textos motivadores que compõem a proposta de redação também figuram diferentes do ano anterior, quando apenas uma música servia de motivação para a produção textual. Em 1999, a prova de redação surge com uma coletânea de textos com gêneros textuais distintos: inicialmente, vê-se uma tirinha que versa sobre a juventude e sua liberdade nesta era; o segundo texto é uma notícia sobre o encontro “Vem ser cidadão”, que discute sobre o protagonismo juvenil; os últimos textos, por sua vez, são depoimentos de jovens que participaram do encontro. Desse modo, é válido destacar que as palavras-tema que compõem enunciado se fazem presentes nos textos motivadores, mesmo que com designações diferentes, reescritas ou com o uso de termos sinônimos. Isso nos alerta para o fato de que, quando a proposta de redação possui uma coletânea que contempla o enunciado-tema, fica clara a maior facilidade que o candidato terá de discutir e desenvolver a temática, já que os textos motivadores cumprem seu papel de contribuir no desenvolvimento do tema e na reflexão dos autores

do texto para seguir uma lógica e não fugir do assunto proposto. A proposta de redação abaixo, com sua coletânea, nos ajuda a confirmar esta proposição:

Figura 6 – Proposta de redação (ENEM 1999)



(HENFIL. Fradim. Ed. Codecri, 1997, n. 20)

O encontro "Vem ser cidadão" reuniu 380 jovens de 13 Estados, em Faxinal do Céu (PR). Eles foram trocar experiências sobre o chamado **protagonismo juvenil**.

O termo pode até parecer feio, mas essas duas palavras significam que o jovem não precisa de adulto para encontrar o seu lugar e a sua forma de intervir na sociedade. Ele pode ser protagonista.

(Adaptado de "Para quem se revolta e quer agir", Folha de S. Paulo, 16/11/1998)

Depoimentos de jovens participantes do encontro:

- Eu não sinto vergonha de ser brasileiro. Eu sinto muito orgulho. Mas eu sinto vergonha por existirem muitas pessoas acomodadas. A realidade está nua e crua. (...) Tem de parar com o comodismo. Não dá para passar e ver uma criança na rua e achar que não é problema seu. (E.M.O.S., 18 anos, Minas Gerais)
- A maior dica é querer fazer. Se você é acomodado, fica esperando cair no colo, não vai acontecer nada. Existe muita coisa para fazer. Mas primeiro você precisa se interessar. (C.S.Jr., 16 anos, Paraná)
- Ser cidadão não é só conhecer os seus direitos. É participar, ser dinâmico na sua escola, no seu bairro. (H.A., 19 anos, Amazonas)

(Depoimentos extraídos de "Para quem se revolta e quer agir", Folha de S. Paulo, 16/11/1998)

Fonte – INEP (1999)

Antes mesmo de analisarmos as relações de sentido nos recortes dos textos motivadores, no enunciado-tema identificamos o procedimento enunciativo de articulação por coordenação, com termos de mesma natureza sintática, a partir do “e” –

“Cidadania e participação social”. A representar esta relação de sentido temos o DSD II abaixo:

DSD II

Cidadania └ Participação social

Neste DSD II, “cidadania” determina “participação social”. Essa relação produz o sentido de que para exercer cidadania é preciso participar da sociedade de modo ativo e, assim, nos remete ao memorável de pessoas que se dizem cidadãs, mas não exercem a cidadania ao participar de ações conjuntas, de debates, de lutas em favor do bem comum.

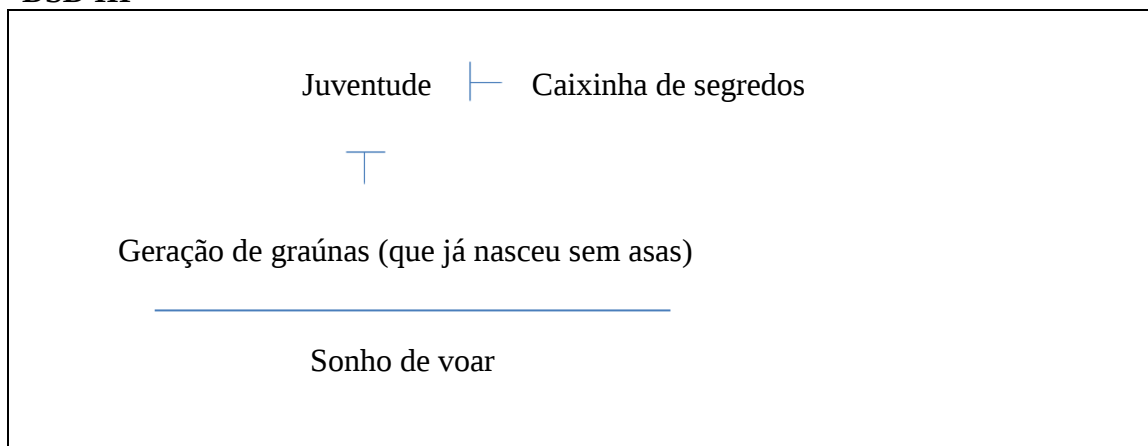
A partir da coletânea acima, o que se pode perceber é que os textos motivadores encaminham completamente a discussão que deve ser feita nas redações dos candidatos. Quando o enunciado-tema fala em “cidadania”, há uma amplitude do tema, já que pode dizer respeito a qualquer cidadão: jovem, adulto ou idoso, por exemplo. Porém, é fácil perceber o afunilamento desta temática desde o primeiro texto motivador, ao lermos o trecho “geração das graúnas que já nasceu sem asas”, no segundo quadrinho; e “a juventude é uma caixinha de surpresas”, no último quadrinho. Logo, a cidadania e a participação social que se mostram no enunciado-tema estão intimamente ligadas à juventude – que funciona, neste caso, como uma palavra-chave dos textos motivadores.

Ainda sobre o recorte do primeiro texto, “a geração de graúnas que já nasceu sem asas” figura como um reescritura de “juventude”. Ou seja, mesmo que não haja uma relação igualitária de significação, a “geração de graúnas que já nasceu sem asas” não significa no enunciado como “juventude” significa, por ser uma metáfora, e vice-versa. Nesse caso, a relação é não-reflexiva, mas não é uma repetição do termo, como no caso se “juventude” repetisse outro termo “juventude” num mesmo enunciado. Entendemos, portanto, que há uma reescrituração por substituição de termos, com significação semelhante e expandida, mas não igualitária, dados os contextos específicos em que cada palavra/expressão se insere. “Juventude” é ainda reescriturada por definição por “uma caixinha de segredos”.

Na análise das relações de sentido, em “tem outra coisita mas que tornaria inviável seu sonho de voar” e “Você é da geração que já nasceu sem asas”, há uma relação de antonímia entre “voar” e “sem asas”. Podemos interpretar que essa oposição

de sentidos remete à ideia de que os jovens da época passada eram impedidos de agir conforme suas próprias ideias, ou seja, não poderiam “voar” porque tinham atitudes podadas pela própria família, por exemplo.

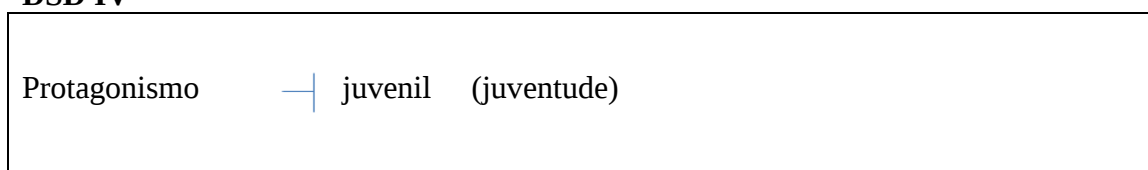
DSD III



Neste DSD, “juventude” é determinada por “caixinha de segredos” e por “geração de graúnas”. Uma relação de antonímia também é identificada entre “(que já nasceu) sem asas” e “sonho de voar”. Essas relações nos remetem ao memorável de participação da juventude na sociedade e da identificação dos jovens como cidadãos, para promoverem a mudança no país, já que a nova geração tem possibilidade de participação social, de voz, de voto, dentre outras ações que podem e devem ser desenvolvida por eles em busca de melhorias sociais.

No TEXTO II da coletânea, podemos visualizar a relação de articulação entre protagonismo e juvenil. Por essa articulação, percebemos o funcionamento semântico de que o protagonismo está vinculado aos jovens e à maneira como eles participam da sociedade. Além dessa relação, “o jovem não precisa de adulto para encontrar o seu lugar e a sua forma de intervir na sociedade” reescritura por definição “Protagonismo juvenil” e este último também é reescriturado por elipse pela expressão “o termo pode até parecer feio”, já que está omitido. Tais significações são demonstradas no DSD a seguir:

DSD IV



T

Não precisar de adulto (para encontrar seu lugar e sua forma de intervir na sociedade)

No respectivo DSD IV, juvenil (juventude) é determinado por protagonismo e este é determinado por “não precisar de adulto para encontrar seu lugar e sua forma de intervir na sociedade”. Nesse sentido, podemos identificar o memorável de independência e autonomia da juventude, ou seja, de protagonismo, de agência da sua própria vida e história. Apesar de o enunciado-tema tratar de uma articulação entre “Cidadania” e “participação social”, pela análise dos sentidos atribuídos aos dois textos motivadores até aqui, podemos interpretar que o candidato ao ENEM deveria discutir especificamente a participação do jovem na sociedade, ou seja, a ênfase era a esta faixa etária.

No texto motivador III, que é composto de três excertos de depoimentos feitos por jovens, o primeiro depoimento faz uso da expressão “Eu sinto muito orgulho (de ser brasileiro). Mas eu sinto vergonha por existirem pessoas acomodadas”, na qual há a relação de articulação por coordenação a partir da relação argumentativa instaurada pelo “mas”. Podemos interpretar que o jovem que depôs não tolera o comodismo das pessoas e que o país não tem “culpa” de tal inércia existir. Logo, fica clara a relação de antonímia entre as expressões “(tem que parar com o) comodismo” e “protagonismo social”. Ainda no depoimento dois, identificamos que “querer fazer” e “se interessar” reescreveram por expansão “protagonismo”, bem como estabelecem uma antonímia com “esperar cair no colo”. No terceiro depoimento, “Cidadão” é reescriturado por definição por “É participar, ser dinâmico na sua escola, no seu bairro” e reescritura por expansão “protagonista”.

Tais significações são demonstradas nos DSDs a seguir:

DSD V	DSD VI
Protagonismo social Comodismo	Querer fazer ⊥ Protagonismo social ⊥ Se interessar

DSD VII

(ser) dinâmico —| cidadão —| protagonista

Ao analisarmos cada palavra enquanto um enunciado, como um acontecimento, nos respectivos DSDs acima, temos que: “protagonismo social” é antônimo de “comodismo” e é determinado por “querer fazer” e “se interessar”; “ser dinâmico”, por sua vez, determina “cidadão”, que determina “protagonista”. O que chama atenção nesta análise é que, de forma geral, em nossa sociedade, “cidadania” e “participação social” englobam todas as pessoas, de todas as faixas etárias, contudo, no memorável recortado por este acontecimento “juventude” é a faixa indispensável e necessária para a garantia de um país justo, participativo, evoluído e não acomodado.

Feitas as análises dos procedimentos enunciativos presentes nos textos motivadores, é evidente que, sozinho, o enunciado-tema “Cidadania e participação” ainda demonstra certa amplitude e pouco direcionamento para a discussão, porém, quando o associamos aos seus textos motivadores e percebemos as relações de determinação e reescritura das palavras do enunciado-tema e das palavras enunciadas nos textos motivadores, percebemos, então, os comandos e as palavras que encaminham a própria temática: Juventude (Cidadania) e Protagonismo Juvenil (Participação social). Portanto, não há como dissociar os enunciados que compõem a proposta de redação como um todo, pois o que falta no tema pode ser identificado e reescrito no próprio texto motivador, e vice versa.

Percebemos, pois, que há um salto bastante significativo entre as provas de redação do ano de 1998 e 1999, enunciativamente, no sentido de que há uma proposta de discussão mais direcionada e, ainda, no enunciado-proposta há uma mudança quanto ao gênero. Enquanto em 1998 é sugerida a produção de um texto dissertativo, em 1999 percebemos que a cobrança é por um texto dissertativo-argumentativo, daí a necessidade de se inserir um enunciado-tema que é capaz de extrair dos candidatos uma argumentação, um posicionamento e uma crítica. Porém, ainda reafirmamos que a coletânea de textos figura como um diferencial na proposta, já que é nela onde encontramos o direcionamento para os comandos e o tema específico a ser debatido.

Após analisarmos os dois primeiros enunciados-tema de redação do ENEM, que, como vimos, se apresentam de modo mais amplo e pouco discursivo (se levarmos em

consideração, principalmente, o recorte da frase/enunciado-tema sozinho), passemos agora para outra categoria de análise, a que contempla a presença de palavras-comando para o direcionamento da discussão e da argumentação dos candidatos.

5.2 Palavras-comando

Neste tópico, realizamos a análise dos sentidos presentes em enunciados-tema que contém palavras-comando. A categoria de análise denominada “Palavras-comando” parte do princípio de que, ao analisar um enunciado-tema de redação, é preciso compreender os sentidos e designações que cada palavra carrega. Assim, a escolha pela denominação “comando”, termo que pode ser compreendido, neste contexto, como sinônimo de “coordenação” e “controle”, se deu por observarmos que, dentro do sintagma que forma os enunciados-tema há palavras que servem como direcionamento para interpretação. Entendemos que tais palavras são escolhidas exatamente com a intenção de nortear a escrita do candidato.

Desde 2000, o ENEM passou a utilizar palavras-comando na elaboração dos enunciados-tema. Esta tendência foi identificada em 16 provas de redação deste exame, com palavras-comando diferentes, em anos variados, tal como selecionamos na tabela abaixo:

Tabela 2 – Enunciados-tema com palavras-comando

ENEM - ANO	ENUNCIADOS-TEMA
2000	Direitos da criança e do adolescente: <u>como</u> enfrentar esse desafio nacional?
2001	Desenvolvimento e preservação ambiental: <u>como</u> conciliar os interesses em conflito?
2002	O direito de votar: <u>como</u> fazer dessa conquista um meio para promover as transformações sociais que o Brasil necessita?
2003	A violência na sociedade brasileira: <u>como</u> mudar as regras desse jogo
2004	<u>Como</u> garantir a liberdade de informação e evitar abusos nos meios de comunicação
2007	O <u>desafio</u> de se conviver com as diferenças

2008	<u>Como</u> preservar a floresta Amazônica
2011(1ª aplicação)	Viver em rede no século 21: os <u>limites</u> entre o público e o privado
2013 (1ª aplicação)	<u>Efeitos</u> da implantação da Lei Seca no Brasil
2015 (2ª aplicação)	O histórico <u>desafio</u> de se valorizar o professor
2017 (1ª aplicação)	<u>Desafios</u> para a formação educacional de surdos no Brasil
2017 (2ª aplicação)	<u>Consequência</u> da busca por padrões de beleza idealizados
2012 (2ª aplicação)	O grupo fortalece o indivíduo?
2014 (2ª aplicação)	<u>O que</u> o fenômeno social dos “rolezinhos” representa?

As palavras ou expressões grifadas representam o que chamamos por palavras-comando. Percebemos que nos anos 2000, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2008 há a recorrência do advérbio “como”, utilizado para introduzir uma frase interrogativa, que possui o mesmo sentido da expressão “de que maneira”. Logo, o comando dado por esta palavra é o de que o candidato, ao longo do seu texto, deve apresentar maneiras de resolver o problema inserido no enunciado-tema, ou seja, não basta falar sobre ele, mas também intervir na sua resolução.

O comando “como”, por si só, encaminha o produtor do texto à Competência Avaliativa V da prova de redação do ENEM, que sugere a elaboração de uma proposta de intervenção, na conclusão do texto, como forma de participação do candidato como cidadão capaz de contribuir com a tomada de decisão de algum problema. Logo, ao mesmo tempo em que este comando contribui para a compreensão sobre o que fazer no texto, o candidato pode acabar lançando mão apenas de propostas, ao longo da produção, mas se esquecer de argumentar sobre o assunto/tema. É necessário, pois, o conhecimento prévio de todas as competências avaliativas propostas pelo exame, como o domínio da estrutura básica do texto dissertativo argumentativo, em que a intervenção deve vir geralmente ao final (o que não impede que, ao longo da argumentação, algumas propostas sejam levantadas, mas só detalhadas no último parágrafo).

Em contraposição, como se trata de temas propostos nos anos entre 2000 e 2008, o ENEM ainda não havia introduzido o novo caráter do gênero, que dava mais ênfase à argumentação, ao uso de repertório sociocultural e, principalmente, à escolha de propostas para resolver os problemas. Além disso, as competências de avaliação também não eram tão bem definidas, o que não significava dizer que o comando “como” servia apenas para a conclusão, em que se propunha uma intervenção.

Devido à recorrência de temas compostos pelo comando “como”, a partir do procedimento de sondagem, utilizado por Guimarães (2018), recortamos três enunciados-tema para análise e os textos motivadores que compõem a coletânea de textos da prova.

Como já dissemos, o “como” foi utilizado nos enunciados-tema de seis anos (quase consecutivos) nas provas do ENEM. Assim, tal recorrência reafirma a nossa ideia de que não há tema de redação sem comando e a de que cada comando encaminha um acontecimento distinto. A tabela abaixo filtra todos os temas com uso de tal comando e nos ajuda a melhor visualizar essas ocorrências, porém, como recorte, foram analisados os enunciados-tema e os textos motivadores dos anos 2000, 2001 e 2004:

Tabela 3 – Enunciados-tema com o comando “como”

ENEM - ANO	ENUNCIADOS-TEMA
2000	Direitos da criança e do adolescente: <u>como</u> enfrentar esse desafio nacional?
2001	Desenvolvimento e preservação ambiental: <u>como</u> conciliar os interesses em conflito?
2002	O direito de votar: <u>como</u> fazer dessa conquista um meio para promover as transformações sociais que o Brasil necessita?
2003	A violência na sociedade brasileira: <u>como</u> mudar as regras desse jogo
2004	<u>Como</u> garantir a liberdade de informação e evitar abusos nos meios de comunicação
2008	<u>Como</u> preservar a floresta Amazônica

Antes de iniciar a discussão desses enunciados, nos cabem algumas considerações a respeito da relação entre acontecimento e pressuposição, já que, ao utilizar o comando “como”, inevitavelmente pressupostos surgem e precisam ser considerados. É fato que quando um candidato é exposto a uma situação avaliativa, na prova do ENEM, mais especificamente na redação, ele precisa fazer uma leitura ágil e nesse processo comunicativo a praticidade/dinamicidade é fundamental. Logo, os pressupostos são os mecanismos que, como usuários da língua, utilizamos para uma comunicação mais precisa, no que se refere à interpretação de enunciados, evitando interpretações fora das possibilidades. Dito isso, fica assegurada a importância de

identificarmos a pressuposição como uma ferramenta segura para a análise de enunciados-tema no ENEM.

O conceito de pressuposição ao qual nos filiamos é o de Ducrot (1987). Ele defende a pressuposição como um tipo de implícito que pode tanto estar inscrito na língua, relacionando-se ao enunciado, quanto pode estar subentendido, relacionando-se ao discurso. Assim, para o autor, os pressupostos são tomados como informações que estão fora de discussão, pois não podem ser rejeitados, mas, ao contrário, devem ser preservados na enunciação (SOARES, 2012).

É neste ponto que o conceito pressuposição ducrotiano nos ajuda a afirmar que, ao usar palavras-comando nos enunciados-tema, a prova de redação já encaminha o produtor do texto a condições possíveis. Por exemplo, ao usar o comando “como”, no enunciado “Como preservar a floresta Amazônica?”, o candidato jamais poderia dizer que não há como preservá-la ou negar esta ação. Ou seja, o uso deste comando já inaugura um acontecimento que assegura a existência de formas de preservação.

Ainda para justificar esta premissa da impossibilidade de negação, para Ducrot (1987), a pressuposição é um ato ilocutório tanto como a ameaça, a afirmação, a promessa ou a ordem, por exemplo, pois ela modifica as relações intersubjetivas dos interlocutores. Assim, a pressuposição transforma a situação jurídica dos interlocutores, uma vez que define um quadro possível para o diálogo, determinando os seus limites: seja de negação ou afirmação.

Nesse sentido, a negação do pressuposto no enunciado-tema do ENEM pode ser compreendida como uma afronta, passível de punição – a nota zero atribuída –, uma vez que a conservação desses pressupostos nas palavras-comando torna-se condição para que a produção textual prossiga (ou se inicie). Caso o pressuposto dado no comando seja contestado, ou até mesmo incompreendido/negado pelo candidato produtor do texto, a redação é interrompida e o interlocutor – que é o corretor das redações do ENEM – não pode criar nem oferecer novos pressupostos, já que essa relação locutor x interlocutor é modificada no contexto da dessa produção textual. Então, passamos a considerar as pressuposições como parte integrante da enunciação nos enunciados-tema.

Feitas as considerações teórico-analíticas relevantes para o entendimento da nossa análise, seguimos para a discussão do primeiro recorte da categoria “palavras-comando”, o enunciado-tema e os textos motivadores da prova de redação do ano 2000: “Direitos da criança e do adolescente: como enfrentar esse desafio nacional?”.

5.2.1 “Direitos da criança e do adolescente: como enfrentar esse desafio nacional?”

O enunciado-tema “Direitos da criança e do adolescente: como enfrentar esse desafio nacional?” compõe a prova que marcou o início dos anos 2000. Antes de tudo, ao fazermos uma análise comparativa com as já analisadas provas de redação dos anos anteriores, percebemos ainda mais mudanças do ponto de vista discursivo, tanto na escolha do enunciado-tema, quanto na seleção da coletânea de textos motivadores. Avaliamos, pois, como mudanças positivas, uma vez que nos parece haver uma evolução nos comandos dados aos candidatos, no momento de discutirem o tema. Como já dissemos, em 1998 não há instrução sequer para o desenvolvimento da temática, seja no enunciado-tema ou no texto motivador. Em 1999, este enunciado já surge com uma temática social, que incita a discussão de um problema relacionado ao protagonismo juvenil, ou seja, sua participação cidadã – problemas estes direcionados apenas nos textos motivadores, já que o enunciado-tema ainda figurou como amplo e pouco delimitado.

Em 2000, esta evolução nos comandos e no uso de palavras-tema ainda é mais visível: quanto ao tema, há os “direitos da criança e do adolescente” e, como comando, há a própria pergunta no enunciado, iniciada com o advérbio “como”. Além disso, identificamos o pressuposto¹⁴ de que existe um desafio a ser enfrentado. Logo, o candidato não poderia negar tal pressuposto, já que estaria fugindo do comando instaurado no enunciado-tema.

Ao falarmos em pressuposto, asseguramos que a nossa pesquisa não tem o intuito de esgotar a discussão desta teoria. Apenas identificamos que, algumas vezes, ele surge nos enunciados-tema e contribuem para a nossa análise dentro da Semântica do Acontecimento. É preciso confirmar, então, que pressuposto e acontecimento são dois conceitos que caminham juntos, tal qual demonstramos a partir do uso da palavra “como”. A descoberta desta relação traz ainda mais credibilidade para esta análise.

Sendo assim, é válido pontuar que, por ser um termo que faz parte de uma literatura muito diversificada, o conceito de pressuposição passeia por muitos campos

¹⁴ Não é objetivo da nossa pesquisa desenvolver a noção de pressuposto integralmente. Mas, para a nossa análise, identificamos a relação entre a pressuposição, proposta por Ducrot (1987), e o acontecimento enunciativo nos enunciados-tema das provas do ENEM. Portanto, discutimos tal noção apenas para demonstrar a necessidade de se identificar palavras-comando para a produção de texto, que, por vezes, trazem um pressuposto.

dos saberes linguísticos, variando de acordo com o olhar teórico destinado a esse fenômeno. Para tanto, utilizamos na nossa análise, como já dissemos, o conceito veiculado pela teoria ducrotiana, para a qual a pressuposição é o ato de pressupor e, os pressupostos, tipos particulares de conteúdos inscritos nos enunciados.

Logo, no enunciado-tema “Direitos da criança e do adolescente: como enfrentar esse desafio nacional?” há os seguintes pressupostos (pp) existenciais: a) pp1 – existem os direitos; b) pp2 – existe o desafio e, o principal, c) o PP3 – o desafio deve ser enfrentado, acionado pelo “como”. Identificamos que o elemento “como” aciona um pressuposto que direciona o que o candidato deve responder. O candidato não pode argumentar, por exemplo, que não é um desafio importante, que o Brasil não tem esse problema. Pelo contrário, o uso do “como” direciona como algo certo, dado, sabido, partilhado, ou seja, como pressuposto de que o desafio tem que ser enfrentado, não podendo o candidato discordar disso.

A coletânea de texto que compõe a temática confirma ainda mais o nosso julgamento de que, em 2000, há uma mudança positiva na apresentação da prova de redação. Inicialmente, encontramos uma charge que critica fortemente a situação de crianças abandonadas, nas ruas, pelas mães. Este texto nos direciona claramente para a realidade vivenciada pelas crianças e adolescentes brasileiros e também para o pressuposto do enunciado-tema, de que este é um desafio a ser enfrentado. O segundo texto, o artigo 227 da Constituição Federal, já faz referência às palavras-tema em si “direitos das crianças e dos adolescentes”; o terceiro texto, que é o depoimento de um adolescente em situação de rua, ilustra o tema e demonstra, na realidade, este problema social. Por fim, o último texto motivador, trecho do livro “O cidadão de Papel”, do sociólogo Gilberto Dimenstein, surge no intuito de ajudar a responder à pergunta comando do enunciado-tema, mostrando de que forma se deve entender a fase da infância e como proceder com ela.

Assim, percebemos que houve uma preocupação, motivada ou não, de contemplar cada aspecto do enunciado-tema, o que nos mostra a eficácia da temática e a importância de se ter uma relação constante entre enunciado-tema e coletânea de textos. Asseguramos, ainda, que é fundamental uma organização deste enunciado a partir de palavras ou expressões que indicam o tema que deve ser discutido, especificamente, bem como o comando a ser seguido nesta discussão. No caso em questão, observamos estas duas nuances: um tema bem definido e um comando bem orientado. Assim, todos os candidatos sabem que o tema a ser argumentado é sobre os desafios enfrentados pelas

crianças e adolescentes; e o comando é o de encontrar soluções para este imbróglio, a partir do advérbio “como” e do uso de uma frase interrogativa. Há, portanto, uma problematização. Para ilustrar estas ponderações feitas, segue a proposta de 2000:

Figura 7 – Prova de redação (ENEM 2000)



(Angeli, *Folha de S. Paulo*, 14.05.2000)

(...) Esquina da Avenida Desembargador Santos Neves com Rua José Teixeira, na Praia do Canto, área nobre de Vitória. A.J., 13 anos, morador de Cariacica, tenta ganhar algum trocado vendendo balas para os motoristas. (...)

“Venho para a rua desde os 12 anos. Não gosto de trabalhar aqui, mas não tem outro jeito. Quero ser mecânico”.

A Gazeta, Vitória (ES), 9 de junho de 2000.

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à saúde, à alimentação, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão”.

Artigo 227, *Constituição da República Federativa do Brasil*.

Entender a infância marginal significa entender porque um menino vai para a rua e não à escola. Essa é, em essência, a diferença entre o garoto que está dentro do carro, de vidros fechados, e aquele que se aproxima do carro para vender chiclete ou pedir esmola. E essa é a diferença entre um país desenvolvido e um país de Terceiro Mundo.

Gilberto Dimenstein. *O cidadão de papel*. São Paulo, Ática, 2000. 19a. edição.

Com base na leitura da charge, do artigo da constituição, do depoimento de A.J. e do trecho do livro *O cidadão de papel*, redija um texto em prosa, do tipo dissertativo-argumentativo, sobre o tema: **Direitos da criança e do adolescente: como enfrentar esse desafio nacional?**

Fonte: INEP (2000)

Analisando o enunciado-tema quanto aos seus modos de articulação e reescrituração, veiculados por Guimarães (2017), percebemos que há um modo de articulação por coordenação – aquela que pega dois ou mais elementos de uma mesma natureza e os organiza como se fossem um só, ainda da mesma natureza, de cada um dos constituintes – como é o caso de “Direitos da criança e do adolescente”, em que encontramos uma coordenação, ou semelhança de traços, entre criança e adolescente, feito a partir da conjunção “e”. Dito de outra maneira, esta articulação por coordenação se apresenta, no enunciado-tema, por um processo de acúmulo de elementos numa relação de adjacência, ou seja, de proximidade. Sendo assim, a partir deste modo enunciativo, percebemos ainda mais a delimitação do tema a ser discutido, uma vez que não era preciso inserir discussões distintas para as duas faixas etárias, pois até mesmo

na Constituição elas são vistas com caráter igualitário, no sentido de terem os mesmos direitos. Assim, o candidato nem podia falar somente da infância, nem somente da adolescência, mas das duas enquanto constituintes de uma mesma articulação, de uma mesma natureza.

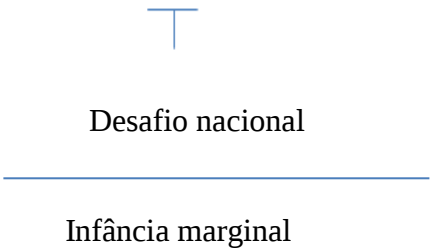
No mesmo enunciado-tema, também podemos identificar o modo de reescrituração por condensação. Ao se enunciar “Direitos da criança e do adolescente: como enfrentar esse desafio nacional?”, entendemos que “direitos da criança e do adolescente” está sendo reescrito por “esse desafio nacional”, ou seja, aquele é considerado um desafio. Logo, entendemos que não é uma repetição literal, mas outro modo de dizer o mesmo que foi dito antes, numa relação de aproximação de sentidos e de hiperonímia/sinonímia.

Os textos que compõem a coletânea também podem ser analisados sob seus modos de articulação e reescritura, uma vez que cada enunciado nos remete a um acontecimento distinto e auxilia o candidato a estabelecer uma lógica na sua argumentação. Assim, o texto 2, trecho do artigo 227 da Constituição Federal, surge com um modo de reescritura baseado na expansão, ou seja, nos remete ao modo de sentido específico de uma enumeração/desenvolvimento. Esta relação de desenvolvimento/enumeração, no trecho da Constituição Federal, pode ser vista pela expansão da reescrituração dos direitos que as crianças e os adolescentes possuem: direito “à saúde, à alimentação, à cultura, à dignidade (...)”. Assim, esta relação é um auxílio necessário para a ampliação das possibilidades argumentativas, pois a palavra “direito” estabelece acontecimentos diferentes, quando se trata de algum deles especificamente. O candidato deve optar por falar do direito à saúde ou do direito à alimentação, por exemplo, o que nos mostra a possibilidade de instaurarem acontecimentos distintos.

No trecho do livro “O cidadão de papel”, Dimenstein utiliza o termo “infância marginal”, ao mencionar aquela criança que é levada à rua no lugar de ir à escola. Assim, a utilização deste termo deixa ainda mais clara a direção em que o enunciado-tema caminha: discutir a problemática de crianças e adolescentes que são cessadas dos seus direitos. Neste recorte, “infância marginal” se articula por incidência com “vai para a rua e não à escola”, pois há relação entre um elemento e outro sem uma relação de dependência estabelecida, e é antônima a “Direitos da criança e do adolescente”. Já “vai para a rua” e “não (vai) à escola” estabelecem uma relação semântica de antonímia, uma vez que podemos interpretar o fato de que se uma criança é posta nas ruas, ela é

impedida da garantia do direito de ir à escola, ou seja, são duas ações que não funcionam juntas.

Estas relações semânticas estão descritas no DSD abaixo:

DSD VIII	DSD IX
Direitos da criança e adolescente  Desafio nacional Infância marginal	 (Vai para) rua  (vai à) escola

A análise enunciativa do DSD do enunciado tema, juntamente com os enunciados dos textos motivadores, que pode ser feita, neste caso, parte do princípio de que “Diretos da criança e do adolescente” determina o enunciado “desafio nacional”, assim como é oposto à expressão “infância marginal”, já que esta é tida devido à falta de direitos garantidos a eles. A expressão “vai para a rua”, por sua vez, é antônima à “vai à escola”. Dessas relações, pode ser recortado o memorável de luta pela garantia dos direitos básicos das crianças e dos adolescentes, que é a moradia, a educação, o lazer; caso esses direitos sejam vetados, a infância marginal se instaura.

A análise acima nos mostra que o enunciado-tema está semanticamente ligado aos enunciados dos textos motivadores, sendo impossível dissociá-los. Entretanto, mesmo que sejamos categóricos ao tecer tal afirmação, vemos que a escolha desta coletânea é totalmente responsável pela compreensão do enunciado-tema e vice versa. Logo, uma prova que não contém textos que realmente motivam a discussão ou que possuem temas que não sugiram alguma problemática, dificilmente é bem interpretada pelo candidato.

Este enunciado-tema analisado na categoria de “palavra-comando” se configura como mais “completo” do que os enunciados-tema da categoria anterior, por oferecer aos candidatos palavras que encaminham o comando para a discussão, ao se utilizar a expressão “como”, numa frase interrogativa, que nos leva a crer que o intuito é de

apresentar soluções para o problema. Além deste comando, ainda há o uso da expressão “desafio nacional”, para tornar claro que a temática era pra ser discutida do ponto de vista da realidade crítica em que muitas crianças e adolescentes vivem no país.

Após a análise deste primeiro enunciado-tema, passemos ao próximo recorte, da prova de redação do ENEM 2001: “Desenvolvimento e preservação ambiental: como conciliar interesses em conflito?”, que também possui o comando “como”, mas, dada a multiplicidade de sentidos, novos procedimentos e relações são identificados.

5.2.2 “Desenvolvimento e preservação ambiental: como conciliar interesses em conflito?”

Para iniciarmos a próxima análise, dentro da categoria de palavras-comando, cabe recapitular que o comando “como” ajuda o candidato a entender de forma mais específica os enunciados-tema. Em 2001, por exemplo, o assunto mais geral é “desenvolvimento e preservação ambiental”, mas o encaminhamento da proposta é dado pelo mecanismo de comando, já que o candidato é indagado a partir do “como”, o que nos mostra a tentativa do exame de motivar uma análise individual e subjetiva sobre o enunciado-tema. Nesse sentido, cada produtor do texto aciona o comando da sua maneira, pois a pergunta que compõe o enunciado – “como conciliar os interesses em conflito?” – parte do princípio de que o candidato deve conhecer sobre o assunto supracitado; caso não o conheça, o comando é totalmente invalidado e a resposta não é adequada. Assim, consideramos que, sozinha, uma palavra comando não é capaz de fornecer conhecimento sobre o tema, apenas fornece subsídio para parte estrutural e composicional do texto.

Ao analisarmos o enunciado-tema quanto aos seus modos de articulação e reescrituração (GUIMARÃES, 2017), percebemos que há, assim como em 2000, um modo de articulação por coordenação, a partir da existência de dois elementos de uma mesma natureza morfológica (“Desenvolvimento e preservação ambiental”), como se funcionassem como “um só”, ainda da mesma natureza, de cada um dos constituintes. Porém, isto pode ser negado ao percebermos a relação semântica de antonímia que há entre os dois elementos, pois, na interpretação do tema, o candidato deve entender “desenvolvimento” e “preservação ambiental” como atitudes opostas. Assim, por mais que encontremos uma coordenação, não há semelhança de traços, entre

desenvolvimento e preservação, mesmo com o uso da conjunção “e” que, neste caso, opõe os dois elementos.

Em face disso, o processo de articulação que ocorre no enunciado-tema se apresenta por um processo de junção de elementos numa relação de contrariedade, ou seja, de oposição. Neste contexto, é a partir de tal modo enunciativo que percebemos a delimitação do tema a ser discutido, uma vez que não é preciso que o candidato perceba, tanto no enunciado-tema como na coletânea de textos da proposta, que o desenvolvimento interfere na proteção ambiental. Portanto, o produtor do texto não tem como falar em desenvolvimento sem que julgue este como empecilho para a preservação, já que na formação do enunciado, após o uso dos “dois pontos”, o comando “como” alerta o candidato sobre o fato de estes dois termos serem interesses conflitantes: “como conciliar os interesses em conflito?”. Por um lado, a exploração em prol do desenvolvimento (econômico e político, por exemplo), por outro, a preservação ambiental, sob um caráter social e consciente.

Ainda do recorte do enunciado tema, “Desenvolvimento e preservação ambiental” é reescriturado por condensação por “interesses em conflito”. Dessa relação, podemos interpretar que há um limite entre desenvolver (a economia, a agricultura, os negócios) e preservação, já que para que o primeiro ocorra, o meio ambiente é afetado. Assim, tem-se o seguinte DSD a partir dessas relações:

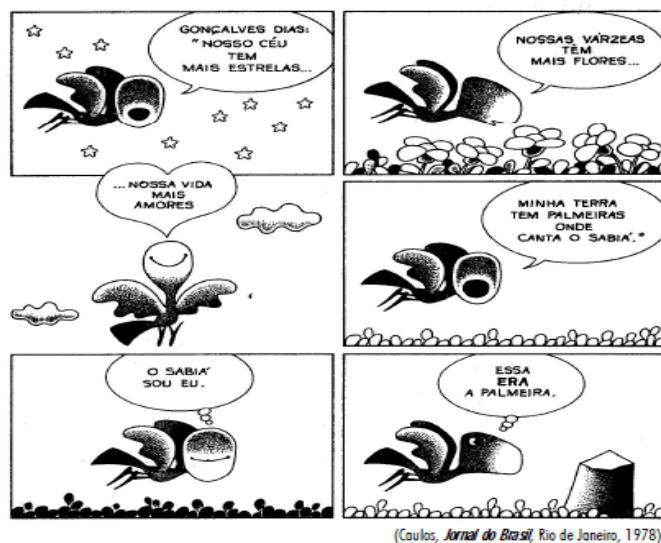
DSD X	DSD XI
Desenvolvimento Preservação Ambiental	Desenvolvimento e preservação ambiental  Interesses em conflito

Nas relações de sentido identificadas nos respectivos DSDs, “Desenvolvimento” estabelece relação de antonímia com “Preservação ambiental” e os dois termos articulados “Desenvolvimento e preservação ambiental” são determinados por “interesses em conflitos”. Os procedimentos de articulação e reescritura e os sentidos extraídos dela nos trazem um memorável de exploração indiscriminada do meio ambiente devido a interesses privados e econômicos, de combate à destruição e desmatamento. Podemos interpretar ainda que se por um lado é importante promover o

desenvolvimento, este não pode (e não deve) ser condicionado pelos maus tratos ao meio ambiente e ameaças a ele.

Esta análise acima desenvolvida pode ser ainda melhor comprovada a partir da escolha da coletânea dos textos motivadores, que demonstra ao candidato os dois lados desta oposição, conforme a imagem da prova de redação de 2001 abaixo:

Figura 8 – Recorte da Prova de redação (ENEM 2001)



Conter a destruição das florestas se tornou uma prioridade mundial, e não apenas um problema brasileiro. (...) Restam hoje, em todo o planeta, apenas 22% da cobertura florestal original. A Europa Ocidental perdeu 99,7% de suas florestas primárias; a Ásia, 94%; a África, 92%; a Oceania, 78%; a América do Norte, 66%; e a América do Sul, 54%. Cerca de 45% das florestas tropicais, que cobriam originalmente 14 milhões de km quadrados (1,4 bilhão de hectares), desapareceram nas últimas décadas. No caso da Amazônia Brasileira, o desmatamento da região, que até 1970 era de apenas 1%, saltou para quase 15% em 1999. Uma área do tamanho da França desmatada em apenas 30 anos. Chega.

Paulo Adário, Coordenador da Campanha da Amazônia do Greenpeace.
<http://greenpeace.terra.com.br>

Embora os países do Hemisfério Norte possuam apenas um quinto da população do planeta, eles detêm quatro quintos dos rendimentos mundiais e consomem 70% da energia, 75% dos metais e 85% da produção de madeira mundial. (...)

Conta-se que Mahatma Gandhi, ao ser perguntado se, depois da independência, a Índia perseguiria o estilo de vida britânico, teria respondido: "(...) a Grã-Bretanha precisou de metade dos recursos do planeta para alcançar sua prosperidade; quantos planetas não seriam necessários para que um país como a Índia alcançasse o mesmo patamar?"

A sabedoria de Gandhi indicava que os modelos de desenvolvimento precisam mudar.



Fonte: INEP

Os dois primeiros textos motivadores acima nos remetem ao primeiro elemento da articulação presente no enunciado-tema: “desenvolvimento”, que traz o sentido de “destruição” e “desmatamento” e tem relação com o uso do verbo no passado “era”, grifado no último balão da quadrinho. Tal verbo faz uma intertextualidade com o poema “Canção do Exílio”, de Gonçalves Dias – que alude ao fato de que não há mais as palmeiras mencionadas pelo poeta, ausência fruto do desenvolvimento e da ação do homem. O segundo termo da articulação do enunciado-tema, “preservação ambiental”, estabelece uma articulação a partir da antonímia entre “destruição” e “desmatamento”, excertos do texto motivador II, e sinonímia com “conter a destruição ambiental”, também presente no texto do Greenpeace.

Ao apontar os dados relacionados ao desmatamento do Brasil e de outras localidades do mundo, o texto II, elaborado pelo coordenador do Greenpeace, é compatível com o comando dado no enunciado-tema, já que tanto o texto quanto o comando “como” têm a intenção de possibilitar a contenção da destruição ambiental. Quanto às relações de articulação e reescritura, no excerto do texto II “Conter a destruição das florestas se tornou uma prioridade mundial, e não apenas um problema brasileiro”, há uma articulação incidência entre “conter a destruição das florestas”, “prioridade mundial” e “problema brasileiro”. Dessa relação, interpretamos que o desmatamento e a destruição indiscriminadas das florestas afeta não só o Brasil, mas o mundo todo, seja do ponto de vista ambiental ou econômico, sendo assim, não há como dissociar este problema. Além disso, há a relação de reescritura por substituição de “(conter) a destruição das florestas” por “prioridade mundial” e “problema brasileiro”. Ainda no excerto texto II, “destruição das florestas” é reescrito por “desmatamento”, como uma sinonímia.

A partir dessas relações, tem-se o DSD seguinte:

DSD XII	DSD XIII
Prioridade mundial └ (Conter a) Destruição das florestas └ Problema brasileiro	Destruição das florestas — Desmatamento

Nas relações de sentido apresentadas no DSD acima, “Conter a destruição das florestas” determina “prioridade mundial” e “problema brasileiro”. Por sua vez, “destruição das florestas” é sinônimo de “desmatamento”. No memorável recortado pelas análises, destruir as florestas forma uma ação danosa ao mundo inteiro, já que representa uma ação despreocupada com o andamento da vida no mundo e preocupada com o lucro financeiro. Ou seja, não há uma construção de sentido em que os elementos “desenvolvimento” e “preservação ambiental” sigam uma mesma lógica, já que, segundo as relações extraídas dos recortes, se um acontecer o outro falha, e vice versa.

O texto III motivador, por sua vez, ao mencionar os conhecimentos de Mahatman Gandhi, mostra que a sabedoria dele indica que “os modelos de desenvolvimento precisam mudar”, já que visam apenas à prosperidade à custa da exploração ambiental, atribuindo uma relação de reescrituração por expansão de “desmatamento”, ou seja, o desmatamento é visto como um modelo de desenvolvimento que não pode continuar a existir. Ainda relacionando os textos motivadores I e II, o texto II alerta para o fato de que a preservação ambiental figura como um problema brasileiro e mundial. Percebemos, neste pensamento, mais uma vez, que o desenvolvimento de que trata o enunciado-tema da prova de 2001 não é algo benéfico, mas prejudicial à humanidade.

Nesta relação entre os acontecimentos instaurados no texto motivador III, coletânea de textos motivadores e no próprio enunciado tema, é evidente chegarmos a tal DSD:

DSD XIV

Desmatamento — Modelo(s) de desenvolvimento

Em análise deste DSD, temos que “desmatamento” determina “novos modelos de desenvolvimento”. Nesta relação, recorte-se o memorável de prosperidade advinda do desmatamento, já que o ato de desmatar (sinônimo de destruir) gera prosperidade para um grupo – os empresários – e os leva ao desenvolvimento. A preservação ambiental, que em outros acontecimentos pode designar uma solução significa um grande problema brasileiro, já que muitos interesses estão em jogo.

A cada enunciado-tema e textos motivadores analisados, muitas relações de sentido surgem a partir dos procedimentos enunciativos de articulação e reescritura, demonstrando a importância de se fazer uma análise intensa não só do enunciado-tema, mas de toda a proposta de modo geral para poder ter um bom entendimento sobre o que o candidato deve discutir na sua redação e as possibilidades argumentativas a seguir. Neste último enunciado-tema analisado, por exemplo, caso não fossem analisados os recortes dos textos motivadores, haveria o risco de entender erroneamente que “desenvolvimento e preservação ambiental” eram elementos contíguos, de mesma natureza e sentido. Porém, vimos a oposição que se estabelece entre eles.

Dito isso, a próxima (e última) análise nesta categoria de “palavra-comando” contempla o enunciado-tema do ENEM 2003: “A violência na sociedade brasileira: como mudar as regras desse jogo”.

5.2.3 “A violência na sociedade brasileira: como mudar as regras desse jogo?”

Em 2003, o enunciado-tema também utiliza o comando “como”: “A violência na sociedade brasileira: como mudar as regras desse jogo?”. Já é de conhecimento o fato de que este termo introduz pressuposição, então, identificamos os pressupostos de que: a) há violência na sociedade brasileira; b) a violência possui regras; c) a violência é um jogo.

Figura 9 - Recorte da Prova de redação (ENEM 2003)



Entender a violência, entre outras coisas, como fruto de nossa horrenda desigualdade social, não nos leva a desculpar os criminosos, mas poderia ajudar a decidir que tipo de investimentos o Estado deve fazer para enfrentar o problema: incrementar violência por meio da repressão ou tomar medidas para sanear alguns problemas sociais gravíssimos?

(Maria Rita Kehl. Folha de S. Paulo)

Ao expor as pessoas a constantes ataques à sua integridade física e moral, a violência começa a gerar expectativas, a fornecer padrões de respostas. Episódios truculentos e situações-limite passam a ser imaginados e repetidos com o fim de legitimar a idéia de que só a força resolve conflitos. A violência torna-se um item obrigatório na visão de mundo que nos é transmitida. O problema, então, é entender como chegamos a esse ponto.

Penso que a questão crucial, no momento, não é a de saber o que deu origem ao jogo da violência, mas a de saber como parar um jogo que a maioria, coagida ou não, começa a querer continuar jogando.

(Adaptado de Jurandir Costa. O medo social.)

Fonte: INEP (2003)

A análise deste enunciado, além de se pautar no comando “como” e se pautar nos pressupostos, precisa explicar outro funcionamento presente nele: a metáfora, entendida por Guimarães (2018, p. 219) como “a não correspondência entre expressão e sentido”. Para nos deter a esta análise, é preciso, primeiramente, situar a metáfora

dentro de uma posição argumentativa no estudo da enunciação. Para Lausberg (1966, p. 61 apud GUIMARÃES, 2018 p. 219):

“a metáfora é a forma breve da comparação(...) entre a designação metafórica e o que assim é designado há que existir uma *similitudo* (comparação). No sistema aristotélico correspondem às relações semânticas ‘de espécie à espécie’ assim como por analogia. Como a similitudo não conhece fronteiras, ficam abertas à metáfora todas as possibilidades”.

Assim, entendemos que a comparação é feita por relação àquilo a que se refere, mas também pelo termo metafórico. Estas considerações feitas por Lausberg (1966, p. apud GUIMARÃES, 2018) provêm da retórica clássica, mas nos ajudam apenas a perceber que há concepções diversas a ela. Portanto, a reflexão de metáfora de que tratamos aqui é discutida na enunciação de outra maneira (não excludente à da retórica), mas que traz peculiaridades da Semântica do Acontecimento e nos ajuda a compreender melhor as relações metafóricas existentes nos enunciados.

Por sua vez, Guimarães (2018, p. 220) considera que “a metáfora se constitui pela fusão de uma reescrituração por substituição sinonímica produzida pela sobreposição de enunciadores diferentes na cena enunciativa”. No enunciado-tema “A violência na sociedade brasileira: como mudar as regras desse jogo”, consideremos que “jogo” reescritura por sinonímia “violência”. Deste modo, podemos desenhar o seguinte DSD:

DSD XV

Violência — Jogo

Este DSD contempla a determinação “violência” sobre “jogo”. Mas, como podemos dizer que se produz metáfora, neste enunciado? Isso pode ser respondido se levamos em consideração que o sentido metafórico de “jogo” é a fusão, pela enunciação, de um processo de reescrituração. Assim, “jogo” vai significar enquanto atribui sentido a “violência”. Em síntese, é na medida em que a enunciação funde uma reescrituração, que leva a violência determinar jogo; e que jogo é metáfora de violência.

Em síntese, o uso da metáfora “jogo” é uma determinação que o acontecimento faz incidir sobre dois termos (jogo/violência) no procedimento de fusão da metáfora, por isso que não podemos dizer que esta é uma relação apenas de comparação. Assim, é

exatamente o caráter não referencial da enunciação que permite esta relação metafórica. O memorável que se recorta dessa relação é o de que a violência representa algo em constante evolução e “dinamismo” na sociedade, tal como um jogo, em que as pessoas que cometem atos de violência não enxergam o ser humano atingido e agem friamente.

No texto motivador I, “Números do pânico” estabelece uma relação de articulação por dependência, quando os elementos contíguos se organizam por uma relação que constitui no conjunto um só elemento, tal como “números” e “do pânico”. Além desta relação, “Pânico” reescritura por substituição “violência”, já que é comum se ver dados estatísticos que representam gráficos por “Números da violência”, por exemplo. Por esta relação, constrói-se o seguinte DSD:

DSD XVI

Violência — Pânico

Logo, “violência” determina “pânico”, numa relação que recorta o memorável de terror gerado pela violência e pelo aumento dos gastos com segurança no país, que ocorrem devido aos desenfreados atos violentos identificados.

O excerto do texto II “Entender a violência, entre outras coisas, como fruto de nossa horrenda desigualdade social” é formado pela relação de articulação por coordenação entre “entender a violência” e “como fruto de nossa horrenda desigualdade social”, ou seja, interpretamos que há o estabelecimento de causa e consequência entre os termos, por isso serem contíguos e dependerem um do outro para gerarem sentidos. Além disso, “violência” é reescriturada expansão por “fruto de nossa horrenda desigualdade social”. No texto III, por sua vez, os excertos “constantes ataques à sua integridade física e moral” e “Episódios truculentos e situações-limite” também reescreveram por expansão “violência”. Sendo assim, tem-se o seguinte DSD:

DSD XVII

fruto de nossa horrenda desigualdade			
Episódios truculentos	—	Violência	—
		⊥	situações-limite
constantes ataques à sua integridade física e moral			

As relações de sentido identificadas no DSD acima apontam para que “violência” é determinada por “fruto de nossa horrenda desigualdade”, “episódios truculentos”, “situações-limite” e “constantes ataques à sua integridade física e moral”. O que se destaca nesta análise é que, de forma geral, em nossa sociedade, todas essas ações significam violência, contudo, no memorável recortado por este acontecimento “violência” é uma ação cada vez mais desenvolvida pelas pessoas e forma uma ação insuportável, cuja mudança é necessária. Ou seja, “mudar as regras do jogo” representa a necessidade de mudar as atitudes em prol o fim da violência.

Na relação com os textos motivadores analisados, a metáfora do “jogo” se mantém, especialmente no último deles, cujo trecho foi retirado da obra “O medo social”, de Jurandir Costa. O excerto “jogo que a maioria (...) começa a querer continuar jogando” deixa clara a manutenção metafórica. Além disso, para Guimarães (2018), há uma relação existente entre títulos e texto que não se pode deixar de perceber. Neste caso em análise, o enunciado-tema se completa no enunciado-texto, com o enunciado-nome (jogo). numa relação auto-referencial. Assim, esta relação auto-referencial é explicada quando a instância dessas nomeação no enunciado-tema (que contempla o enunciado “jogo”) se apresenta como a mesma instância do texto que o enunciado-tema nomeia. Em outras palavras, o candidato só pode entender o enunciado-tema após a leitura dos enunciados-textos motivadores e perceber a relação entre a metáfora do jogo e a palavra-tema “violência”.

O que percebemos, ao final da análise do enunciado-tema e da prova de redação de 2003, é que o processo enunciativo foi contemplado por aspectos enunciativos decisivos: a pressuposição (ativada pelo “como”) e a metáfora (com a reescrituração sinonímica entre jogo x violência). Assim, compreender e interpretar este enunciado, por parte dos candidatos ao exame, bem como a relação entre os enunciados-tema e os enunciados dos textos motivadores pode se tornar mais simples se questões enunciativas forem suscitadas e os acontecimentos identificados.

Chegamos ao fim das análises dos enunciados-tema que contêm os comandos “como” selecionados para esta seção. A partir de agora, analisamos os enunciados-tema que possuem prioritariamente palavras-tema, ou seja, que encaminham a discussão diretamente para o assunto específico, uma vez que os comandos, nesses enunciados-tema, não são suficientes para a compreensão da proposta e para a extração dos sentidos pretendidos.

5.3 Palavras-tema

A terceira categoria de análise é a dos enunciados-tema que consideram palavras-tema, aquelas que demonstram o assunto/tema que deve ser discutido, para não haver fuga e/ou tangenciamento. Por isso, apesar da possível presença de uma palavra-comando, a palavra-tema é quem direciona a produção do texto e produz os sentidos. Tais enunciados também são cruzados com os seus textos motivadores, pois é preciso extrair deles as relações semânticas e os procedimentos enunciativos que favorecem a argumentação do candidato e a adequação à temática proposta.

Nesta categoria, 13 enunciados-tema foram agrupados por possuírem palavras-tema específicos que se filiam a algum problema recorrente na sociedade, a saber:

Tabela 4 – Enunciados-tema com palavras-tema

ENEM - ANO	ENUNCIADOS-TEMA
2005	O <u>trabalho infantil</u> na sociedade brasileira
2006	O poder de transformação da <u>leitura</u>
2009	O indivíduo frente à <u>ética</u> nacional
2010 (1ª aplicação)	O <u>trabalho</u> na construção da <u>dignidade humana</u>
2010 (2ª aplicação)	<u>Ajuda humanitária</u>
2011 (2ª aplicação)	<u>Cultura e mudança social</u>
2012 (1ª aplicação)	<u>Movimento imigratório</u> para o Brasil no século 21
2013 (2ª aplicação)	<u>Cooperativismo</u> como alternativa social
2014 (1ª aplicação)	<u>Publicidade infantil</u> em questão no Brasil
2015 (1ª aplicação)	A persistência da <u>violência contra a mulher</u> na sociedade brasileira
2016 (1ª aplicação)	Caminhos para combater a <u>intolerância religiosa</u> no Brasil
2016 (2ª aplicação)	Caminhos para combater o <u>racismo</u> no Brasil
2018 (1ª aplicação)	Manipulação do comportamento do usuário pelo <u>controle de dados</u> na internet

Dentre os enunciados-tema acima, apenas dois foram analisados, já que o procedimento de sondagem nos permite “escolher enunciados em um recorte do acontecimento de enunciação e, assim, explorar esse enunciado enquanto elemento deste recorte integrado ao texto” (SIGLIANI; RÊGO; BARROS & VENTURA, 2019). Assim,

optamos por analisar os enunciados-tema de 2016, na primeira e 2ª aplicação, respectivamente: “Caminhos para combater a intolerância religiosa” no Brasil e “Caminhos para combater o racismo no Brasil”, já que possuem temáticas que refletem graves problemas sociais, seja de ordem ideológica e/ou cultural.

Apesar de terem uma formação sintática semelhante, com o uso da mesma expressão “caminhos para combater...”, as análises realizadas nos permitem perceber relações de sentido distintas e chegarmos a DSDs específicos. Para visualizarmos como tais relações ocorrem, começemos pela análise da 1ª aplicação de 2016.

5.3.1 “Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil”

O enunciado tema “Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil”, proposto na prova do ENEM de 2016, na sua primeira aplicação, sugere a discussão de um problema recorrente na sociedade brasileira. Prova disso são os dados inseridos em um dos textos da coletânea de textos da proposta, que mostra o ranking das religiões mais afetadas pelo preconceito. Nesse contexto, discutir tal temática é tarefa complexa, já que levanta questões ideológicas que vão além da inserção de um ponto de vista superficial.

Tomemos o enunciado tema: “Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil”. Neste recorte, identifica-se uma relação de articulação por dependência em “Caminhos para combater”. Nela, os elementos “caminhos” e “(para) combater” se organizam por uma relação que constitui, no conjunto, um só elemento. Por essa articulação, percebemos o funcionamento semântico de que o termo “caminhos” está vinculado a alternativas e possibilidades para resolver a intolerância religiosa. “Intolerância religiosa”, por sua vez, traz o sentido negativo, de algo que precisa ser mudado, findado e resolvido. Tais significações são demonstradas no DSD abaixo:

DSD XVIII

Caminhos — combater — intolerância religiosa
--

Neste DSD, temos que o termo “caminhos” determina “combater” e este último, por sua vez, determina “intolerância religiosa”. “Combater” traz o memorável de luta,

de guerra entre as pessoas devido à religião. Nestas relações de significação, “Intolerância religiosa” traz o memorável de preconceito, de discurso de ódio, atitude que está diretamente ligada à necessidade de defesa das liberdades voltadas à solidificação da igualdade, ao repúdio às violações de direitos fundamentais e à importância da adoção de medidas de afirmação da dignidade humana.

Após a análise inicial do recorte, considerado o enunciado-tema da proposta de redação, passemos ao estudo das relações de sentido entre o enunciado-tema e os textos motivadores da coletânea de textos.

No TEXTO I da coletânea de textos motivadores, a existência de uma legislação que já garante a liberdade de expressão e laicidade do Estado, em um tema sobre caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil, de certa forma, deixa claro um primeiro “caminho”, uma primeira medida nesse combate: a liberdade de expressão.

Figura 10 – Recorte da prova redação do ENEM 2016 (1ª aplicação)

TEXTO I

Em consonância com a Constituição da República Federativa do Brasil e com toda a legislação que assegura a liberdade de crença religiosa às pessoas, além de proteção e respeito às manifestações religiosas, a laicidade do Estado deve ser buscada, afastando a possibilidade de interferência de correntes religiosas em matérias sociais, políticas, culturais etc.

Disponível em: www.mpd.mp.br. Acesso em: 21 maio 2016 (fragmento).

Fonte: INEP

Neste caso, no TEXTO 1, o excerto inicial “em consonância com a Constituição da República Federativa do Brasil e com toda a legislação que assegura a liberdade de crença religiosa às pessoas, além de proteção e respeito às manifestações religiosas, a laicidade deve ser buscada” apresenta uma relação de articulação entre “liberdade de crença religiosa às pessoas” e “laicidade”, já que esta última faz parte de um acervo de requisitos para se obter uma liberdade de crença, ou seja, é um caminho para tal. Ainda desse excerto, “liberdade”, “respeito” e “laicidade” estabelecem relação de antonímia com intolerância religiosa (palavra-tema do enunciado-tema). Para esta relação de antonímia, temos o seguinte DSD:

DSD XIX

Liberdade (de crença) / Respeito (às manifestações religiosas) / Laicidade Intolerância Religiosa	—
---	---

Como vimos, o TEXTO I da coletânea faz referência à ideia de laicidade, ou seja, exclusão da presença de religião em qualquer poder político ou administrativo, no Brasil. Tal perspectiva define a construção de um poder público que deixa de lado quaisquer decisões baseadas em argumentos religiosos, fundamentados em crenças individuais, além de confirmar a liberdade de crença, culto e proteção às diferentes manifestações no país. É nesse contexto que o excerto do TEXTO 1 “a laicidade do Estado deve ser buscada, afastando a possibilidade de interferência de correntes religiosas em matérias sociais, políticas, culturais” nos aponta uma relação de articulação entre “laicidade” e “(deve ser) buscada”. Nesta articulação, percebemos o funcionamento semântico de que a laicidade está ligada a um dos “caminhos” que o enunciado-tema sugere para combater a intolerância religiosa, mas, se isso não ocorre, as pessoas sofrem preconceito religioso e são impossibilitadas de viver suas crenças, sem interferência, sobretudo, do Estado.

Para representar essas relações de sentido, segue o DSD abaixo:

DSD XX

liberdade (de crença) — Laicidade — proteção e respeito (às religiões)

interferência de correntes religiosas

Nessas relações, “liberdade”, “proteção e respeito” são determinados pela expressão laicidade que, por seu turno, é oposta à interferência de correntes religiosas. Tal oposição é estabelecida uma vez que, caso haja interferência, a laicidade deixa de existir, portanto, configurando uma oposição de sentidos. O que nos chama atenção é o fato de que a laicidade, no Brasil, apesar de assegurada em lei, não é cumprida e recorta o memorável de intolerância religiosa e de descumprimento de leis. Ou seja, não há uma relação estreita entre a construção de sentido na qual a laicidade designa proteção, respeito e liberdade com a realidade posta em prática no país. É neste ponto que emerge a argumentação dos candidatos ao ENEM, no ano desta prova; ao perceberem que a prática difere da realidade, deveriam criticar a seguridade desta lei e apontar, como caminho para resolver o problema, ações que assegurem que a laicidade seja cumprida.

O TEXTO II criminaliza qualquer agressão com relação às manifestações religiosas, no Brasil. Ainda assim, ressalta a liberdade de expressão, que permite que se

critique qualquer dogma, regra definida pelas diferentes religiões, conforme aponta o excerto “O direito de criticar dogmas e encaminhamentos é assegurado como liberdade de expressão, mas atitudes agressivas, ofensas e tratamento diferenciado a alguém em função de crença ou de não ter religião são crimes inafiançáveis e imprescritíveis”:

Figura 11 - Recorte 2 da prova redação do ENEM 2016 (1ª aplicação)

TEXTO II

O direito de criticar dogmas e encaminhamentos é assegurado como liberdade de expressão, mas atitudes agressivas, ofensas e tratamento diferenciado a alguém em função de crença ou de não ter religião são crimes inafiançáveis e imprescritíveis.

STECK, J. Intolerância religiosa é crime de ódio e fere a dignidade. *Jornal do Senado*. Acesso em: 21 maio 2016 (fragmento).

Na busca pelos sentidos, compreendemos que “intolerância religiosa” é reescriturada por enumeração por “atitudes agressivas, ofensas, tratamento diferenciado a alguém em função da crença ou de não ter religião”, que determinam crimes inafiançáveis e imprescritíveis. Além disso, há a articulação por coordenação com as expressões “O direito de criticar dogmas e encaminhamentos é assegurado como liberdade de expressão” e “mas atitudes agressivas, ofensas e tratamento diferenciado a alguém em função de crença...”, que por sua vez denotam oposição entre si. Outra relação de articulação por coordenação pode ser percebida entre “crimes inafiançáveis” e “crimes imprescritíveis”. Devemos perceber que “inafiançáveis” e “imprescritíveis” incorporam o sentido de gravidade do crime e de urgência de resolução e recortam o memorável de luta e combate à intolerância religiosa no país.

Ainda nesse recorte, intolerância religiosa estabelece uma relação de antonímia com liberdade de expressão, já que a liberdade de se expressar não autoriza a intransigência quanto à religião do outro, logo, são atitudes opostas. Liberdade de expressão é por sua vez reescrita por definição da expressão “direito de criticar dogmas e encaminhamento”. Podemos visualizar, desse excerto, a relação de articulação entre “direito” e “liberdade”; por essa articulação, percebemos o funcionamento semântico de que a liberdade (de expressão) está vinculada a um direito (de criticar dogmas) e de que, por isso, as pessoas têm possibilidade de criticar religiões, mas são impossibilitadas de fazer isso por meio de atitudes agressivas e/ou discriminatórias.

DSD XXI

Direito (de criticar dogmas e encaminhamentos)



Liberdade (de expressão)

DSD XXII

atitudes agressivas, ofensas e tratamento diferenciado a alguém em função de crença ou de não ter religião



Crimes inafiançáveis e imprescritíveis

No DSD XXI acima, “o direito de criticar dogmas e encaminhamentos” determina “liberdade de expressão”; e “atitudes agressivas, ofensas e tratamento diferenciado (...)”, no DSD XXII, determina “crimes inafiançáveis e imprescritíveis”. De certa maneira, percebemos, a partir dos DSD’s e dos processos de articulação e reescrituração, que a criminalização de manifestações de ódio com relação a outras crenças reforça a necessidade de respeito já afirmada no TEXTO I, o que representa mais um caminho no combate à intolerância. Além disso, tal definição de crime confirma e recorta o memorável de persistência do problema na sociedade brasileira – afinal, se já existe uma legislação que garante o respeito, reforçá-la com a criminalização é admitir que a primeira medida não tem funcionado.

O TEXTO III confirma o conteúdo do TEXTO II: agredir, ofender o próximo por suas crenças ou atrapalhar quaisquer manifestações religiosas, no Brasil, é crime. A pena para as agressões, inclusive, é mais severa. Isso reforça a necessidade de se combater o problema, uma vez que, se há uma legislação que tenta impedir tais ações e, ainda assim, a intolerância continua existindo, deve-se pensar em novas medidas que tentem, de alguma forma, resolver ou amenizar o problema – caminhos, como o enunciado-tema propõe.

Figura 12 - Recorte 2 da prova redação do ENEM 2016 (1ª aplicação)

TEXTO III

CAPÍTULO I
Dos Crimes Contra o Sentimento Religioso
Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo

Art. 208 - Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso:

Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa.

Parágrafo único - Se há emprego de violência, a pena é aumentada de um terço, sem prejuízo da correspondente à violência.

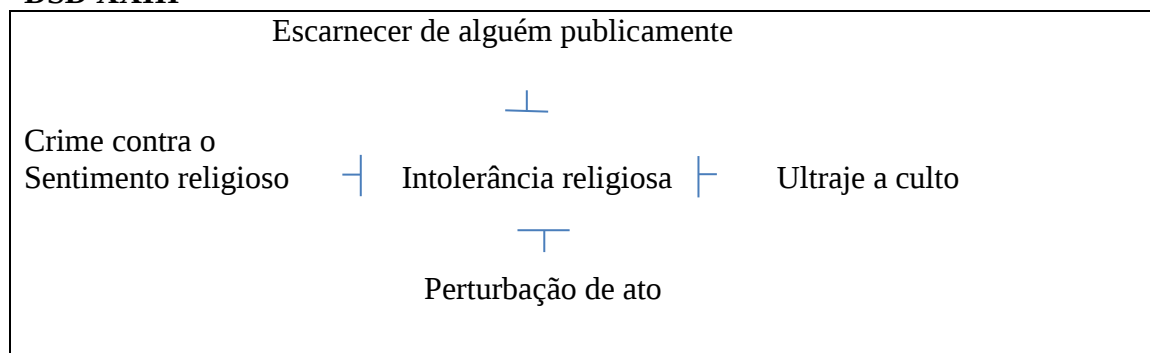
BRASIL. Código Penal. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 21 maio 2016 (fragmento).

Fonte: INEP

No excerto do TEXTO III, recorte de um dos capítulos do Código Penal, identifica-se o processo de reescrituração por expansão, quando as expressões “Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso” amplia o sentido de “intolerância religiosa”. Além dessa relação, identifica-se o processo de articulação por incidência, quando, ao longo do Art. 208, os elementos são relacionados pelo “ou”, como no recorte “”Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença *ou* função religiosa; impedir *ou* perturbar cerimônia ou prática de culto religioso (...)”, ou seja, há relação entre um elemento e outro sem uma relação de dependência estabelecida, mas um sentido de alternância e possibilidades.

Ao construir o DSD dessas relações, há os seguintes sentidos atribuídos:

DSD XXIII



Neste DSD, intolerância religiosa é determinada por “escarnecer de alguém publicamente”, por “crime contra sentimento religioso”, “perturbação de ato” e “ultraje a culto”. O que chama atenção, nesta análise, é que a intolerância religiosa é prevista como crime, no próprio Código Penal, podendo ser identificada e determinada de

variadas formas, contudo, no memorável recortado, poucos são os caminhos identificados para combatê-la e todas essas ações que a criminalizam são descumpridas. Além disso, o memorável traz a intolerância religiosa como um tipo de alerta.

5.3.2 “Caminhos para combater o racismo no Brasil”

No ano de 2016, as duas aplicações da prova do ENEM seguiram uma mesma formação sintática na elaboração dos dois temas: em ambos, são sugeridos “Caminhos para combater (...)”. Apesar disso, numa análise dos sentidos presentes nos dois enunciados-tema, percebemos significações diferentes, já que inserem palavras-tema distintas: “intolerância religiosa” e “racismo”.

Da mesma forma como analisamos no enunciado-tema anterior, identifica-se uma relação de articulação por dependência em “Caminhos para combater”, na qual os elementos se organizam por uma relação que constitui um só elemento. Na articulação, o funcionamento semântico traz que “caminhos” está vinculado a opções e maneiras para resolver, desta vez, o racismo. Não há como negar que o termo “racismo” traz um sentido negativo, de algo que persiste e que precisa ser mudado. Logo, “caminhos” determina “combater”. Para melhor visualizar estas relações, segue o DSD abaixo:

DSD XXIV

Caminhos — combater — racismo

Nele, “caminhos” determina “combater” e “racismo” é determinado por “combater”. Nesta relação, “racismo” recorta o memorável de luta e de guerra, de apelo e busca por mudanças, já que reflete um problema conflitante historicamente vivenciado no mundo inteiro.

Na coletânea de textos, mais recortes foram feitos para analisar os sentidos presentes na proposta. O TEXTO I é um recorte do livro “O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil”, de Darcy Ribeiro, que convida o candidato a uma leitura e reflexão sobre a formação da sociedade brasileira. Vejamos o recorte:

Figura 13 - Recorte da prova redação do ENEM 2016 (2ª aplicação)

TEXTO I

Ascendendo à condição de trabalhador livre, antes ou depois da abolição, o negro se via jungido a novas formas de exploração que, embora melhores que a escravidão, só lhe permitiam integrar-se na sociedade e no mundo cultural, que se tornaram seus, na condição de um subproletariado compelido ao exercício de seu antigo papel, que continuava sendo principalmente o de animal de serviço. [...] As taxas de analfabetismo, de criminalidade e de mortalidade dos negros são, por isso, as mais elevadas, refletindo o fracasso da sociedade brasileira em cumprir, na prática, seu ideal professado de uma democracia racial que integrasse o negro na condição de cidadão indiferenciado dos demais.

RIBEIRO, D. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 (fragmento).

Fonte: INEP

O texto traz o excerto “Ascendendo à condição de trabalhador livre, antes ou depois da abolição, o negro se via jungido a novas formas de exploração (...)”, em que “negro” é reescrito por expansão e é antônimo de “trabalhador livre”. O excerto ressalta que, apesar da abolição da escravatura, na qual o negro seria considerado um “trabalhador livre”, novas formas de exploração – melhores que a escravidão – surgiram, o que não daria a ele o estatuto de liberdade. Assim, identifica-se também uma relação de antonímia entre “trabalhador livre” (liberdade) e “outras formas de exploração” (escravidão).

Além disso, no excerto “(...) só lhe permitiam integrar-se na sociedade e no mundo cultural, que se tornaram seus, na condição de um subproletariado compelido ao exercício de seu antigo papel, que continuava sendo principalmente o de animal de serviço”, as relações de sentido nos permitem afirmar a reescritura por expansão de “negro” por “subproletariado compelido ao exercício de seu antigo papel” e por “animal de serviço”, ou seja, a liberdade do negro não pode ser considerada como tal, já que ele passou a desempenhar o mesmo papel de antes, o de explorado e de escravo.

O excerto “[...] As taxas de analfabetismo, de criminalidade e de mortalidade dos negros são, por isso, as mais elevadas, refletindo o fracasso da sociedade brasileira em cumprir, na prática, seu ideal professado de uma democracia racial que integrasse o negro na condição de cidadão indiferenciado dos demais” aponta para uma articulação por coordenação entre “as taxas de analfabetismo, de criminalidade e de mortalidade” e “negros”, no sentido de que tais taxas refletem a situação do negro no país, o qual é vítima dessas situações e é determinado por elas. Além disso, “negro” pode ser reescrito por expansão pela expressão “cidadão indiferenciado dos demais”, mas ao mesmo tempo é oposto a ele, levando em conta o desejo de que a democracia fosse cumprida e os negros fossem iguais a todos os outros cidadãos.

Neste caso, pelas relações de articulação e reescritura nos excertos analisados, percebemos o funcionamento semântico de que o racismo está diretamente ligado à causa dos negros e que, apesar de englobar outras discriminações contra etnias e raças, os negros são os mais afetados. Assim, recorta-se o memorável de luta e de batalha que se estabelece desde a “falsa” abolição até as situações de conflito que perpassam os negros. Os DSD’s abaixo representam estas relações de sentido identificadas:

DSD XXV

Animal de serviço — Negro — Subproletariado compelido do ao exercício do seu antigo papel	
DSD XXVI	DSD XXVII
Trabalhador livre (liberdade)	Negro
Outras formas de exploração (escravidão)	Cidadão indiferenciado dos demais

Nos respectivos DSD’s, temos que “negro” é determinado por “Animal de serviço” e por “Subproletariado compelido do ao exercício do seu antigo papel”, assim como é antônimo a “cidadão indiferenciado dos demais”. “Trabalhador livre”, que tem o sentido de liberdade, por sua vez é antônimo de “outras formas de exploração”, ou seja, de escravidão.

Apontando para novos sentidos, o TEXTO II é o recorte da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989:

Figura 14 - Recorte 2 da prova redação do ENEM 2016 (2ª aplicação)

TEXTO II

LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989

Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor

Art. 1º — Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 25 maio 2016 (fragmento).

Fonte: INEP

No excerto, “Crimes resultantes” estabelece uma articulação por coordenação com “de preconceito, de raça ou de cor”, termos que se articulam como de uma mesma natureza. Percebemos também, relacionando o TEXTO II com o TEXTO I, que “Crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor” reescritura por expansão “racismo”; e “discriminação” estabelece uma relação de sinonímia com “preconceito”. Este último termo, por sua vez, estabelece uma relação de articulação por coordenação com “contra raça, etnia, religião ou precedência nocional” e nos remete ao sentido de que não há somente o preconceito contra a cor negra, mas também contra todos os outros aspectos mencionados na articulação. Ao analisarmos os sentidos desse excerto, mesmo que ele seja mais abrangente, em forma de Lei, em relação ao excerto I fica claro o direcionamento dos textos motivadores: o candidato deve discutir e dar ênfase à questão do racismo contra cor. Após a extração dos sentidos entre essas relações, temos o seguinte DSD:

DSD XXVIII

Crime(s)	—	Racismo	—	Preconceito de raça ou de cor	—	discriminação
----------	---	---------	---	-------------------------------	---	---------------

No DSD construído acima, “crimes” determina racismo, que também é determinado por preconceito de raça ou de cor. Este último, por sua vez, estabelece uma relação de sinonímia com “discriminação”.

O TEXTO III é o banner de uma campanha veiculada pelo Senado Federal, que tenta explicar a diferença entre racismo e injúria racial. Neste recorte, o primeiro excerto define racismo: “Racismo é conduta discriminatória dirigida a determinados grupos”. Enquanto a injúria racial “é ofender a honra de alguém com a utilização com elementos referentes à raça, cor, etnia, religião ou origem”:

Figura 15 - Recorte 3 da prova redação do ENEM 2016 (2ª aplicação)

TEXTO III



Disponível em: www12.senado.leg.br. Acesso em: 25 maio 2016.

Fonte: INEP

A imagem da campanha simboliza a diferença racial (de cor), com a representação de duas mãos se tocando; assim o contraste da cor da pele representa crimes contra a pessoa humana, tais como o racismo e a injúria racial. Nessa perspectiva, no enunciado tema da prova de redação ENEM (PPL) 2016, o termo “racismo” está ligado diretamente à questão da cor da pele e, mais especificamente, às injúrias destinadas aos negros. Apesar de não estar claro no próprio enunciado, esse sentido pode ser atribuído ao analisarmos as significações e as relações existentes nos textos motivadores.

No título da campanha, identificamos uma relação de articulação por coordenação entre “Racismo ou injúria racial”, a partir de um enunciado interrogativo. Portanto, o objetivo desse texto de campanha é exatamente diferenciar os dois termos. Ainda sobre as relações de sentido, “Racismo” é reescriturado por definição por “é conduta discriminatória dirigida a determinados grupos”. Ainda nesse excerto, “Conduta discriminatória” reescritura por expansão “racismo”. “Injúria racial”, por sua vez, é reescrita por definição por “é ofender a honra de alguém com a utilização com elementos referentes à raça, cor, etnia, religião ou origem” e “Ofender a honra de alguém” reescritura por expansão injúria racial. Não podemos dizer que existe uma relação de antonímia entre os termos, mas de diferenciação, já que se mostra onde uma termina e a outra começa. O memorável recortado nessas relações traz um sentido de

crime, de luta por tratamentos iguais e de segregação, principalmente de luta dos negros por uma liberdade efetiva e ocupação de lugares sociais indistintos, sem que sofram discriminação e injúria.

A partir dessas relações, construímos o seguinte DSD:

DSD XXIX

Conduta discriminatória dirigida a determinados grupos	+	racismo
Ofender a honra de alguém	+	injúria racial

Acima, postulamos que “conduta discriminatória dirigida a determinados grupos” determina “racismo” e “ofender a honra de alguém” determina injúria racial. Apesar de haver definições diferentes, como já dissemos, não podemos opô-las, já que ambas as definições tratam de um assunto em comum: os crimes contra raça/etnia.

O último texto da coletânea, o TEXTO IV, traz o conceito de ações afirmativas e a importância delas nas políticas públicas, a fim de oferecer oportunidades a todos. No excerto final do texto, “as ações afirmativas integram uma agenda de combate à herança histórica de escravidão, segregação racial e racismo contra a população negra”, identificamos uma interrelação com o enunciado tema “caminhos para combater o racismo no Brasil”, já que ambos falam sobre “combater” ações declaradas preconceituosas e racistas. Sendo assim, “herança histórica de escravidão”, “segregação racial” e “racismo” estabelecem uma relação de sinonímia e estão associados às pessoas negras.

Em síntese, a análise desse último excerto, presente no último texto da coletânea, nos faz afirmar que os textos motivadores encaminham a discussão para a questão do racismo relacionado aos negros, prioritariamente; e, quem não o fizesse, correria o risco de tangenciamento ou fuga do tema. Isso pode ser corroborado com a nossa ideia de que a análise semântica dos sentidos atribuídos às palavras-tema, dentro de um enunciado-tema, contribui para a construção da argumentação do candidato, já que ele saberá o caminho a percorrer, sem divagar em discussões que não estão sendo suscitadas pelo tema. Logo, compreender e analisar os textos motivadores e a sua relação com os enunciados-tema é de fundamental importância para o sucesso da produção textual e

para a detecção de um ponto de vista diretamente relacionado ao que importa para a proposta e não ao que está na adjacência.

A partir das análises de todos os enunciados-tema recortados, fica clara a importância e a riqueza de se extrair os sentidos presentes em toda a prova de redação do ENEM, desde o enunciado-tema até os seus textos motivadores, para que se obtenha a compreensão necessária. Por meio dos pressupostos da Semântica do Acontecimento, essa extração se torna facilitada, já que muitos são os procedimentos enunciativos propostos para tal.

Pensando nisso, a fim de tornarmos possível a didatização desta teoria na sala de aula de Ensino Médio e de cursos “pré-vestibular”, na seção seguinte elaboramos uma proposta de atividade que contempla a Semântica do Acontecimento e seus procedimentos enunciativos. Tal atividade é direcionada às aulas de redação/produção textual que contemplem o texto dissertativo-argumentativo e a interpretação dos enunciados-tema e dos textos motivadores, no intuito de promover, ao professor do ensino básico, estratégias que favoreçam a extração dos sentidos pretendidos em cada proposta de redação.

5.4 Proposta de atividade para o ensino médio à luz da Semântica do Acontecimento

Após termos realizado a análise enunciativa de várias provas de redação do ENEM, desde os seus enunciados-tema até os seus textos motivadores, sob o ponto de vista da Semântica do Acontecimento, apresentamos, na sequência, nossa proposta de atividade com vistas a um estudo “didatizado” sobre enunciação, tendo como respaldo teórico a SA e as categorias de análise desenvolvidas no capítulo analítico desta pesquisa.

Trata-se de uma proposta, dentre tantas outras possíveis, de como as atividades nas aulas de redação – especificamente acerca da dissertação argumentativa – podem ser encaminhadas e desenvolvidas ao se considerar o conhecimento do aluno sobre sua própria língua e sobre os sentidos que os enunciados produzem, ao instigá-lo a pensar sobre a elaboração e reelaboração da sua redação e conduzir sua reflexão sobre os mecanismos enunciativos implicados no fenômeno da interpretação textual. Ou seja, partirmos da premissa de que uma boa produção textual se dá a partir da correta interpretação dos sentidos evocados pelos enunciados-tema e pelos enunciados recortados dos textos motivadores da proposta de redação.

A escolha por esse tipo de atividade deu-se pela necessidade de promover, ao professor de ensino médio, principalmente, um modo prático para desenvolver no aluno a capacidade de interpretação e extração de sentidos nas temáticas das propostas de redação, para favorecimento da argumentação necessária ao texto dissertativo argumentativo. Desse modo, a elaboração dessa atividade passa pelo conhecimento da Semântica do Acontecimento, mas não se trata de um trabalho com a metalinguagem, já que a intenção é de uma atividade epilinguística¹⁵, que está presente em todos os enunciados da língua, o que, portanto, permite que os pressupostos desta tese possam ser aplicados tendo em vista um trabalho didático em sala de aula no ensino básica.

Produzimos a atividade a partir da prova de redação do ENEM 2020, cujo enunciado tema é “O estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira”. Pensando em um movimento contínuo às análises realizadas nesta tese, optamos por utilizar mais uma vez uma proposta de redação cobrada neste exame, tendo em mente o desenvolvimento da competência interpretativa do aluno e a necessidade de trabalhar essas propostas, massivamente, durante o ano letivo e o período que antecede a prova do ENEM. Nosso objetivo foi o de apontar caminhos de um trabalho didático incidente sobre a questão da enunciação, considerando os sentidos gerados nos enunciados e todos os procedimentos enunciativos propostos pela SA.

A escolha por este enunciado-tema de 2020 deve-se, primeiramente, por nele haver diferentes usos de palavras-chave (aberta, comando ou tema) que nos remetem às possibilidades de contemplação da SA e seus mecanismos enunciativos, observando, então, variados casos que poderiam ser explorados com os alunos, de modo a demonstrarmos um meio eficaz de interpretação e construção de sentidos antes mesmo de se partir para a produção da redação.

Além disso, buscamos uma proposta recente, que tivesse repercutido na sociedade¹⁶. A prova de redação de 2020 sugere uma temática que reflete a sociedade brasileira, sobretudo mundial, na contemporaneidade: a questão da saúde mental. Sugerir este tema num ano em que o planeta passou a viver sob os efeitos de uma

¹⁵ O conceito de epilinguagem ao qual nos referimos é o defendido por Franchi (2006, p. 97), ou seja, a “prática que opera sobre a própria linguagem, compara as expressões, transforma-as (...) investe as formas linguísticas de novas significações”. Para corroborar o conceito ao qual nos filiamos, Geraldi (2006, p; 46) também assegura que a epilinguagem consiste em “dominar as habilidades de uso da língua em situações concretas de interação, entendendo e produzindo enunciados”.

¹⁶ Na verdade, pelo que pudemos demonstrar no capítulo de análise desta pesquisa, todos os anos o ENEM traz propostas ricas e possíveis desse tipo de análise, portanto, qualquer uma escolhida seria eficiente na utilização na atividade proposta.

pandemia, a da Covid-19, foi algo propício para o levantamento de um debate importante, já que inúmeros dados divulgados em jornais, revistas e redes sociais mostravam (e continuam mostrando, dada a permanência do problema sanitário) a quantidade de pessoas, sobretudo jovens, afetadas psicologicamente pelas mais diversas patologias relacionadas à mente: depressão, crises de ansiedade e síndrome do pânico, por exemplo.

Não é nossa intenção realizar uma nova análise enunciativa dessa proposta, tal como fizemos no capítulo anterior, mas mostrar uma proposta de atividade didática, com perguntas elaboradas sobre o enunciado-tema e os textos motivadores, que servirão como reflexão e estratégia para se construir um projeto de texto a partir dos pontos levantados nas questões. Trata-se de uma atividade de interpretação textual e de leitura, proposta a partir de mecanismos enunciativos, que pode ser aplicada em sala de aula de ensino médio, individual ou coletivamente, para ajudar os alunos a produzirem e recortarem os sentidos possíveis e pretendidos pelo ENEM na escolha da temática. Vale salientar que esta atividade também pode ser realizada com uma proposta elaborada pelo próprio professor, já que o intuito é criar estratégias de reconhecimento temático e de construção de sentidos, bem como auxiliar o aluno a não fugir do tema e/ou tangenciá-lo.

O trabalho com a Semântica do Acontecimento até então é restrito ao universo acadêmico. Uma exceção a isso é o trabalho de Sá, Pereira & Silva (2020) que, por sua vez, sugeriram uma atividade didática evidenciando uma estreita relação entre a literatura, a geografia e a semântica (do acontecimento), mais especificamente na análise de mapas/nomes de ruas do Rio de Janeiro utilizados por Machado de Assis nas suas obras. Nosso intuito, agora, é o de didatizar esta semântica e promover para o professor uma possibilidade de adequação da teoria à sala de aula de produção textual sobre a dissertação argumentativa, sustentando a nossa tese de que o trabalho com palavras-chave e com a enunciação permite uma melhor compreensão dos temas.

Iniciemos a nossa atividade com a leitura da proposta da prova de redação 2020, que já contempla o enunciado-tema:

Figura 16: recorte da prova de redação do ENEM (2020)

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “O estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Fonte: INEP

Após a leitura da proposta/enunciado-tema e antes mesmo da leitura dos textos motivadores, o professor deve suscitar no aluno os conhecimentos prévios acerca do enunciado-tema “O estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira”, a partir das seguintes questões:

1. Pesquise no dicionário o conceito da palavra “estigma” e depois responda:
 - a) “Estigma” é algo positivo ou negativo?
 - b) Qual tipo de estigma está sendo contemplado no enunciado-tema da proposta?
 - c) Que relação pode ser estabelecida entre “estigma” e “doenças mentais”?
 - d) Quais outros estigmas vêm à sua memória e podem ser identificados na sociedade brasileira?
 - e) Preencha os quadros abaixo, a partir da sua interpretação do enunciado tema, indicando:

ASSUNTO?	TEMA?
Palavra que direcione o tema? Palavra que indique um direcionamento/comando a ser seguido?	

As perguntas acima servem como embasamento e delimitação do tema a ser discutido, de modo que o aluno consiga distinguir o assunto do tema e entender o direcionamento que a proposta traz, ao delimitar as palavras-chave, tema e comando. Além disso, as questões acima servem como reflexão sobre a temática sob um ponto de vista enunciativo, ao extrair sentidos dessas palavras que compõem o enunciado-tema e recortar os memoráveis pertencentes a eles.

Dando continuidade à proposta, as questões seguintes contemplam os enunciados textos motivadores:

Figura 17 - Recorte 2 da prova redação do ENEM 2020 (1ª aplicação)

TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO I

A maior parte das pessoas, quando ouve falar em “saúde mental”, pensa em “doença mental”. Mas a saúde mental implica muito mais que a ausência de doenças mentais. Pessoas mentalmente saudáveis compreendem que ninguém é perfeito, que todos possuem limites e que não se pode ser tudo para todos. Elas vivenciam diariamente uma série de emoções como alegria, amor, satisfação, tristeza, raiva e frustração. São capazes de enfrentar os desafios e as mudanças da vida cotidiana com equilíbrio e sabem procurar ajuda quando têm dificuldade em lidar com conflitos, perturbações, traumas ou transições importantes nos diferentes ciclos da vida. A saúde mental de uma pessoa está relacionada à forma como ela reage às exigências da vida e ao modo como harmoniza seus desejos, capacidades, ambições, ideias e emoções. Todas as pessoas podem apresentar sinais de sofrimento psíquico em alguma fase da vida.

Disponível em: <http://www.saude.pr.gov.br>. Acesso em: 27 jul. 2020 (adaptado).

TEXTO II

A origem da palavra “estigma” aponta para marcas ou cicatrizes deixadas por feridas. Por extensão, em um período que remonta à Grécia Antiga, passou a designar também as marcas feitas com ferro em brasa em criminosos, escravos e outras pessoas que se desejava separar da sociedade “correta” e “honrada”. Essa mesma palavra muitas vezes está presente no universo das doenças psiquiátricas. No lugar da marca de ferro, relegamos preconceito, falta de informação e tratamentos precários a pessoas que sofrem de depressão, ansiedade, transtorno bipolar e outros transtornos mentais graves.

Achar que a manifestação de um transtorno mental é “frescura” está relacionado a um ideal de felicidade que não é igual para todo mundo. A tentativa de se encaixar nesse modelo cria distância dos sentimentos reais, e quem os demonstra é rotulado, o que progressivamente dificulta a interação social. É aqui que redes sociais de enorme popularidade mostram uma face cruel, desempenhando um papel de validação da vida perfeita e criando um ambiente em que tudo deve ser mostrado em seu melhor ângulo. Fora dos holofotes da internet, porém, transtornos mentais mostram-se mais presentes do que se imagina.

<http://www.abrta.org.br>. Acesso em: 27 jul. 2020 (adaptado).

TEXTO III

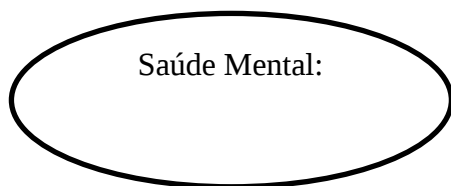
Disponível em: <https://zenklub.com.br>. Acesso em: 27 jul. 2020 (adaptado).

Fonte: INEP

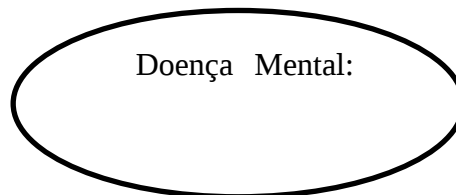
Os textos motivadores, tal como já foi mencionado, são ferramentas importantes para buscar os sentidos para a proposta de redação. Portanto, precisa ser lidos atenciosamente. Após a sua leitura, responda:

2. Sobre a discussão inserida no TEXTO I:

- a) Qual a diferença estabelecida entre “saúde mental” e “doença mental”? Para organizar sua resposta, conceitue:



Saúde Mental:



Doença Mental:

- b) Encontre, no texto I:

Sinônimo(s) para “Saúde mental”: _____

Antônimo(s) para Saúde mental: _____

3. Sobre a discussão inserida no TEXTO II:

- c) Que memória histórica pode ser extraída a partir da palavra “estigma”?
- d) A palavra “estigma” era utilizada antigamente em quais sentidos?
- e) Hoje, a palavra “estigma” é reescrita por qual outra palavra? Ou seja, qual o sentido identificado hoje?
- f) Anote do texto todas as palavras e/ou expressões que se referem à noção de estigma:

- g) No texto II, identificamos um enunciado que diz “Achar que a manifestação de um transtorno mental é “frescura” está relacionado a um ideal de felicidade que não é igual para todo mundo”. A palavra “frescura” determina/representa um “estigma”? Justifique.
- h) Sobre o mesmo enunciado acima: o excerto “manifestação de um transtorno mental” reescreve “doença mental”, ou seja, possui o mesmo sentido, porém com o uso de palavras diferentes? Explique.

4. Sobre a discussão do TEXTO III:

- i) No balão de diálogo presente no TEXTO III, identificamos o enunciado: “SOCORRO, BRASIL! Saiba mais sobre o problema de saúde que afeta mais de 1 em cada 20 pessoas, mas que continuamos ignorando”. Neste excerto, sobre qual problema de saúde está se falando?
- j) Elenque outros problemas de saúde mental/doenças mentais que podem estar contidos na sua redação:

- k) Já que o texto motivador III traz o exemplo de uma das doenças mentais mais recorrentes, isso significa dizer que falar sobre o “estigma relacionado às doenças mentais” se limita a falar sobre depressão? Justifique.

A atividade acima contempla o enunciado-tema e os três textos motivadores. É preciso que se tenha uma visão completa da proposta de redação para poder relacionar o tema e a coletânea de texto, de modo a auxiliar na construção dos sentidos. Percebamos que o texto I dá ênfase à diferença entre “saúde mental” e “doença mental”, por isso o aluno precisa compreender tal distinção para não confundir-se no momento de escrita do seu texto, assim como para não fugir do tema e ser penalizado com a nota zero. O texto II, por sua vez, discute o conceito de “estigma”, recorrendo à etimologia da palavra e às questões históricas que perpassam o surgimento do termo. O texto III, por fim, enfoca um tipo de doença mental, o mais recorrente entre as pessoas: a depressão.

A escolha dessa coletânea nos mostra um caminho traçado: 1º passo – identificar a palavra-tema, “doença mental”, que está presente logo no primeiro texto da coletânea, demonstrando ao aluno que não se pode falar só do assunto mais geral “saúde”, tampouco focar em apenas uma doença mental em específico; 2º passo – identificar a palavra-comando, “estigma”, discutida no segundo texto da coletânea, para que o aluno compreenda seu conceito e possa relacionar fatos passados com o preconceito, que figura como sinônimo de estigma; 3º passo – unir a palavra-tema com a palavra-comando e buscar caminhos, exemplos, repertórios, argumentos para seu texto, tal como

propõe o texto 3 da coletânea. O último texto não tem a intenção de limitar a discussão do candidato apenas à questão da depressão, mas de dar fundamentos para se refletir sobre as outras doenças e colaborar com argumentação, já que o pressuposto de que “há estigmas relacionados às doenças mentais” não pode ser negado, prova disso são os dados apontados no texto III.

Nas questões elaboradas, além da exploração das categorias de análise desta pesquisa, contemplamos os conceitos basilares na Semântica do Acontecimento, tais como o de designação, significação, memorável, temporalidade, assim como os procedimentos enunciativos de articulação e reescritura. Na questão 1, propusemos uma atividade de leitura/interpretação e reflexão sobre as palavras-chave tema e comando. Na questão 2, os procedimentos de reescritura e articulação foram colocados em discussão, ao tratarmos da sinonímia e antonímia, por exemplo.

Em síntese, não era nossa intenção a elaboração de uma atividade teórica, utilizando os termos da SA, mas de propor um estudo que contemplasse a teoria didaticamente, de modo a se aplicar na sala de aula do ensino médio. Não se trata também de um modelo ou manual, mas de uma proposta moldável, uma estratégia para um estudo semântico, para a extração dos sentidos de uma proposta de redação. Portanto, baseando-se nos conceitos da SA e na identificação de palavras-chave, é fatídica a eficácia da interpretação e da produção textual do aluno/candidato.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início desta tese, partimos da premissa de que o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), a cada ano, tem se tornado objeto de estudo de diversas pesquisas na área da linguística. Mostramos, ainda, que a maioria desses estudos se dá a partir da análise da prova objetiva de “Linguagens, códigos e suas tecnologias” e da prova discursiva deste exame – a redação – sob o viés da morfologia, da sintaxe e da semântica, mas sem o viés enunciativo. Logo, constatamos que a análise enunciativa das provas de redação, pela via da Semântica do Acontecimento, deve fazer parte da construção de sentidos dos enunciados-tema, uma vez que há um favorecimento ao candidato no tocante à correta interpretação da proposta.

Com a mudança na prova de redação, quando sua característica principal passou a ser a produção de um texto dissertativo-argumentativo (já que antes a exigência era apenas do tipo dissertativo), percebemos a importância que o viés crítico assumiu nesta prova. Unida à ideia do ENEM de avaliar a qualidade do ensino médio no Brasil, a prova de redação tem o intuito de perceber a capacidade de crítica e argumentação por parte do candidato/aluno. Isso pode ser percebido com a escolha dos enunciados-tema de cada ano, que trazem questões políticas, econômicas, ambientais e, principalmente, sociais. A coletânea de textos, por sua vez, é escolhida a cada ano de modo a favorecer a extração de ideias e melhor percepção do tema. Por isso, mostramos a relação que há entre enunciado-tema e texto motivados, no tocante à construção de sentidos e designações.

A teoria basilar desta pesquisa é a Semântica do Acontecimento, proposta por Eduardo Guimarães, que elabora um modelo próprio para os estudos do sentido. Por isso, vale ressaltar que a análise realizada nesta pesquisa, à luz dos pressupostos enunciativos, não leva em conta o estudo do “gênero textual”, tal como se propõe a Linguística Textual e outras áreas da Linguística. Ou seja, ao estudarmos a prova do ENEM, utilizamos como base a noção de texto de Guimarães (2011), para quem este é uma unidade no sentido finita e que tem como característica integrar enunciados. Sendo assim, não nos interessou avaliar a estrutura composicional da prova, muito menos as suas características linguísticas. Nossa visão sobre a análise dos textos se dá tal como o autor recomenda, a partir da significação, elucidando os modos de ler um texto, dentro do lugar dos estudos semânticos, e desenvolvendo procedimentos próprios para a

interpretação e compreensão do texto, aqueles referentes à Semântica do Acontecimento.

Nesse contexto, esta pesquisa, de natureza qualitativa, tomou como objeto as provas de redação do ENEM desde 1998 até 2018, quando o exame completou 20 anos de existência. O *corpus* de análise, por sua vez, foram os enunciados-tema e textos motivadores das provas de 1998, 1999, 2000, 2001, 2004, 2016 (ENEM convencional) e 2016 (ENEM PPL), a partir das categorias de palavras “aberta”, “tema” e “comando” que compunham os enunciados-tema de cada ano recortado, assim como os textos motivadores. Pelo procedimento de sondagem utilizado por Guimarães (2018), que consiste na escolha e/ou delimitação dos enunciados a partir de uma pergunta, até que se obtenha um recorte, é que selecionamos esses 7 enunciados-tema para análise, nos quais identificamos a presença de palavras-chave (aberta, comando e tema) que nortearam a busca pelos sentidos, a partir dos procedimentos enunciativos de articulação e reescritura (GUIMARÃES, 2018), até que chegamos a DSD’s (Domínio Semântico de Determinação) distintos.

Em face disso, elegemos como o objetivo geral desta tese: analisar o processo de significação dos enunciados-tema e dos textos motivadores – o que foi feito a partir da designação de palavra(s)-aberta(s) e palavra(s)-comando(s) e palavra(s)-tema(s) que compõem os enunciados-tema e os enunciados dos textos motivadores, pelo conceito da Semântica do Acontecimento. Este objetivo se cumpriu ao longo da nossa análise, já que mostramos o jogo enunciativo que se dá entre os enunciados-tema e os enunciados que compõem os textos motivadores – o que também representou o achado desta pesquisa, ou seja, a nossa tese. Isso significa que a análise da prova de redação no ENEM só é efetiva quando avaliada na sua completude, mais especificamente na relação do enunciado-tema e os seus textos motivadores, a partir de uma análise enunciativa, tal como realizamos.

Como objetivos específicos, nos propomos a: a) analisar o processo de significação dos enunciados-tema e dos textos motivadores; b) mostrar de que modo essa significação se constrói; c) buscar uma contribuição para o ensino de língua, ao construir um modelo de atividade para análise de enunciados-tema e dos textos motivadores nas aulas de redação.

Para realizarmos o processo de extração de sentidos e de designação, proposto no primeiro objetivo específico, foram utilizados os procedimentos enunciativos de articulação e reescritura supracitados. O segundo objetivo específico, por sua vez, se

cumpriu a partir da construção do DSD de cada enunciado. Dentro da categoria de palavra-aberta, dois enunciados-tema foram recortados: o de 1998 (“Viver e aprender”) e o de 1999 (“Cidadania e participação social”).

No ENEM 1998, cujo enunciado-tema foi “Viver e aprender”, pudemos observar o procedimento enunciativo de articulação por coordenação em “viver e aprender”, já que se identificam termos de uma mesma natureza. A partir desse procedimento, identificamos que “viver” determina “aprender” e vice versa, numa dupla articulação. Essas relações de sentido identificadas no texto recortam um memorável de otimismo frente à política brasileira para o fim da ditadura. Constatamos, que em 1998 o enunciado-tema foi “vago” e não contribuiu para que outros sentidos fossem suscitados.

Na análise enunciativa da prova de 1998, “Cidadania e Participação social”, identificamos primeiramente que não havia esvaziamento temático tal como no ano anterior. No enunciado-tema em questão também identificamos o procedimento enunciativo de articulação por coordenação, com termos de mesma natureza sintática e, desta relação, percebemos que “cidadania” determina “participação social”. Essa relação produz o sentido de que para exercer cidadania é preciso participar da sociedade de modo ativo e, assim, nos remete ao memorável de pessoas que se dizem cidadãs, mas não exercem a cidadania ao participar de ações conjuntas, de debates, de lutas em favor do bem comum.

As relações identificadas no texto motivador I da prova de 1999 foram de reescritura por substituição, em que “a geração de graúnas que já nasceu sem asas” reescritura “juventude”; reescritura por definição, com “juventude” sendo reescriturada por “uma caixinha de surpresas”. Ainda no texto I, há a relação de antonímia entre “voar” e “sem asas”. O DSD identificado nestas relações foi o de que “juventude” é determinada por “caixinha de segredos” e por “geração de graúnas”. Uma relação de antonímia também é identificada entre “(que já nasceu) sem asas” e “sonho de voar”. Essas relações nos remetem ao memorável de participação da juventude na sociedade e da identificação dos jovens como cidadãos. No texto motivador II, também há uma articulação por coordenação entre “protagonismo” e “juvenil”. Além dessa relação, “o jovem não precisa de adulto para encontrar o seu lugar e a sua forma de intervir na sociedade” reescritura por definição “Protagonismo juvenil” e este último também é reescriturado por elipse pela expressão “o termo pode até parecer feio”, já que está omitido. No DSD obtido, “juvenil” (juventude) é determinado por “protagonismo” e este é determinado por “não precisar de adulto para encontrar seu lugar e sua forma de

intervir na sociedade”. Nesse sentido, podemos identificar o memorável de independência e autonomia da juventude, ou seja, de protagonismo, de agência da sua própria vida e história. No texto motivador III, em “Eu sinto muito orgulho (de ser brasileiro). Mas eu sinto vergonha por existirem pessoas acomodadas” há a relação de articulação por coordenação a partir da relação argumentativa instaurada pelo “mas”. Fica clara, ainda nesse texto, a relação de antonímia entre as expressões “(tem que parar com o) comodismo” e “protagonismo social”. Depois, identificamos que “querer fazer” e “se interessar” reescrevem por expansão “protagonismo”, bem como estabelecem uma antonímia com “esperar cair no colo”. “Cidadão”, por fim, é reescriturado por definição por “É participar, ser dinâmico na sua escola, no seu bairro” e reescritura por expansão “protagonista”. Ao analisarmos cada palavra enquanto um enunciado, como um acontecimento, temos o DSD: “protagonismo social” é antônimo de “comodismo” e é determinado por “querer fazer” e “se interessar”; “ser dinâmico”, por sua vez, determina “cidadão”, que determina “protagonista”. no memorável recortado por este acontecimento “juventude” é a faixa indispensável e necessária para a garantia de um país justo, participativo, evoluído e não acomodado.

A análise desses dois primeiros temas, o de 1998 e 1999 nos permitiu uma visão mais ampla das modificações ocorridas na prova e a necessidade de um direcionamento enunciativo para a sua interpretação. Portanto, apesar de serem temas compostos por “palavras abertas”, essa abertura significou um achado para a nossa pesquisa e não uma negação da nossa tese. Isso pode ser comprovado a partir dos procedimentos enunciativos identificados nos dois enunciados-tema e na riqueza de sentidos extraídos pelas análises baseadas na Semântica do Acontecimento.

A categoria de palavras-comando foi composta por enunciados-tema cujo comando recorrente foi o “como”: “Direitos da criança e do adolescente: como enfrentar esse desafio nacional?” (ENEM, 2000); “Desenvolvimento e preservação ambiental: como conciliar os interesses em conflito?” (ENEM, 2001); e “A violência na sociedade brasileira: como mudar as regras desse jogo?” (ENEM, 2003). Esta palavra-comando nos permitiu uma visão aprofundada dos enunciados-tema. Seja por ativar pressupostos, metáforas ou por comandar objetivamente o candidato à produção do seu texto, o “como” facilita a compreensão da proposta e colabora para que as designações sejam identificadas. Logo, a análise enunciativa desta palavra já pode justificar a importância de se criar uma atividade didática – que faz parte de um do terceiro objetivo específico desta pesquisa – que percorra as vias da Semântica do Acontecimento, a partir da

criação do DSD, ou seja, de um esquema interpretativo que leve o candidato à designação final das palavras do enunciado-tema que garanta eficácia da produção textual. Analisamos o processo de designação da palavra-comando “como”, definindo o DSD (Domínio Semântico de Determinação) de cada uma delas a partir dos textos motivadores em que elas são enunciadas. Assim, esta categoria de análise nos permite afirmar que inserir um comando no enunciado-tema favorece a apreensão dos sentidos pretendidos na proposta e a argumentação do candidato.

A terceira categoria de análise, “palavras-tema”, foi composta por dois temas, ambos do ano de 2016 (1ª e 2ª aplicações, respectivamente): “Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil” e “caminhos para combater o racismo no Brasil”. Nesta categoria, percebemos que o encaminhamento da proposta se dava a partir de palavras que demarcava claramente o tema a ser discutido, de modo específico, para que o candidato não confundisse o que era tema e o que era apenas o assunto. Isso pôde ser comprovado na proposta “Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil” a partir dos procedimentos enunciativos de articulação entre “Caminhos” e “para combater”, ou seja, alternativas devem ser encontradas para resolver algo negativo e problemático. No DSD estabelecido a partir dessas relações, o termo “caminhos” determina “combater” e este último, por sua vez, determina “intolerância religiosa”. “Combater” traz o memorável de luta, de guerra entre as pessoas devido à religião. Na análise dos textos motivadores, a palavra-tema fica bem demarcada quando há o distanciamento de outros tipos de intolerância, ou seja, há intolerância de outros tipos, mas a proposta se referia àquela que trata da religião.

Na proposta “Caminhos para combater o racismo no Brasil”, identifica-se uma relação de articulação por dependência em “Caminhos para combater”. Na articulação, o funcionamento semântico traz que “caminhos” está vinculado a opções e maneiras para resolver, desta vez, o racismo. No DSD ao qual chegamos, “caminhos” determina “combater” e “racismo” é determinado por “combater”. Nesta relação, “racismo” recorta o memorável de luta e de guerra, de apelo e busca por mudanças, já que reflete um problema conflitante historicamente vivenciado no mundo inteiro. Na análise dos textos motivadores, as relações de sentido e os procedimentos enunciativos nos mostraram que o tipo de racismo que deveria ser enfocado na redação era em relação aos negros, mesmo que outros tipos existam.

As considerações acima nos permitem afirmar que os dois primeiros objetivos específicos da nossa tese foram cumpridos, já que mostramos como se dá o processo

enunciativo de significação e como ela se constrói. Em relação ao terceiro objetivo específico, asseguramos o seu cumprimento na medida em que elaboramos, na última seção do capítulo 5 dessa pesquisa, uma atividade de leitura e interpretação de um tema de redação do ENEM 2020 (“O estigma relacionado às doenças mentais no Brasil”). A atividade proposta não figura como um modelo pronto e estático, mas uma sugestão de trabalho na sala de aula do ensino médio com questões relacionadas à Semântica do Acontecimento, sem que se precise utilizar os termos metalinguísticos para tal. Na proposta de atividade mostramos a eficácia de se trabalhar com as categorias “palavra-aberta”, “palavra-comando” e “palavra-chave” construídas na tese, já que elas direcionam os sentidos e ajudam a relacionar os procedimentos enunciativos necessários para a interpretação do enunciado-tema e os textos-motivadores.

Sabemos que muitos debates sobre a Semântica do Acontecimento vêm sendo feitos, assim como muitos trabalhos científicos já foram e estão sendo produzidos a fim de divulgar cada vez mais esta teoria e demonstrar a sua aplicabilidade. Dito isso, nos colocamos neste rol de pesquisas e assumimos o nosso papel de didatizar a SA, demonstrando reais possibilidades para isso. E é nessa perspectiva que queremos trabalhar a linguagem e os textos, mostrando ao tempo todo que precisamos transpor o que não está evidente na linguagem, através dos múltiplos sentidos que se nos apresenta. Seja na escola básica ou na academia, estudar as significações nos leva a caminhos inesperados, mas dotados de possibilidades e de interpretações outras.

Apesar de termos nos empenhado a analisar parte dos enunciados-tema e os seus respectivos textos motivadores, dadas as nossas limitações, assumimos que muitas outras análises poderiam ter sido realizadas, à luz de outros processos enunciativos dentro da Semântica do Acontecimento e a partir de enunciados-temas de outros anos de prova do ENEM. Logo, novas perspectivas poder ser visualizadas para a investigação com esta teoria e este mesmo corpus, tal como a análise das cenas enunciativa.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Virgínia. **Semântica, enunciação e ensino**. Edufes, Vitória, 2018
- AGUSTINI, C. L. H.; BORGES, S. Z. DA S. Gênero redação ENEM: a experiência de linguagem em uma escrita institucionalizada. **Letras & Letras**, v. 29, n. 2, 26 fev. 2014.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. - 6ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BARBISAN, L. B. O conceito de enunciação em Benveniste e Ducrot. In GIACOMELLI, K.; PIRES, V.L. (Orgs). **Émile Benveniste: interfaces enunciação & discurso**. Letras n 33, jul./dez. 2006, PPGL Editores, UFSM.
- BASSO, Renato. **Semântica formal**. In: FERRAREZI JUNIOR, Celso; BASSO, Renato (Orgs.). **Semântica, semânticas**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- BENVENISTE, E. A natureza dos pronomes. In: **Problemas de Linguística Geral I**. 3 ed. São Paulo: Pontes, 1991.
- _____. Da subjetividade na linguagem. In: **Problemas de Linguística Geral I**. 3 ed. São Paulo: Pontes, 1991.
- _____. O aparelho formal da enunciação. In: **Problemas de Linguística Geral II**. 3 ed. São Paulo: Pontes, 1989.
- _____. Estrutura das relações de pessoa no verbo. In: **Problemas de Linguística Geral I**. 3 ed. São Paulo: Pontes, 1991.
- BORGES NETO; MÜLLER; PIRES DE OLIVEIRA A semântica formal das línguas naturais: histórias e desafios. Article. In **Revista de Estudos da Linguagem** · Junho, 2012.
- BRASIL. **A redação no ENEM 1998**: Guia do participante. Brasília: MEC, 1998.
- _____. **A redação no ENEM 1999**: Guia do participante. Brasília: MEC, 1999.
- _____. **A redação no ENEM 2000**: Guia do participante. Brasília: MEC, 2000
- _____. **A redação no ENEM 2000**: Guia do participante. Brasília: MEC, 2000
- _____. **A redação no ENEM 2001**: Guia do participante. Brasília: MEC, 2001
- _____. **A redação no ENEM 2002**: Guia do participante. Brasília: MEC, 2002
- _____. **A redação no ENEM 2003**: Guia do participante. Brasília: MEC, 2003
- _____. **A redação no ENEM 2004**: Guia do participante. Brasília: MEC, 2004

- _____. **A redação no ENEM 2005:** Guia do participante. Brasília: MEC, 2005
- _____. **A redação no ENEM 2006:** Guia do participante. Brasília: MEC, 2006
- _____. **A redação no ENEM 2007:** Guia do participante. Brasília: MEC, 2007
- _____. **A redação no ENEM 2008:** Guia do participante. Brasília: MEC, 2008
- _____. **A redação no ENEM 2009:** Guia do participante. Brasília: MEC, 2009
- _____. **A redação no ENEM 2010:** Guia do participante. Brasília: MEC, 2010
- _____. **A redação no ENEM 2011:** Guia do participante. Brasília: MEC, 2011
- _____. **A redação no ENEM 2012:** Guia do participante. Brasília: MEC, 2012
- _____. **A redação no ENEM 2013:** Guia do participante. Brasília: MEC, 2013
- _____. **A redação no ENEM 2014:** Guia do participante. Brasília: MEC, 2014
- _____. **A redação no ENEM 2015:** Guia do participante. Brasília: MEC, 2015
- _____. **A redação no ENEM 2016:** Guia do participante. Brasília: MEC, 2016
- _____. **A redação no ENEM 2017:** Guia do participante. Brasília: MEC, 2017
- _____. **A redação no ENEM 2018:** Guia do participante. Brasília: MEC, 2018.
- _____. **Cartilha do participante:** Redação no ENEM 2016. Brasília: MEC, 2016.
- _____. **Exame Nacional do Ensino Médio:** Caderno de respostas. Brasília: MEC,
- _____. **Manual de capacitação para avaliação das redações do ENEM 2013.** Brasília: MEC, 2013.

BRÉAL, Michel. Ensaio de Semântica. São Paulo, EDUC/Pontes, 1992.

BRONCKART, Jean-Paul. Atividade de Linguagem, textos e discursos: Por um interacionismo sócio-discursivo. São Paulo: Editora da PUC-SP, 1999.

DIAS, LF Fundamentos do sujeito gramatical: uma perspectiva da enunciação. In: ZANDWAIS, A. (Org.). Relações entre pragmática e enunciação. Porto Alegre: UFGS / Sagra Luzzatto, 2002. p. 47-63.

_____. Enunciação e regularidade sintática. Cadernos de Estudos Linguísticos, Unicamp, Campinas, v.51, p. 7-30, 2009.

_____. Memória, enunciação e lugares sintáticos. In: LEFFA, VJ; ERNST, A. (Org.). Linguagens; metodologias de ensino e pesquisa. Pelotas: EDUCAT, 2012. p. 27-42.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. (Trad. revisada de Eduardo Guimarães). Campinas, SP: Pontes, 1987.

_____. **Princípios de semântica linguística**: dizer e não dizer. (Trad. de Carlos Vogt, Rodolfo Ilari e Rosa A. Figueira). São Paulo: Cultrix, 1977.

FERRAREZI JUNIOR, C.; BASSO, R. Semântica, semânticas: uma introdução. São Paulo: Contexto, 2013.

FLORES, Valdir. Enunciação escrita em Benveniste: notas para uma precisão conceitual. **DELTA** [online]. 2018, vol. 34, n. 1, p. 395-417.

FRANCHI, C. **Criatividade e gramática**. In: Franchi, C. Mas o que é mesmo 'gramática'? São Paulo: Parábola, 2006.

FREGE, G. **Sobre o sentido e a referência**. (Trad. Paulo Alcoforado. In: Lógica e filosofia da linguagem). São Paulo: Cultrix, 1978.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GERALDI, J.W. **Concepções de linguagem e ensino de português**. In: Geraldi, J.W. O texto na sala de aula. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUIMARÃES, E. **Texto e argumentação**: um estudo de conjunções do português. Campinas: Pontes, 1987.

_____. Texto e enunciação. In: **Organon**. Volume 9, n. 23, p. 63-67, Porto Alegre, 1995a.

_____. **Os Limites do Sentido**. Campinas, Pontes, 1995b.

_____. A enumeração funcionamento enunciativo e sentido **Cad.Est.Ling**. Campinas, 51(1): 49-68, Jan./Jun. 2009.

_____. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas, SP: Pontes, 2005 – 2º ed.

_____. **Análise de textos**: procedimentos, análises, ensino. Campinas: Editoras RG, 2011.

_____. Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano. Letras, n. 26, p. 53-62. In: [s.d.] **Língua e literatura**: limites e fronteiras. UFSM. 2013

_____. ESPAÇO DE ENUNCIAÇÃO, CENA ENUNCIATIVA, DESIGNAÇÃO. **Laboratório Corpus**: UFSM, Jan./Mar 2014

_____. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017 – 4º ed.

_____. **Semântica**: enunciação e sentido. Pontes Editores. Campinas, SP:, 2018.

HJELMSLEV, Louis. **Ensaio linguístico**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

KOCH, Ingedore Villaça. 1993. **A coesão textual**. São Paulo, Contexto.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana**. Campinas, SP: Mercado de Letras: Educ, 2002

LARANJEIRA, Laurena Marques. **A pressuposição como mecanismo implícito na interpretação dos ditados populares**. (Trabalho de conclusão de curso - graduação). Universidade Federal do Pará, 2018.

MAGRO, Elaine Regina Franco. **Os Efeitos de sentidos no nome Rabo da Gata**: um estudo semântico do acontecimento da linguagem./Elaine Regina Franco Magro. Cáceres/MT: UNEMAT, 2016.

MOREIRA, C. F. **As denominações para os pescadores e os apetrechos da pesca na comunidade de Baiacu-Vera Cruz/Bahia**. (Dissertação de mestrado). UFBA, 2010.

NASCIMENTO, E. P. O ensino da argumentação na leitura, na produção textual e na análise linguística: reflexões teórico-propositivas. **Revista do GELNE**, v. 17, p. 159-183, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/viewFile/10186/7186>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

OLIVEIRA, Roberta Pires de Oliveira [et.al.]. **Semântica**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2012. Disponível em https://petletras.paginas.ufsc.br/files/2016/10/Livro-Texto_Semantica_UFSC.pdf. Acesso em 05 de janeiro de 2020.

PINTO, Deise Cristina de Moraes. **Introdução à semântica**. V. único. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2016.

PRADO, Daniela de Faria; MORATO, Rodrigo A. A redação do ENEM como gênero textual-discursivo: uma breve reflexão. **Cadernos Cespuc**, Belo Horizonte - n. 29 – 2016.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim (Org.). **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

SIGLIANI, Livia; Rêgo, Érica; BAROS, Sabrina; VENTURA, Adilson.
O POLÍTICO NAS RELAÇÕES DE SENTIDO: uma análise dos sentidos de professor em *memes*, sob a perspectiva teórica da semântica do acontecimento. **Seminário Gepráxis**, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 7, n. 7, p. 5463-5475, maio, 2019.

_____. COMPREENDENDO OS SIGNIFICADOS DA PALAVRA *TRABALHO* EM UM LIVRO DIDÁTICO. **Seminário Gepráxis**, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 7, n. 7, p. 2448-2460, maio, 2019.

SILVA, Claudiene Diniz da. **Glossário de Semântica da Enunciação**. UFMG. Relatório de Estágio pós-doutoral, 2019. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/nucleos/enunciar/>

SOARES. Verônica de Fátima Camargo. **Pressuposição**: diferentes abordagens teóricas e suas consequências para o ensino de graduação em letras. (Dissertação de mestrado). Vitória, 2012.

TORRES, Márcia Zampieri. Situações-problema como recurso de avaliação de competências do Enem. In: BRASIL. Ministério da Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Eixos cognitivos do Enem**. Brasília: INEP, 2007. p. 31-53.

TRAVAGLIA, L.C. **Um estudo textual-discursivo do verbo português do Brasil**, 1991. 330 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Campinas, Campinas, 1991.

ZOPPI-FONTANA, M. G. A Arte do Detalhe. **Web Revista Discursividade**. 9 Ed. Campo Grande-MS, 2012. Disponível em: www.discursividade.cepad.net.br.

ZOPPI-FONTANA, Mônica G. Ponto de vista: o ponto cego das teorias da polifonia. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, v. 13, n. 1, p. 249-283, junho de 2015.

ANEXOS

Anexo I – Prova de redação Enem 1998

ENEM/98

REDAÇÃO

O Que É O Que É

(...)

Viver
e não ter a vergonha de ser feliz
Cantar e cantar e cantar
a beleza de ser um eterno aprendiz
Eu sei
que a vida devia ser bem melhor
e será
Mas isso não impede que eu repita
É bonita, é bonita e é bonita

(...)

Luiz Gonzaga Jr. (Gonzaguinha)

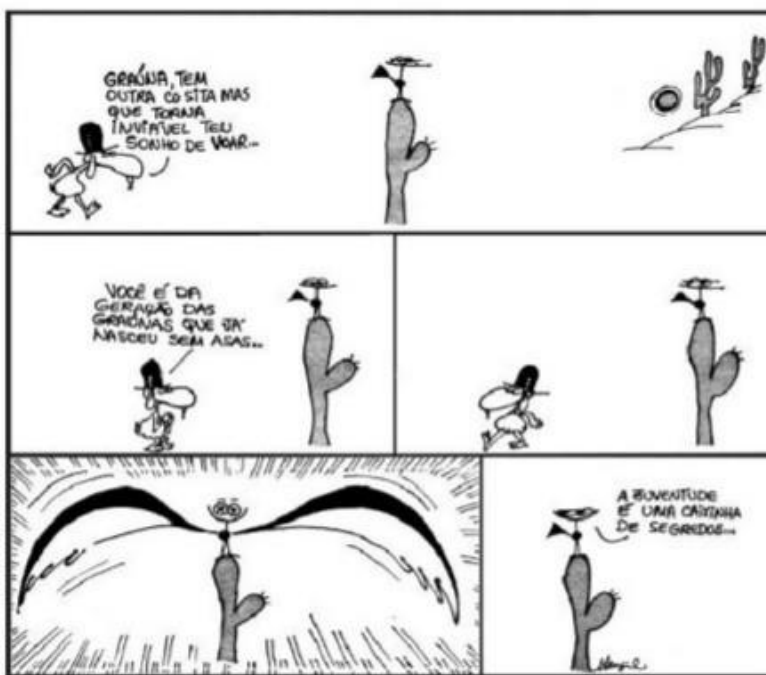
Redija um texto dissertativo, sobre o tema "**Viver e Aprender**", no qual você exponha suas idéias de forma clara, coerente e em conformidade com a norma culta da língua, sem se remeter a nenhuma expressão do texto motivador "O Que É O Que É".

Dê um título à sua redação, que deverá ser apresentada a tinta e desenvolvida na folha anexa ao Cartão-Resposta. Você poderá utilizar a última página deste Caderno de Questões para rascunho.

Anexo II – Prova de redação Enem 1999

Enem 99

REDAÇÃO



(HENFIL. Fram. Ed. Codeo, 1997, n. 20)

O encontro "Vem ser cidadão" reuniu 380 jovens de 13 Estados, em Faxinal do Céu (PR). Eles foram trocar experiências sobre o chamado protagonismo juvenil.

O termo pode até parecer feio, mas essas duas palavras significam que o jovem não precisa de adulto para encontrar o seu lugar e a sua forma de intervir na sociedade. Ele pode ser protagonista.

(Adaptado de) "Para quem se revolta e quer agir", Folha de S. Paulo, 16/11/1998

Depoimentos de jovens participantes do encontro:

☐ Eu não sinto vergonha de ser brasileiro. Eu sinto muito orgulho. Mas eu sinto vergonha por existirem muitas pessoas acomodadas. A realidade está nua e crua. (...) Tem de parar com o comodismo. Não dá para passar e ver uma criança na rua e achar que não é problema seu. (E.M.O.S., 18 anos, Minas Gerais)

☐ A maior dica é querer fazer. Se você é acomodado, fica esperando cair no colo, não vai acontecer nada. Existe muita coisa para fazer. Mas primeiro você precisa se interessar. (C.S.J., 16 anos, Paraná)

☐ Ser cidadão não é só conhecer os seus direitos. É participar, ser dinâmico na sua escola, no seu bairro. (H.A., 19 anos, Amazonas)

(Depoimentos extraídos de "Para quem se revolta e quer agir", Folha de S. Paulo, 16/11/1998)

Com base na leitura dos quadinhos e depoimentos, redija um texto em prosa, do tipo dissertativo-argumentativo, sobre o tema: Cidadania e participação social.

Ao desenvolver o tema proposto, procure utilizar os conhecimentos adquiridos ao longo de sua formação. Depois de selecionar, organizar e relacionar os argumentos, fatos e opiniões apresentados em defesa de seu ponto de vista, elabore uma proposta de ação social.

A redação deverá ser apresentada a tinta na cor azul ou preta e desenvolvida na folha grampeada ao Cartão-Resposta. Você poderá utilizar a última página deste Caderno de Questões para rascunho.

Anexo III – Prova de redação Enem 2000

Enem 2000

REDAÇÃO



(Angelo, Folha de S. Paulo, 14.05.2000)

(...) Esquina da Avenida Desembargador Santos Neves com Rua José Teixeira, na Praia do Canto, área nobre de Vitória. A.J., 13 anos, morador de Cariacica, tenta ganhar algum trocado vendendo balas para os motoristas. (...)

"Venho para a rua desde os 12 anos. Não gosto de trabalhar aqui, mas não tem outro jeito. Quero ser mecânico".

A Gama, Vitória (ES), 9 de junho de 2000.

"É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à saúde, à alimentação, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão".

Artigo 227, Constituição da República Federativa do Brasil.

Entender a infância marginal significa entender porque um menino vai para a rua e não à escola. Essa é, em essência, a diferença entre o garoto que está dentro do carro, de vidros fechados, e aquele que se aproxima do carro para vender chiclete ou pedir esmola. E essa é a diferença entre um país desenvolvido e um país de Terceiro Mundo.

Gilberto Dimenstein. *O cidadão de papel*. São Paulo, Ática, 2000. 19a edição.

Com base na leitura da charge, do artigo da Constituição, do depoimento de A.J. e do trecho do livro *O cidadão de papel*, redija um texto em prosa, do tipo dissertativo-argumentativo, sobre o tema: **Dirctos da criança e do adolescente: como enfrentar esse desafio nacional?**

Ao desenvolver o tema proposto, procure utilizar os conhecimentos adquiridos e as reflexões feitas ao longo de sua formação. Selecione, organize e relacione argumentos, fatos e opiniões para defender o seu ponto de vista, elaborando propostas para a solução do problema discutido em seu texto.

Observações:

- ▶ Lembre-se de que a situação de produção de seu texto requer o uso da modalidade escrita culta da língua.
- ▶ Espera-se que o seu texto tenha mais do que 15 (quinze) linhas.
- ▶ A redação deverá ser apresentada a tinta na cor preta e desenvolvida na folha própria.
- ▶ Você poderá utilizar a última folha deste Caderno de Questões para rascunho.

Anexo IV – Prova de redação Enem 2001

ENEM 2001

REDAÇÃO



(Coulton, Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1978)

Conter a destruição das florestas se tornou uma prioridade mundial, e não apenas um problema brasileiro. (...) Restam hoje, em todo o planeta, apenas 22% da cobertura florestal original. A Europa Ocidental perdeu 99,7% de suas florestas primárias; a Ásia, 94%; a África, 92%; a Oceania, 78%; a América do Norte, 66%; e a América do Sul, 54%. Cerca de 45% das florestas tropicais, que cobriam originalmente 14 milhões de km quadrados (1,4 bilhão de hectares), desapareceram nas últimas décadas. No caso da Amazônia Brasileira, o desmatamento da região, que até 1970 era de apenas 1%, saltou para quase 15% em 1999. Uma área do tamanho da França desmatada em apenas 30 anos. Chega.

Paulo Adário, Coordenador da Campanha da Amazônia do Greenpeace.
<http://greenpeace.terra.com.br>

Embora os países do Hemisfério Norte possuam apenas um quinto da população do planeta, eles detêm quatro quintos dos rendimentos mundiais e consomem 70% da energia, 75% dos metais e 85% da produção de madeira mundial. (...)

Conta-se que Mahatma Gandhi, ao ser perguntado se, depois da independência, a Índia perseguiria o estilo de vida britânico, teria respondido: "(...) a Grã-Bretanha precisou de metade dos recursos do planeta para alcançar sua prosperidade; quantos planetas não seriam necessários para que um país como a Índia alcançasse o mesmo patamar?"

A sabedoria de Gandhi indicava que os modelos de desenvolvimento precisam mudar.



O planeta é um problema pessoal - Desenvolvimento sustentável. www.wwf.org.br

De uma coisa temos certeza: a terra não pertence ao homem branco; o homem branco é que pertence à terra. Disso temos certeza. Todas as coisas estão relacionadas como o sangue que une uma família. Tudo está associado.

O que fere a terra, fere também os filhos da terra. O homem não tece a teia da vida; é antes um de seus fios. O que quer que faça a essa teia, faz a si próprio.

Trecho de uma das várias versões de carta atribuída ao chefe Seattle, da tribo Suquamish. A carta teria sido endereçada ao presidente norte-americano, Franklin Pierce, em 1854, a propósito de uma oferta de compra do território da tribo feita pelo governo dos Estados Unidos.

PINSKY, Joana e outros (Org.). História da América através de textos. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1991.

Estou indignado com a frase do presidente dos Estados Unidos, George Bush.

"Somos os maiores poluidores do mundo, mas se for preciso poluiremos mais para evitar uma recessão na economia americana".

R. K., Quinlins, SP. (Carta enviada à seção Correio da Revista Galileu, Ano 10, junho de 2001).

Com base na leitura dos quadrinhos e dos textos, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema: **Desenvolvimento e preservação ambiental: como conciliar os interesses em conflito?**

Ao desenvolver o tema proposto, procure utilizar os conhecimentos adquiridos e as reflexões feitas ao longo de sua formação. Selecione, organize e relacione argumentos, fatos e opiniões para defender o seu ponto de vista, elaborando propostas para a solução do problema discutido em seu texto. Suas propostas devem demonstrar respeito aos direitos humanos.

Observações:

- Lembre-se de que a situação de produção de seu texto requer o uso da modalidade escrita culta da língua.
- O texto não deve ser escrito em forma de poema (versos) ou narrativa.
- O texto deverá ter no mínimo 15 (quinze) linhas escritas.
- A redação deverá ser apresentada a tinta e desenvolvida na folha própria.
- O rascunho poderá ser feito na última página deste Caderno.

Anexo V – Prova de redação Enem 2002

ENEM 2002

REDAÇÃO



Comício pelas Diretas Já, em São Paulo, 1984.

Para que existam hoje os direitos políticos, o direito de votar e ser votado, de escolher seus governantes e representantes, a sociedade lutou muito.

www.iarabernardi.gov.br. 01/03/02.

A política foi inventada pelos humanos como o modo pelo qual pudessem expressar suas diferenças e conflitos sem transformá-los em guerra total, em uso da força e extermínio recíproco. (...)

A política foi inventada como o modo pelo qual a sociedade, internamente dividida, discute, delibera e decide em comum para aprovar ou reiterar ações que dizem respeito a todos os seus membros.

Marilena Chauí. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 1994.

A democracia é subversiva. É subversiva no sentido mais radical da palavra.

Em relação à perspectiva política, a razão da preferência pela democracia reside no fato de ser ela o principal remédio contra o abuso do poder. Uma das formas (não a única) é o controle pelo voto popular que o método democrático permite pôr em prática. Vox populi vox dei.

Norberto Bobbio. Qual socialismo? Discussão de uma alternativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Texto adaptado.

Se você tem mais de 18 anos, vai ter de votar nas próximas eleições. Se você tem 16 ou 17 anos, pode votar ou não. O mundo exige dos jovens que se arrisquem. Que alucinem. Que se metam onde não são chamados. Que sejam encrenqueiros e barulhentos. Que, enfim, exijam o impossível.

Resta construir o mundo do amanhã. Parte desse trabalho é votar. Não só cumprir uma obrigação. Tem de votar com hormônios, com ambição, com sangue fervendo nas veias. Para impor aos vitoriosos suas exigências – antes e principalmente depois das eleições.

André Forastieri. Muito além do voto. Época. 6 de maio de 2002. Texto adaptado.

Considerando a foto e os textos apresentados, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema **O direito de votar: como fazer dessa conquista um meio para promover as transformações sociais de que o Brasil necessita?**

Ao desenvolver o tema, procure utilizar os conhecimentos adquiridos e as reflexões feitas ao longo de sua formação. Selecione, organize e relacione argumentos, fatos e opiniões, e elabore propostas para defender seu ponto de vista.

Observações:

- Lembre-se de que a situação de produção de seu texto requer o uso da modalidade escrita culta da língua portuguesa.
- O texto **não** deve ser escrito em forma de poema (versos) ou narração.
- O texto deverá ter no mínimo 15 (quinze) linhas escritas.
- A redação deverá ser apresentada a tinta e desenvolvida na folha própria.
- O rascunho poderá ser feito na última página deste Caderno.

Anexo VI – Prova de redação Enem 2003

ENEM 2003

REDAÇÃO

Para desenvolver o tema da redação, observe o quadro e leia os textos apresentados a seguir:



Entender a violência, entre outras coisas, como fruto de nossa horrenda desigualdade social, não nos leva a desculpar os criminosos, mas poderia ajudar a decidir que tipo de investimentos o Estado deve fazer para enfrentar o problema: incrementar violência por meio da repressão ou tomar medidas para sanear alguns problemas sociais gravíssimos?

(Maria Rita Kehl. Folha de S. Paulo)

Ao expor as pessoas a constantes ataques à sua integridade física e moral, a violência começa a gerar expectativas, a fornecer padrões de respostas. Episódios truculentos e situações-limite passam a ser imaginados e repetidos com o fim de legitimar a idéia de que só a força resolve conflitos. A violência torna-se um item obrigatório na visão de mundo que nos é transmitida. O problema, então, é entender como chegamos a esse ponto.

Penso que a questão crucial, no momento, não é de saber o que deu origem ao jogo da violência, mas de saber como parar um jogo que a maioria, coagida ou não, começa a querer continuar jogando.

(Adaptado de Jurandir Costa. O medo social.)

Considerando a leitura do quadro e dos textos, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema: **A violência na sociedade brasileira: como mudar as regras desse jogo?**

Instruções:

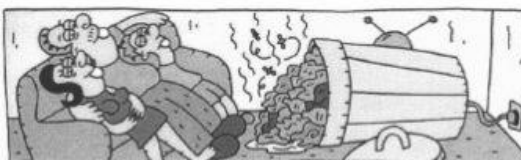
- Ao desenvolver o tema proposto, procure utilizar os conhecimentos adquiridos e as reflexões feitas ao longo de sua formação. Selecione, organize e relacione argumentos, fatos e opiniões para defender seu ponto de vista, elaborando propostas para a solução do problema discutido em seu texto. Suas propostas devem demonstrar respeito aos direitos humanos.
- Lembre-se de que a situação de produção de seu texto requer o uso da modalidade escrita culta da língua portuguesa.
- O texto não deve ser escrito em forma de poema (versos) ou de narrativa.
- O texto deverá ter no mínimo 15 (quinze) linhas escritas.
- A redação deverá ser apresentada a tinta e desenvolvida na folha própria.
- O rascunho poderá ser feito na última folha deste Caderno.

Anexo VII – Prova de redação Enem 2004

ENEM 2004

REDAÇÃO

Leia com atenção os seguintes textos:



Caco Galhardo, 2001.

Os programas sensacionalistas do rádio e os programas policiais de final da tarde em televisão saciam curiosidades perversas e até mórbidas tirando sua matéria-prima do drama de cidadãos humildes que aparecem nas delegacias como suspeitos de pequenos crimes. Ali, são entrevistados por intimidação. As câmeras invadem barracos e cortiços, e gravam sem pedir licença a estupefação de famílias de baixíssima renda que não sabem direito o que se passa: um parente é suspeito de estupro, ou o vizinho acaba de ser preso por tráfico, ou o primo morreu no massacre de fim de semana no bar da esquina. A polícia chega atirando; a mídia chega filmando.

Eugênio Bucci. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Quem fiscaliza [a imprensa]? Trata-se de tema complexo porque remete para a questão da responsabilidade não só das empresas de comunicação como também dos jornalistas. Alguns países, como a Suécia e a Grã-Bretanha, vêm há anos tentando resolver o problema da responsabilidade do jornalismo por meio de mecanismos que incentivam a auto-regulação da mídia.

<http://www.eticanatv.org.br>
Acesso em 30/05/2004.

No Brasil, entre outras organizações, existe o **Observatório da Imprensa** – entidade civil, não-governamental e não-partidária –, que pretende acompanhar o desempenho da mídia brasileira. Em sua página eletrônica, lê-se:

Os meios de comunicação de massa são majoritariamente produzidos por empresas privadas cujas decisões atendem legitimamente aos desígnios de seus acionistas ou representantes. Mas o produto jornalístico é, inquestionavelmente, um serviço público, com garantias e privilégios específicos previstos na Constituição Federal, o que pressupõe contrapartidas em deveres e responsabilidades sociais.

<http://www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br> (adaptado)
Acesso em 30/05/04.

Incisos do Artigo 5º da Constituição Federal de 1988:

- IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;
- X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

Com base nas idéias presentes nos textos acima, redija uma dissertação em prosa sobre o seguinte tema:

Como garantir a liberdade de informação e evitar abusos nos meios de comunicação?

Ao desenvolver o tema proposto, procure utilizar os conhecimentos adquiridos e as reflexões feitas ao longo de sua formação. Selecione, organize e relacione argumentos, fatos e opiniões para defender seu ponto de vista e suas propostas.

Observações:

- Seu texto deve ser escrito na modalidade culta da língua portuguesa.
- O texto **não** deve ser escrito em forma de poema (versos) ou narração.
- O texto deverá ter no mínimo 15 (quinze) linhas escritas.
- A redação deverá ser apresentada a tinta e desenvolvida na folha própria.
- O rascunho poderá ser feito na última folha deste Caderno.

Anexo VIII – Prova de redação Enem 2005

ENEM 2005

PROPOSTA DE REDAÇÃO

Leia com atenção os seguintes textos:



“A crueldade do trabalho infantil é um pecado social grave em nosso País. A dignidade de milhões de crianças brasileiras está sendo roubada diante do desrespeito aos direitos humanos fundamentais que não lhes são reconhecidos: por culpa do poder público, quando não atua de forma prioritária e efetiva, e por culpa da família e da sociedade, quando se omitem diante do problema ou quando simplesmente o ignoram em decorrência da postura individualista que caracteriza os regimes sociais e políticos do capitalismo contemporâneo, sem pátria e sem conteúdo ético.”

(Xisto T. de Medeiros Neto. A crueldade do trabalho infantil. *Diário de Natal*. 21/10/2000.)

“Submetidas aos constrangimentos da miséria e da falta de alternativas de integração social, as famílias optam por preservar a integridade moral dos filhos, inculcando-lhes valores, tais como a dignidade, a honestidade e a honra do trabalhador. Há um investimento no caráter moralizador e disciplinador do trabalho, como tentativa de evitar que os filhos se incorporem aos grupos de jovens marginais e delinquentes, ameaça que parece estar cada vez mais próxima das portas das casas.”

(Joel B. Marin. O trabalho infantil na agricultura moderna. www.proec.utg.br.)

“Art. 4º. – É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.”

(Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.)

Com base nas idéias presentes nos textos acima, redija uma dissertação sobre o tema:

O trabalho infantil na realidade brasileira.

Ao desenvolver o tema proposto, procure utilizar os conhecimentos adquiridos e as reflexões feitas ao longo de sua formação. Selecione, organize e relacione argumentos, fatos e opiniões para defender seu ponto de vista e suas propostas, sem ferir os direitos humanos.

Observações:

- Seu texto deve ser escrito na modalidade padrão da língua portuguesa.
- O texto **não** deve ser escrito em forma de poema (versos) ou narração.
- O texto deve ter, no mínimo, 15 (quinze) linhas escritas.
- A redação deve ser desenvolvida na folha própria e apresentada a tinta.
- O rascunho pode ser feito na última folha deste Caderno.

PROVA 1 - AMARELA - 2

Anexo IX – Prova de redação Enem 2006

PROPOSTA DE REDAÇÃO

Uma vez que nos tornamos leitores da palavra, invariavelmente estaremos lendo o mundo sob a influência dela, tenhamos consciência disso ou não. A partir de então, mundo e palavra permearão constantemente nossa leitura e inevitáveis serão as correlações, de modo intertextual, simbiótico, entre realidade e ficção.

Lemos porque a necessidade de desvendar caracteres, letreiros, números faz com que passemos a olhar, a questionar, a buscar decifrar o desconhecido. Antes mesmo de ler a palavra, já lemos o universo que nos permeia: um cartaz, uma imagem, um som, um olhar, um gesto.

São muitas as razões para a leitura. Cada leitor tem a sua maneira de perceber e de atribuir significado ao que lê.

Inajá Martins de Almeida. **O ato de ler.**

Internet: <www.amigosdolivro.com.br> (com adaptações).



Internet: <paineis.org>.

Minha mãe muito cedo me introduziu aos livros. Embora nos faltassem móveis e roupas, livros não poderiam faltar. E estava absolutamente certa. Entrei na universidade e tornei-me escritor. Posso garantir: todo escritor é, antes de tudo, um leitor.

Moacyr Scliar. **O poder das letras.** In: **TAM Magazine**, jul./2006, p. 70 (com adaptações).

Existem inúmeros universos coexistindo com o nosso, neste exato instante, e todos bem perto de nós. Eles são bidimensionais e, em geral, neles imperam o branco e o negro.

Estes universos bidimensionais que nos rodeiam guardam surpresas incríveis e inimagináveis! Viajamos instantaneamente aos mais remotos pontos da Terra ou do Universo; ficamos sabendo os segredos mais ocultos de vidas humanas e da natureza; atravessamos eras num piscar de olhos; conhecemos civilizações desaparecidas e outras que nunca foram vistas por olhos humanos.

Estou falando dos universos a que chamamos de livros. Por uns poucos reais podemos nos transportar a esses universos e sair deles muito mais ricos do que quando entramos.

Internet: <www.amigosdolivro.com.br> (com adaptações).

Considerando que os textos acima têm caráter apenas motivador, redija um texto dissertativo a respeito do seguinte tema:

O PODER DE TRANSFORMAÇÃO DA LEITURA.

Ao desenvolver o tema proposto, procure utilizar os conhecimentos adquiridos e as reflexões feitas ao longo de sua formação. Selecione, organize e relacione argumentos, fatos e opiniões para defender seu ponto de vista e suas propostas, sem ferir os direitos humanos.

Observações:

- Seu texto deve ser escrito na modalidade padrão da língua portuguesa.
- O texto não deve ser escrito em forma de poema (versos) ou narração.
- O texto deve ter, no mínimo, 15 (quinze) linhas escritas.
- A redação deve ser desenvolvida na folha própria e apresentada a tinta.
- O rascunho pode ser feito na última página deste Caderno.

Anexo X – Prova de redação Enem 2007



PROPOSTA DE REDAÇÃO

Ninguém = Ninguém
Engenheiros do Hawaii

Há tantos quadros na parede
há tantas formas de se ver o mesmo quadro
há tanta gente pelas ruas
há tantas ruas e nenhuma é igual a outra
(ninguém = ninguém)
me espanta que tanta gente sinta
(se é que sente) a mesma indiferença

há tantos quadros na parede
há tantas formas de se ver o mesmo quadro
há palavras que nunca são ditas
há muitas vozes repetindo a mesma frase
(ninguém = ninguém)
me espanta que tanta gente minta
(descaradamente) a mesma mentira

todos iguais, todos iguais
mas uns mais iguais que os outros

Uns Iguais Aos Outros
Titãs

Os homens são todos iguais
(...)
Brancos, pretos e orientais
Todos são filhos de Deus
(...)
Kaïowas contra xavantes
Árabes, turcos e iraquianos
São iguais os seres humanos
São uns iguais aos outros, são uns iguais aos outros
Americanos contra latinos
Já nascem mortos os nordestinos
Os retirantes e os jagunços
O sertão é do tamanho do mundo
Dessa vida nada se leva
Nesse mundo se ajoelha e se reza
Não importa que língua se fala
Aquilo que une é o que separa
Não julque pra não ser julgado
(...)
Tanto faz a cor que se herda
(...)
Todos os homens são iguais
São uns iguais aos outros, são uns iguais aos outros

A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é, para o gênero humano, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza. Nesse sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras.

UNESCO. Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural.

Todos reconhecem a riqueza da diversidade no planeta. Mil aromas, cores, sabores, texturas, sons encantam as pessoas no mundo todo; nem todas, entretanto, conseguem conviver com as diferenças individuais e culturais. Nesse sentido, ser diferente já não parece tão encantador. Considerando a figura e os textos acima como motivadores, redija um texto dissertativo-argumentativo a respeito do seguinte tema.

O desafio de se conviver com a diferença

Ao desenvolver o tema proposto, procure utilizar os conhecimentos adquiridos e as reflexões feitas ao longo de sua formação. Selecione, organize e relacione argumentos, fatos e opiniões para defender seu ponto de vista e suas propostas, sem ferir os direitos humanos.

Observações:

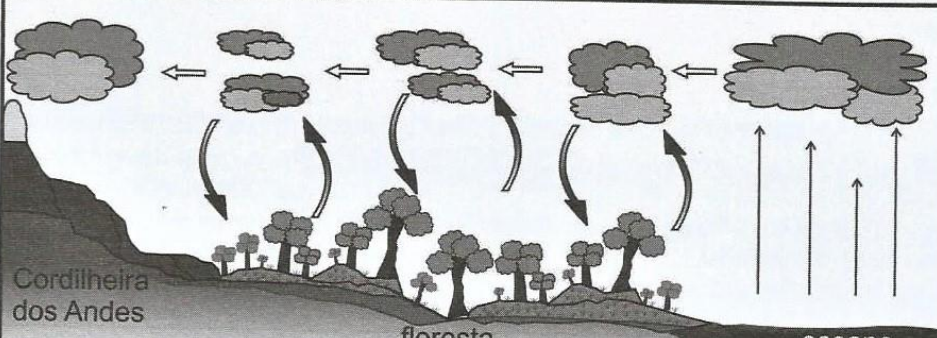
- Seu texto deve ser escrito na modalidade padrão da língua portuguesa.
- O texto não deve ser escrito em forma de poema (versos) ou narração.
- O texto com até 7 (sete) linhas escritas será considerado texto em branco.
- O rascunho pode ser feito na última página deste Caderno.
- A redação deve ser passada a limpo na folha própria e escrita a tinta.

ENEM 2007

PROVA 1 — AMARELA — PÁGINA 1

ENEM 2007

PROPOSTA DE REDAÇÃO



Cordilheira dos Andes **floresta** **oceano**

Pode parecer que os isótopos de oxigênio e a luta dos seringueiros no Acre tenham pouco em comum. No entanto, ambos estão relacionados ao futuro da Amazônia e a parte significativa da agroindústria e da geração de energia elétrica no Brasil.

A época em que Chico Mendes lutava para assegurar o futuro dos seringueiros e da floresta, um dos mais respeitados cientistas brasileiros, Eneas Salati, analisava proporções de isótopos de oxigênio na precipitação pluviométrica amazônica do Atlântico ao Peru. Sua conclusão foi irrefutável: a Amazônia produz a parte maior de sua própria chuva; implicação óbvia desse fenômeno: o excesso de desmatamento pode degradar o ciclo hidrológico.

Hoje, imagens obtidas por sensoriamento remoto mostram que o ciclo hidrológico não apenas é essencial para a manutenção da grande floresta, mas também garante parcela significativa da chuva que cai ao sul da Amazônia, em Mato Grosso, São Paulo e até mesmo ao norte da Argentina. Quando a umidade do ciclo, que se desloca em direção ocidental, atinge o paredão dos Andes, parte dela é desviada para o sul. Boa parte da cana-de-açúcar, da soja, de outras safras agroindustriais dessas regiões e parte significativa da geração de energia hidrelétrica dependem da máquina de chuva da Amazônia.

T. Lovejoy e G. Rodrigues. *A máquina de chuva da Amazônia*.
Folha de S.Paulo, 25 jul. 2007 (com adaptações).

O texto acima, que focaliza a relevância da região amazônica para o meio ambiente e para a economia brasileira, menciona a “máquina de chuva da Amazônia”. Suponha que, para manter essa “máquina de chuva” funcionando, tenham sido sugeridas as ações a seguir:

- 1 suspender completa e imediatamente o desmatamento na Amazônia, que permaneceria proibido até que fossem identificadas áreas onde se poderia explorar, de maneira sustentável, madeira de florestas nativas;
- 2 efetuar pagamentos a proprietários de terras para que deixem de desmatar a floresta, utilizando-se recursos financeiros internacionais;
- 3 aumentar a fiscalização e aplicar pesadas multas àqueles que promoverem desmatamentos não autorizados.

Escolha **uma** dessas ações e, a seguir, redija um texto dissertativo, **ressaltando as possibilidades e as limitações da ação escolhida**.

Ao desenvolver seu texto, procure utilizar os conhecimentos adquiridos e as reflexões feitas ao longo de sua formação. Selecione, organize e relacione argumentos, fatos e opiniões para defender seu ponto de vista, sem ferir os direitos humanos.

Observações:

- Seu texto deve ser escrito na modalidade padrão da língua portuguesa.
- O texto **não** deve ser escrito em forma de poema (versos) ou narração.
- O texto com até 7 (sete) linhas escritas será considerado texto em branco.
- O rascunho pode ser feito na última página deste Caderno.
- A redação deve ser passada a limpo na folha própria e escrita à tinta.

Anexo XII – Prova de redação Enem 2009

PROPOSTA DE REDAÇÃO



Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma culta escrita da língua portuguesa sobre o tema **O indivíduo frente à ética nacional**, apresentando proposta de ação social, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione coerentemente argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.



Milôr Fernandes

Disponível em <http://www2.uol.com.br/milior>. Acesso em 14 jul 2009.

Andamos demais acomodados, todo mundo reclamando em voz baixa como se fosse errado indignar-se.

Sem ufanismo, porque dele estou cansada, sem dizer que este é um país rico, de gente boa e cordata, com natureza (a que sobrou) belíssima e generosa, sem fantasiar nem botar óculos cor-de-rosa, que o momento não permite, eu me pergunto o que anda acontecendo com a gente.

Tenho medo disso que nos tornamos ou em que estamos nos transformando, achando bonita a ignorância eloquente, engraçado o cinismo bem-vestido, interessante o banditismo arrojado, normal o abismo em cuja beira nos equilibramos — não malabaristas, mas palhaços.

LUFT, L. Ponto de vista. *Veja*. Ed. 1988, 27 dez. 2006 (adaptado).

Qual é o efeito em nós do "eles são todos corruptos"?

As denúncias que assolam nosso cotidiano podem dar lugar a uma vontade de transformar o mundo só se nossa indignação não afetar o mundo inteiro. "Eles são TODOS corruptos" é um pensamento que serve apenas para "confirmar" a "integridade" de quem se indigna.

O lugar-comum sobre a corrupção generalizada não é uma armadilha para os corruptos: eles continuam iguais e livres, enquanto, fechados em casa, festejamos nossa esplendorosa retidão.

O dito lugar-comum é uma armadilha que amarra e imobiliza os mesmos que denunciam a imperfeição do mundo inteiro.

CALLIGARIS, C. *A armadilha da corrupção*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br> (adaptado).

INSTRUÇÕES

- Seu texto tem de ser escrito à **tinta**, na **folha própria**.
- Desenvolva seu texto em prosa: não redija narração, nem poema.
- O texto com até 7 (sete) linhas escritas será considerado texto em branco.
- O texto deve ter, no máximo, **30 linhas**.
- O **rascunho** da redação deve ser feito no espaço apropriado.

Anexo XIII – Prova de redação Enem 2010 (1ª aplicação)



PROPOSTA DE REDAÇÃO

Com base na leitura dos seguintes textos motivadores e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma culta escrita da língua portuguesa sobre o tema **O Trabalho na Construção da Dignidade Humana**, apresentando experiência ou proposta de ação social, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

O que é trabalho escravo

Escravidão contemporânea é o trabalho degradante que envolve cerceamento da liberdade

A assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, representou o fim do direito de propriedade de uma pessoa sobre a outra, acabando com a possibilidade de possuir legalmente um escravo no Brasil. No entanto, persistiram situações que mantêm o trabalhador sem possibilidade de se desligar de seus patrões. Há fazendeiros que, para realizar derrubadas de matas nativas para formação de pastos, produzir carvão para a indústria siderúrgica, preparar o solo para plantio de sementes, entre outras atividades agropecuárias, contratam mão de obra utilizando os contratadores de empreitada, os chamados “gatos”. Eles aliciam os trabalhadores, servindo de fachada para que os fazendeiros não sejam responsabilizados pelo crime.

Trabalho escravo se configura pelo trabalho degradante aliado ao cerceamento da liberdade. Este segundo fator nem sempre é visível, uma vez que não mais se utilizam correntes para prender o homem à terra, mas sim ameaças físicas, terror psicológico ou mesmo as grandes distâncias que separam a propriedade da cidade mais próxima.



Disponível em: <http://www.reportagembr.org.br>. Acesso em: 02 set. 2010 (fragmento).

O futuro do trabalho

Esqueça os escritórios, os salários fixos e a aposentadoria. Em 2020, você trabalhará em casa, seu chefe terá menos de 30 anos e será uma mulher

Felizmente, nunca houve tantas ferramentas disponíveis para mudar o modo como trabalhamos e, consequentemente, como vivemos. E as transformações estão acontecendo. A crise despedaça companhias gigantescas até então como modelos de administração. Em vez de grandes conglomerados, o futuro será povoado de empresas menores reunidas em torno de projetos em comum. Os próximos anos também vão consolidar mudanças que vêm acontecendo há algum tempo: a busca pela qualidade de vida, a preocupação com o meio ambiente, e a vontade de nos realizarmos como pessoas também em nossos trabalhos. “Falamos tanto em desperdício de recursos naturais e energia, mas e quanto ao desperdício de talentos?”, diz o filósofo e ensaísta suíço Alain de Botton em seu novo livro *The Pleasures and Sorrows of Work* (Os prazeres e as dores do trabalho, ainda inédito no Brasil).



Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com>. Acesso em: 02 set. 2010 (fragmento).

INSTRUÇÕES:

- Seu texto tem de ser escrito à tinta, na folha própria.
- Desenvolva seu texto em prosa: não redija narração, nem poema.
- O texto com até 7 (sete) linhas escritas será considerado texto em branco.
- O texto deve ter, no máximo, 30 linhas.
- O Rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.

Anexo XIV – Prova de redação Enem 2010 (2ª aplicação)



PROPOSTA DE REDAÇÃO

Com base na leitura dos seguintes textos motivadores e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo, em norma culta escrita da língua portuguesa, sobre o tema **Ajuda Humanitária**, apresentando experiência ou proposta de ação social que respeite os direitos humanos. Seleccione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

Comitê de Ajuda Humanitária da UEPB treina voluntários para atuar junto às vítimas de Palmares

Quinta, 01 de julho de 2010 16:19

Na manhã desta quinta-feira, cerca de 50 pessoas, entre alunos e professores da Universidade Estadual da Paraíba, participaram do 1º Treinamento de Equipe Multidisciplinar para Atuação em Situação de Emergência, oferecido pelo Comitê de Ajuda Humanitária, Social e da Saúde, criado recentemente pela Instituição.

A primeira atividade da equipe terá início já neste domingo, data em que viajarão para a cidade de Palmares (AL), onde permanecerão por uma semana, para oferecer apoio humanitário aos moradores daquela localidade, uma das tantas atingidas pelas chuvas e enchentes que assolaram os estados de Pernambuco e Alagoas nas últimas semanas.

Disponível em: <http://www.uepb.edu.br>. Acesso em: 23 ago. 2010 (adaptado).

TERREMOTO NO HAITI

Redes Sociais da Internet foram o principal meio de comunicação

14/01/2010 00:01h

Durante todo o dia de ontem, a Internet foi o principal meio usado pelo Haiti para se comunicar com o mundo. Mensagens ao exterior foram encaminhadas por estrangeiros no país e por moradores locais. Apesar da instabilidade na rede – os sistemas de luz e telefone também estavam intermitentes –, os sites de relacionamento foram usados para acalmar familiares e clamar por auxílio internacional.

No Brasil, usuários do *Twitter* divulgavam a ação da ONG Viva Rio, que abriu uma conta para receber doações aos desabrigados no Haiti. (OT, com Agência Estado)

Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br>. Acesso em: 30 abr. 2010.

Anexo XV – Prova de redação Enem 2011 (1ª aplicação)

2011

PROPOSTA DE REDAÇÃO

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **VIVER EM REDE NO SÉCULO XXI: OS LIMITES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO**, apresentando proposta de conscientização social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Liberdade sem fio

A ONU acaba de declarar o acesso à rede um direito fundamental do ser humano – assim como saúde, moradia e educação. No mundo todo, pessoas começam a abrir seus sinais privados de *wi-fi*, organizações e governos se mobilizam para expandir a rede para espaços públicos e regiões onde ela ainda não chega, com acesso livre e gratuito.

ROSA, G.; SANTOS, P. *Gaúcho*. Nº 240, jul. 2011 (fragmento).

A internet tem ouvidos e memória

Uma pesquisa da consultoria Forrester Research revela que, nos Estados Unidos, a população já passou mais tempo conectada à internet do que em frente à televisão. Os hábitos estão mudando. No Brasil, as pessoas já gastam cerca de 20% de seu tempo *on-line* em redes sociais. A grande maioria dos internautas (72%, de acordo com o Ibope Mídia) pretende criar, acessar e manter um perfil em rede. "Faz parte da própria socialização do indivíduo do século XXI estar numa rede social. Não estar equivale a não ter uma identidade ou um número de telefone no passado", acredita Alessandro Barbosa Lima, CEO da e.Life, empresa de monitoração e análise de mídias.

As redes sociais são ótimas para disseminar ideias, tornar alguém popular e também arruinar reputações. Um dos maiores desafios dos usuários de internet é saber ponderar o que se publica nela. Especialistas recomendam que não se deve publicar o que não se fala em público, pois a internet é um ambiente social e, ao contrário do que se pensa, a rede não acoberta anonimato, uma vez que mesmo quem se esconde atrás de um pseudônimo pode ser rastreado e identificado. Aqueles que, por impulso, se exaltam e cometem gafes podem pagar caro.

Disponível em: <http://www.tema.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2011 (adaptado).



DAHMER, A. Disponível em: <http://malvados.wordpress.com>. Acesso em: 30 jun. 2011.

INSTRUÇÕES:

- O **rascunho** da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O **texto definitivo** deve ser escrito à **tinta**, na **folha própria**, em até **30 linhas**.
- A redação com até 7 (sete) linhas escritas será considerada "insuficiente" e receberá nota zero.
- A redação que fugir ao tema ou que não atender ao **tipo dissertativo-argumentativo** receberá nota zero.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.



PROPOSTA DE REDAÇÃO

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **CULTURA E MUDANÇA SOCIAL**, apresentando proposta de ação social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Fundado em 21 de janeiro de 1993, o Grupo Cultural AfroReggae foi criado para transformar a realidade de jovens moradores de favelas utilizando a educação, a arte e a cultura como instrumentos de inserção social. O embrião do projeto foi o jornal *AfroReggae Notícias*, cuja primeira edição circulou em agosto de 1992. O informativo — distribuído gratuitamente e sem anunciantes — logo se tornou um canal aberto para o debate de ideias e de problemas que afetam a vida de negros e pobres.

Desde então, o Grupo Cultural AfroReggae investe no potencial de jovens favelados, levando educação, cultura e arte a territórios marcados pela violência policial e pelo narcotráfico. Ao longo de seus 18 anos, o AfroReggae vem utilizando atividades artísticas, como percussão, circo, grafite, teatro e dança para tentar diminuir os abismos que separam negros e brancos, ricos e pobres, a favela e o asfalto, a fim de criar pontes de união entre os diferentes segmentos da sociedade.

Disponível em: <http://www.afroreggae.org.br>. Acesso em: 16 nov. 2010 (adaptado).



“Um país não muda pela sua economia, sua política e nem mesmo sua ciência; muda sim, pela sua cultura.”

Betinho

Disponível em: <http://www.itbase.br>. Acesso em: 16 nov. 2010.

Betinho: uma trajetória de luta

Herbert José de Souza, o Betinho, buscou a vida de forma intensa para si e para os outros, particularmente para os excluídos da sociedade. Seu humor e sua ironia juntavam-se a uma forte indignação diante da mínima injustiça.

Ele afirmava que a democracia não é um modelo ou uma estrutura acabada; é algo que constantemente deve ser sonhado, imaginado ou recriado. A busca de ser livre, igual, diverso, solidário e participante é um princípio que deve fermentar nosso constante sonhar e imaginar a democracia como guia de intervenção cidadã.

GRZYBOWSKI, C. Disponível em: <http://www.comilebetinho.org.br>. Acesso em: 16 nov. 2010 (adaptado).

Anexo XVII – Prova de redação Enem 2012 (1ª aplicação)



PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **O MOVIMENTO IMIGRATÓRIO PARA O BRASIL NO SÉCULO XXI**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Ao desembarcar no Brasil, os imigrantes trouxeram muito mais do que o anseio de refazer suas vidas trabalhando nas lavouras de café e no início da indústria paulista. Nos séculos XIX e XX, os representantes de mais de 70 nacionalidades e etnias chegaram com o sonho de “fazer a América” e acabaram por contribuir expressivamente para a história do país e para a cultura brasileira. Deles, o Brasil herdou sobrenomes, sotaques, costumes, comidas e vestimentas.

A história da migração humana não deve ser encarada como uma questão relacionada exclusivamente ao passado; há a necessidade de tratar sobre deslocamentos mais recentes.

Disponível em: <http://www.museudaimigracao.org.br>. Acesso em: 19 jul. 2012 (adaptado).

Acre sofre com invasão de imigrantes do Haiti



Disponível em: <http://img1.com.br>. Acesso em: 19 jul. 2012.

Nos últimos três dias de 2011, uma leva de 500 haitianos entrou ilegalmente no Brasil pelo Acre, elevando para 1 400 a quantidade de imigrantes daquele país no município de Brasileia (AC). Segundo o secretário-adjunto de Justiça e Direitos Humanos do Acre, José Henrique Corinto, os haitianos ocuparam a praça da cidade. A Defesa Civil do estado enviou galões de água potável e alimentos, mas ainda não providenciou abrigo.

A imigração ocorre porque o Haiti ainda não se recuperou dos estragos causados pelo terremoto de janeiro de 2010. O primeiro grande grupo de haitianos chegou a Brasileia no dia 14 de janeiro de 2011. Desde então, a entrada ilegal continua, mas eles não são expulsos: obtêm visto humanitário e conseguem tirar carteira de trabalho e CPF para morar e trabalhar no Brasil.

Segundo Corinto, ao contrário do que se imagina, não são haitianos miseráveis que buscam o Brasil para viver, mas pessoas da classe média do Haiti e profissionais qualificados, como engenheiros, professores, advogados, pedreiros, mestres de obras e carpinteiros. Porém, a maioria chega sem dinheiro.

Os brasileiros sempre criticaram a forma como os países europeus tratavam os imigrantes. Agora, chegou a nossa vez — afirma Corinto.

Disponível em: <http://www.dpf.gov.br>. Acesso em: 19 jul. 2012 (adaptado).

Trilha da Costura

Os imigrantes bolivianos, pelo último censo, são mais de 3 milhões, com população de aproximadamente 9,119 milhões de pessoas. A Bolívia em termos de IDH ocupa a posição de 114º de acordo com os parâmetros estabelecidos pela ONU. O país está no centro da América do Sul e é o mais pobre, sendo 70% da população considerada miserável. Os principais países para onde os bolivianos imigrantes dirigem-se são: Argentina, Brasil, Espanha e Estados Unidos.

Assim sendo, este é o quadro social em que se encontra a maioria da população da Bolívia, estes dados já demonstram que as motivações do fluxo de imigração não são políticas, mas econômicas. Como a maioria da população tem baixa qualificação, os trabalhos artesanais, culturais, de campo e de costura são os de mais fácil acesso.

OLIVEIRA, R.T. Disponível em: <http://www.lpea.gov.br>. Acesso em: 19 jul. 2012 (adaptado).

INSTRUÇÕES:

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O **texto definitivo** deve ser escrito à tinta, na **folha própria**, em até 30 linhas.
- A redação com até 7 (sete) linhas escritas será considerada “insuficiente” e receberá nota zero.
- A redação que fugir ao tema ou que não atender ao **tipo dissertativo-argumentativo** receberá nota zero.
- A redação que apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos receberá nota zero.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Anexo XVIII – Prova de redação Enem 2012 (2ª aplicação)



PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **O GRUPO FORTALECE O INDIVÍDUO?** Apresente proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Nasce um grande movimento

A Associação dos Funcionários de Bancos de São Paulo teve seu estatuto aprovado em 16 de abril de 1923, em assembleia da qual participaram 84 bancários. A preocupação inicial era credenciar os bancários a entidade e criar uma identidade da categoria, até então integrada aos comerciários. Menos de 10 anos depois aconteceu a primeira greve de bancários da história, iniciada em Santos, em 18 de abril de 1932. Eram os funcionários do Banespa que reivindicavam melhorias salariais e das condições sanitárias — havia grande incidência de tuberculose à época. Essa greve foi vitoriosa; entretanto, a conquista que marcou a década de 30 foi a redução da jornada de trabalho para seis horas, em novembro de 1933. A Associação passou a chamar-se Sindicato dos Bancários de São Paulo.



Disponível em: www.spbancarios.com.br. Acesso em: 19 jul. 2012.

Corinthians Campeão da Libertadores — Jorge Henrique: 'O grupo é maravilhoso'

Contendo as lágrimas após o término da final da Libertadores, Jorge Henrique falou primeiro sobre a Fiel. "Eu sei que essa nação me ama pelo que faço em campo", disse o atacante emocionado.

Mostrando a união, o camisa 23 elogiou a equipe. "O grupo é maravilhoso, humilde, não tem estrela. Fomos conquistando nosso espaço", disse o corinthiano.

Disponível em: www.merval.com.br. Acesso em: 19 jul. 2012 (adaptado).

Marcha das vadias

A 2ª edição brasileira da Marcha das Vadias aconteceu simultaneamente em 14 cidades do país, entre elas São Paulo (SP), Florianópolis (SC), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Recife (PE), Salvador (BA) e Natal (RN). Além de chamar a atenção aos diversos tipos de violência sofridos pelas mulheres — verbal, física ou sexual —, a mobilização pretende combater a responsabilização das vítimas pela violência sofrida e ressaltar os direitos do sexo feminino.

A manifestação é inspirada no movimento mundial intitulado "Slut Walk", criado em abril do ano passado, após um oficial da polícia de Toronto, no Canadá, dizer que, para evitar estupros, as mulheres deveriam deixar de se "vestir como vadias".

Disponível em: <http://noticias.uol.com.br>. Acesso em: 19 jul. 2012 (adaptado).

Anexo XIX – Prova de redação Enem 2013 (1ª aplicação)

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo na modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil", apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Qual o objetivo da "Lei Seca ao volante"?

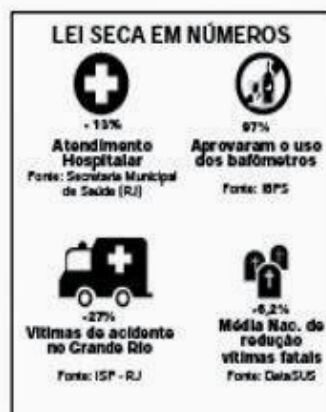
De acordo com a Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet), a utilização de bebidas alcoólicas é responsável por 30% dos acidentes de trânsito. E metade das mortes, segundo o Ministério da Saúde, está relacionada ao uso do álcool por motoristas. Diante deste cenário preocupante, a Lei 11.705/2008 surgiu com uma enorme missão: alertar a sociedade para os perigos do álcool associado à direção.

Para estancar a tendência de crescimento de mortes no trânsito, era necessária uma ação enérgica. E coube ao Governo Federal o primeiro passo, desde a proposta da nova legislação à aquisição de milhares de etilômetros. Mas para que todos ganhem, é indispensável a participação de estados, municípios e sociedade em geral. Porque para atingir o bem comum, o desafio deve ser de todos.

Disponível em: www.dptf.gov.br. Acesso em: 20 jun. 2013.



Disponível em: www.brazil.gov.br. Acesso em: 20 jun. 2013.



Disponível em: www.oparcacoleibecarj.rj.gov.br. Acesso em: 20 jun. 2013 (adaptado).

Repulsão magnética a beber e dirigir

A lei da física que comprova que dois polos opostos se atraem em um campo magnético é um dos conceitos mais populares desse ramo do conhecimento. Tulipas de chope e bolachas de papelo não servem, em condições normais, como objetos de experimento para confirmar essa proposta. A ideia de uma agência de comunicação em Belo Horizonte foi bem simples. Ímãs foram inseridos em bolachas utilizadas para descansar os copos, de forma imperceptível para o consumidor. Em cada lado, há uma opção para o cliente: *dirigir* ou *chamar um táxi* depois de beber. Ao mesmo tempo, tulipas de chope também receberam pequenos pedaços de metal mascarados com uma pequena rodela de papel na base do copo. Durante um fim de semana, todas as bebidas servidas passaram a pregar uma peça no cliente. Ao tentar descansar seu copo com a opção *dirigir* virada para cima, os ímãs apresentavam a mesma polaridade e, portanto, causando repulsão, fazendo com que o descanso fugisse do copo; se estivesse virada mostrando o lado com o desenho de um táxi, ela rapidamente grudava na base do copo. A ideia surgiu da necessidade de passar a mensagem de uma forma leve e no exato momento do consumo.

Disponível em: www.oparcacoleibecarj.rj.gov.br. Acesso em: 20 jun. 2013 (adaptado).

INSTRUÇÕES:

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "Insuficiente".
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
- apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos.
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto.

Anexo XX – Prova de redação Enem 2013 (2ª aplicação)

Enem PPL - 2013]

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo na modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “**Cooperativismo como alternativa social**”, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos.

Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Cooperativas e desenvolvimento sustentável

A Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou 2012 o Ano Internacional das Cooperativas, como reconhecimento do papel fundamental das Cooperativas na promoção do desenvolvimento socioeconômico de centenas de milhões de pessoas em todo o mundo.

Com este propósito, a Assembleia Geral da ONU apela para a comunidade internacional a fim de que medidas sejam tomadas para a criação de um ambiente favorável e capacitante para o fomento à instalação de cooperativas, objetivando a promoção da conscientização dos povos em relação às importantes contribuições das cooperativas para a geração de empregos e para a consequente melhoria qualitativa de vida dos povos.

Disponível em: www.peaunesco.com.br. Acesso em: 20 jun. 2013.



Disponível em: www.peaunesco.com.br. Acesso em: 20 jun. 2013.

“Porque nós somos os médicos do planeta, o planeta está doente e o ser humano está adoecendo cada vez mais. Quanto menos ele trata o lixo, mais ele adoece o planeta. E nós estamos aqui fazendo um trabalho digno. De fazer com que aquelas pessoas que ainda não têm consciência, bem, vamos esperar que elas tenham, mas enquanto isso nós vamos fazendo esse trabalho”.

Marli, membro de uma cooperativa de catadores de lixo instalada no centro de São Paulo.

Disponível em: <http://g1.globo.com>. Acesso em: 20 jun. 2013 (adaptado).



Disponível em: www.douseulixo.org.br. Acesso em: 20 jun. 2013.

Anexo XXI – Prova de redação Enem 2014 (1ª aplicação)



PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **Publicidade infantil em questão no Brasil**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

A aprovação, em abril de 2014, de uma resolução que considera abusiva a publicidade infantil, emitida pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), deu início a um verdadeiro cabo de guerra envolvendo ONGs de defesa dos direitos das crianças e setores interessados na continuidade das propagandas dirigidas a esse público.

Elogiada por pais, ativistas e entidades, a resolução estabelece como abusiva toda propaganda dirigida à criança que tem "a intenção de persuadi-la para o consumo de qualquer produto ou serviço" e que utilize aspectos como desenhos animados, bonecos, linguagem infantil, trilhas sonoras com temas infantis, oferta de prêmios, brindes ou artigos colecionáveis que tenham apelo às crianças.

Ainda há dúvidas, porém, sobre como será a aplicação prática da resolução. E associações de anunciantes, emissoras, revistas e de empresas de licenciamento e fabricantes de produtos infantis criticam a medida e dizem não reconhecer a legitimidade constitucional do Conanda para legislar sobre publicidade e para impor a resolução tanto às famílias quanto ao mercado publicitário. Além disso, defendem que a autorregulamentação pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) já seria uma forma de controlar e evitar abusos.

DOETA, P. A.; BARSA, M. D. A publicidade infantil deve ser proibida? Disponível em: www.bbc.co.uk. Acesso em: 23 maio 2014 (adaptado).

TEXTO II

A PUBLICIDADE PARA CRIANÇAS NO MUNDO



Fontes: GMS e Conar/2013

Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 24 jun. 2014 (adaptado).

TEXTO III

Precisamos preparar a criança, desde pequena, para receber as informações do mundo exterior, para compreender o que está por trás da divulgação de produtos. Só assim ela se tornará o consumidor do futuro, aquele capaz de saber o que, como e por que comprar, ciente de suas reais necessidades e consciente de suas responsabilidades consigo mesma e com o mundo.

SILVA, A. M. D.; VASCONCELOS, L. R. A criança e o marketing: informações essenciais para proteger as crianças dos apelos do marketing infantil. São Paulo: Summus, 2012 (adaptado).

Anexo XXII – Prova de redação Enem 2014 (2ª aplicação)



PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **O que o fenômeno social dos “rolezinhos” representa?**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Segundo o MC Daniel de Souza, a origem do “rolezinho” remete aos chamados encontros de admiradores, em que fãs dos cantores de funk iam aos shoppings para encontrar os ídolos. “Antes do ‘rolezinho’ tinha o encontro de admiradores, que era com os famosos das redes sociais, que faziam o seu encontro e reuniam o povo no shopping”, declarou. “É o único lugar que todo mundo conhece e é público”. O jovem acredita que os encontros de admiradores cresceram e se tornaram os “rolezinhos” de hoje, atraindo também pessoas que aproveitam a situação para causar tumulto.

Autor: T. Disponível em: <http://repositorio.ufrj.br>. Acesso em: 10 jan. 2014 (adaptado).

TEXTO II



Disponível em: <http://repositorio.ufrj.br>. Acesso em: 10 jan. 2014.

TEXTO III

O funk da ostentação, surgido na Baixada Santista e Região Metropolitana de São Paulo nos últimos anos, evoca o consumo, o luxo, o dinheiro e o prazer que tudo isso dá. Em seus cliques, os MCs aparecem com correntes e anéis de ouro, vestidos com roupas de grife, em carros caros, cercado por mulheres. Diferentemente do núcleo duro do hip hop paulista dos anos 80 e 90, que negava o sistema, e também do movimento de literatura periférica e marginal que, no início dos anos 2000, defendia que, se é para consumir, que se compre as marcas produzidas pela periferia, para a periferia, o funk da ostentação coloca os jovens, ainda que para a maioria só pelo imaginário, em cenários até então reservados para a juventude branca das classes média e alta. Esta, talvez, seja a sua transgressão. Em seus cliques, os MCs têm vida de rico, com todos os signos dos ricos.

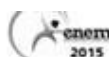
Esta exaltação do luxo e do consumo, interpretada como adesão ao sistema, tornou o funk da ostentação desconfortável para uma parcela dos intelectuais brasileiros e mesmo para parte das lideranças culturais das periferias de São Paulo. Agora, os rolezinhos – e a repressão que se seguiu a eles – deram a esta vertente do funk uma marca de insurgência. Ao ocupar os shoppings, a juventude pobre e negra das periferias não estava apenas se apropriando dos valores simbólicos, como já fazia pelas letras do funk da ostentação, mas também dos espaços físicos, o que marca uma diferença.

BRUNO, B. Disponível em: <http://repositorio.ufrj.br>. Acesso em: 10 jan. 2014 (fragmento).

INSTRUÇÕES:

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
 - O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
 - A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.
- Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:
- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada “insuficiente”;
 - fugir ao tema ou que não atenda ao tipo dissertativo-argumentativo;
 - apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos;
 - apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto.

Anexo XXIII – Prova de redação Enem 2015 (1ª aplicação)



PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **"A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira"**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

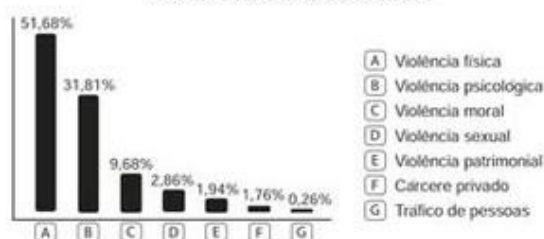
TEXTO I

Nos 30 anos decorridos entre 1980 e 2010 foram assassinadas no país acima de 92 mil mulheres, 43,7 mil só na última década. O número de mortes nesse período passou de 1.353 para 4.465, que representa um aumento de 230%, mais que triplicando o quantitativo de mulheres vítimas de assassinato no país.

WALSELFISZ, J. J. *Mapa da Violência 2012*. Atualização: Homicídio de mulheres no Brasil. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br. Acesso em: 8 jun. 2015.

TEXTO II

TIPO DE VIOLÊNCIA RELATADA



BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Balanco 2014*. Central de Atendimento à Mulher: Disque 180. Brasília, 2015. Disponível em: www.spm.gov.br. Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

TEXTO III



Disponível em: www.compromissoatitudede.org.br. Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

TEXTO IV

O IMPACTO EM NÚMEROS

Com base na Lei Maria da Penha, mais de 330 mil processos foram instaurados apenas nos juizados e varas especializadas

332.216 processos que envolvem a Lei Maria da Penha chegaram, entre setembro de 2006 e março de 2011, aos **52** juizados e varas especializadas em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher existentes no País. O que resultou em:

33,4%
de processos julgados

9.715
prisões em flagrante

1.577
prisões preventivas decretadas



58 mulheres e **2.777** homens enquadrados na Lei Maria da Penha estavam presos no País em dezembro de 2010. Ceará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul não constam desse levantamento feito pelo Departamento Penitenciário Nacional



237 mil relatos de violência foram feitos ao Ligue 180, serviço telefônico da Secretaria de Políticas para as Mulheres



Sete de cada **dez** vítimas que telefonaram para o Ligue 180 afirmaram ter sido agredidas pelos companheiros

Fontes: Conselho Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional e Secretaria de Políticas para as Mulheres

Disponível em: www.inioe.com.br. Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

INSTRUÇÕES:

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente".
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
- apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos.
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

Anexo XXIV – Prova de redação Enem 2015 (2ª aplicação)



PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “O histórico desafio de se valorizar o professor”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

A escolha profissional passava necessariamente pela ideia de frequentar um curso de qualidade, que dava uma excelente cultura geral e preparo adequado para exercer uma profissão que era reputada como digna e prestigiada, fosse ela exercida por homens ou por mulheres. A figura da mulher que lecionava era bem aceita e apontada às moças como exemplo de honestidade e ideal a ser seguido. O mesmo acontecia com o professor. A família tinha a figura da professora e do professor em grande consideração e estes detinham um prestígio social que estava em claro desacordo com a remuneração salarial percebida. Eles desfrutavam um prestígio advindo do saber, e não do poder aquisitivo.

ALMEIDA, J. S. S. Mulher e educação: o papel da mulher. São Paulo: Unesp, 1989 (adaptado).

TEXTO II



Disponível em: <http://www.abpro-mg.org.br>. Acesso em: 28 jun. 2015 (adaptado).

TEXTO III

O estatuto social e econômico é a chave para o estudo dos professores e da sua profissão. Num olhar rápido temos a impressão que a imagem social e a condição econômica dos professores se encontram num estado de grande degradação, sentimento que é confirmado por certos discursos das organizações sindicais e mesmo das autoridades estatais. Mas, cada vez que a análise é mais fina, os resultados são menos conclusivos e a profissão docente continua a revelar facetas atrativas. É evidente que há uma perda de prestígio, associada à alteração do papel tradicional dos professores no meio local: os professores do ensino primário já não são, ao lado dos párocos, os únicos agentes culturais nas aldeias e vilas da província; os professores do ensino secundário já não pertencem à elite social das cidades.

NÓVOA, A. O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, A. (Ed.). Profissão professor. Porto: Porto Editora, 1995 (adaptado).

TEXTO IV



Disponível em: <http://www.abpro-mg.org.br>. Acesso em: 28 jun. 2015.

INSTRUÇÕES:

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada “texto insuficiente”;
- fugir ao tema ou que não atenda ao tipo dissertativo-argumentativo;
- apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos;
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

Anexo XXV – Prova de redação Enem 2016 (1ª aplicação)



INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente".
- fugir ao tema ou que não atenda ao tipo dissertativo-argumentativo.
- apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos.
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO I

Em consonância com a Constituição da República Federativa do Brasil e com toda a legislação que assegura a liberdade de crença religiosa às pessoas, além de proteção e respeito às manifestações religiosas, a laicidade do Estado deve ser buscada, afastando a possibilidade de interferência de correntes religiosas em matérias sociais, políticas, culturais etc.

Disponível em: www.mprj.mp.br. Acesso em: 21 maio 2016 (fragmento).

TEXTO II

O direito de criticar dogmas e encaminhamentos é assegurado como liberdade de expressão, mas atitudes agressivas, ofensas e tratamento diferenciado a alguém em função de crença ou de não ter religião são crimes inafiançáveis e imprescritíveis.

STECK, J. Intolerância religiosa é crime de ódio e fere a dignidade. *Jornal do Senado*. Acesso em: 21 maio 2016 (fragmento).

TEXTO III

CAPÍTULO I

Dos Crimes Contra o Sentimento Religioso

Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo

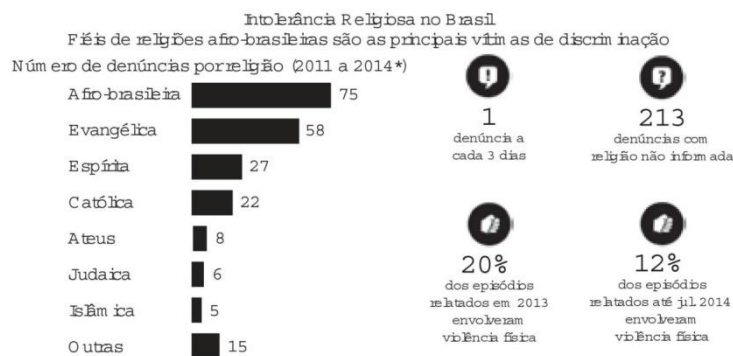
Art. 208 - Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso:

Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa.

Parágrafo único - Se há emprego de violência, a pena é aumentada de um terço, sem prejuízo da correspondente à violência.

BRASIL. Código Penal. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 21 maio 2016 (fragmento).

TEXTO IV



Fonte: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 31 maio 2016 (adaptado).

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Anexo XXVI – Prova de redação Enem 2016 (2ª aplicação)



INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente".
- fugir ao tema ou que não atenda ao tipo dissertativo-argumentativo.
- apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos.
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO I

Ascendendo à condição de trabalhador livre, antes ou depois da abolição, o negro se via jungido a novas formas de exploração que, embora melhores que a escravidão, só lhe permitiam integrar-se na sociedade e no mundo cultural, que se tornaram seus, na condição de um subproletariado compelido ao exercício de seu antigo papel, que continuava sendo principalmente o de animal de serviço. [...] As taxas de analfabetismo, de criminalidade e de mortalidade dos negros são, por isso, as mais elevadas, refletindo o fracasso da sociedade brasileira em cumprir, na prática, seu ideal professado de uma democracia racial que integrasse o negro na condição de cidadão indiferenciado dos demais.

REIS, D. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 (fragmento).

TEXTO II

LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989

Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor

Art. 1º — Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 25 maio 2016 (fragmento).

TEXTO III



Disponível em: www2.senado.gov.br. Acesso em: 25 maio 2016.

TEXTO IV

O que são ações afirmativas

Ações afirmativas são políticas públicas feitas pelo governo ou pela iniciativa privada com o objetivo de corrigir desigualdades raciais presentes na sociedade, acumuladas ao longo de anos.

Uma ação afirmativa busca oferecer igualdade de oportunidades a todos. As ações afirmativas podem ser de três tipos: com o objetivo de reverter a representação negativa; para promover igualdade de oportunidades; e para combater o preconceito e o racismo.

Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por unanimidade que as ações afirmativas são constitucionais e políticas essenciais para a redução de desigualdades e discriminações existentes no país.

No Brasil, as ações afirmativas integram uma agenda de combate à herança histórica de escravidão, segregação racial e racismo contra a população negra.

Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 25 maio 2016 (fragmento).

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "Caminhos para combater o racismo no Brasil", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Anexo XXVII – Prova de redação Enem 2017 (1ª aplicação)

enem2017



INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- desrespeitar os direitos humanos.
- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente".
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO I

CAPÍTULO IV DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

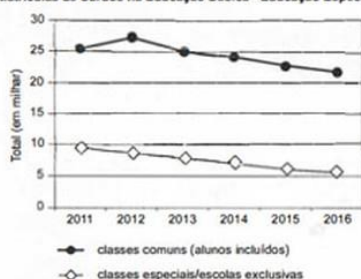
Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: [...] IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas; [...]

XII - oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 9 jun. 2017 (fragmento).

TEXTO II

Matrículas de Surdos na Educação Básica - Educação Especial



Fonte: Inep.

TEXTO III



Disponível em: <http://servicos.pr4.mpt.mp.br>. Acesso em: 3 jun. 2017 (adaptado).

TEXTO IV

No Brasil, os surdos só começaram a ter acesso à educação durante o Império, no governo de Dom Pedro II, que criou a primeira escola de educação de meninos surdos, em 26 de setembro de 1857, na antiga capital do País, o Rio de Janeiro. Hoje, no lugar da escola funciona o Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines). Por isso, a data foi escolhida como Dia do Surdo.

Contudo, foi somente em 2002, por meio da sanção da Lei nº 10.436, que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi reconhecida como segunda língua oficial no País. A legislação determinou também que devam ser garantidas, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Libras como meio de comunicação objetiva.

Disponível em: www.brasil.gov.br. Acesso em: 9 jun. 2017 (adaptado).

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Anexo XXVIII – Prova de redação Enem 2017 (2ª aplicação)

enem2017



INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- desrespeitar os direitos humanos;
- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente".
- fugir ao tema ou que não atenda ao tipo dissertativo-argumentativo;
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO I

A beleza parece caminhar em uma linha tênue entre as escolhas do indivíduo e a imposição coletiva. Se, por um lado, cada um pode buscar a beleza da maneira que considerar melhor para si, por outro, cuidar da beleza torna-se um imperativo. Modelos funcionam como fonte de comparação social e a exposição às imagens idealizadas da mídia tem como efeito uma redução no nível de satisfação dos indivíduos com relação à própria imagem. Este processo de comparação social também influencia fortemente a autoestima do indivíduo. A percepção de uma discrepância acentuada entre o eu real e o eu ideal gera ansiedade e sentimento de insatisfação com relação ao seu autoconceito e, consequentemente, uma redução na sua autoestima. Na tentativa de atingir um ideal estético socialmente aceito, muitos se dedicam a uma luta incansável para esculpir o corpo perfeito e aproximar-se de um padrão de beleza.

FONTES: G.A.; ROSELLI, R. C.; CRISTO, L. M. Como ser homem e ser belo? Um estudo exploratório sobre a relação entre masculinidade e o consumo de beleza. Disponível em: <http://www.cnpq.br>. Acesso em: 20 jun. 2018 (adaptado).

TEXTO II



ROBERTO, C. Disponível em: www.cartumoon.com.br. Acesso em: 21 jul. 2017.

TEXTO III

Os transtornos alimentares mais relevantes em nosso contexto sociocultural são a anorexia e a bulimia nervosas. A anorexia nervosa se caracteriza pelo pavor descrito e inexplicável que a pessoa tem de engordar, com grave distorção da sua imagem corporal. Para atingir esse padrão de "beleza" inatingível, o anorético se submete a regimes alimentares bastante rigorosos e agressivos. Já a bulimia nervosa se caracteriza pela ingestão compulsiva e exagerada de alimentos, geralmente muito calóricos, seguida por um enorme sentimento de culpa em função dos "excessos" cometidos. Não podemos perder de vista que a formação da autoimagem corporal de cada pessoa está fortemente influenciada pela maneira como a sociedade "impõe" o que é ter um corpo esteticamente apreciável.

DE LU, A. R. R. Bulimia nervosa: problemas nos estudos. Rio de Janeiro: Ogebril, 2010 (adaptado).

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "Consequências da busca por padrões de beleza idealizados", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Anexo XXIX – Prova de redação Enem 2018

INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

1. O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
2. O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
3. A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.
4. Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:
 - 4.1. tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente".
 - 4.2. fugir ao tema ou que não atenda ao tipo dissertativo-argumentativo.
 - 4.3. apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO I

Às segundas-feiras pela manhã, os usuários de um serviço de música digital recebem uma lista personalizada de músicas que lhes permite descobrir novidades. Assim como os sistemas de outros aplicativos e redes sociais, este cérebro artificial consegue traçar um retrato automatizado do gosto de seus assinantes e constrói uma máquina de sugestões que não costuma falhar. O sistema se baseia em um algoritmo cuja evolução e usos aplicados ao consumo cultural são infinitos. De fato, plataformas de transmissão de vídeo *on-line* começam a desenhar suas séries de sucesso rastreando o banco de dados gerado por todos os movimentos dos usuários para analisar o que os satisfaz. O algoritmo constrói assim um universo cultural adequado e complacente com o gosto do consumidor, que pode avançar até chegar sempre a lugares reconhecíveis. Dessa forma, a filtragem de informação feita pelas redes sociais ou pelos sistemas de busca pode moldar nossa maneira de pensar. E esse é o problema principal: a ilusão de liberdade de escolha que muitas vezes é gerada pelos algoritmos.

VERDÚ, Daniel. O gosto na era do algoritmo. Disponível em: <https://brasil.eipais.com>. Acesso em: 11 jun. 2018 (adaptado).

TEXTO II

Nos sistemas dos gigantes da internet, a filtragem de dados é transferida para um exército de moderadores em empresas localizadas do Oriente Médio ao Sul da Ásia, que têm um papel importante no controle daquilo que deve ser eliminado da rede social, a partir de sinalizações dos usuários. Mas a informação é então processada por um algoritmo, que tem a decisão final. Os algoritmos são literais. Em poucas palavras, são uma opinião embulhada em código. E estamos caminhando para um estágio em que é a máquina que decide qual notícia deve ou não ser lida.

POPE ESCOBAR. A silenciosa ditadura do algoritmo. Disponível em: <http://butaspalavras.net>. Acesso em: 5 jun. 2017 (adaptado).

TEXTO III



TEXTO IV

Mudanças sutis nas informações às quais somos expostos podem transformar nosso comportamento. As redes têm selecionado as notícias sob títulos chamativos como *"trending topics"* ou critérios como *"relevância"*. Mas nós praticamente não sabemos como isso tudo é filtrado. Quanto mais informações relevantes tivermos nas pontas dos dedos, melhor equipados estamos para tomar decisões. No entanto, surgem algumas tensões fundamentais: entre a conveniência e a deliberação; entre o que o usuário deseja e o que é melhor para ele; entre a transparência e o lado comercial. Quanto mais os sistemas souberem sobre você em comparação ao que você sabe sobre eles, há mais riscos de suas escolhas se tomarem apenas uma série de reações a "cutucadas" invisíveis. O que está em jogo não é tanto a questão *"homem versus máquina"*, mas sim a disputa *"decisão informada versus obediência influenciada"*.

CHATFIELD, Tom. Como a internet influencia secretamente nossas escolhas. Disponível em: www.bbc.com. Acesso em: 3 jun. 2017 (adaptado).

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema *"Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet"*, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.